

D27

200
CAT

MOVIMENTO Cultural

ANO I - N°1 - ABRIL 1985

EDIÇÃO DA
Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal

Movimento Cultural

ANO I - Nº 1 - ABRIL 1982

Na capa: colagem da autoria de Carlos A. O. e Sousa, em que se distinguem: quadro a óleo existente no Seminário de Almada representando a Sagrada Família; recipientes de cerâmica da Idade do Bronze (BRONZE DO SUDOESTE. Ca 3000 ANOS) — Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital; cena da peça intitulada "1383" pela Companhia de Teatro de Almada/Grupo de Campolide; aspecto do estaleiro naval artesanal do Gaió (Moita); folha de rosto do Foral de D. Manuel I, dado à Vila de Almada em 1513; flamingo, Phoenicoppepus-ruber — Reserva Natural do Estuário do Tejo.

ÍNDICE

	Pág.
APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	7
PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL	
A Península de Setúbal e as Fontes Renováveis de Energia <i>por Eurico da Fonseca</i>	15
Arqueologia Naval <i>por António Nabais</i>	20
Os Canastreiros — A Vinda dos Canastreiros para Alcochete <i>por Maria M. D. Boeiro</i>	23
Pintura Antiga do Convento de Jesus de Setúbal — História de Uma Colecção (Séculos XV e XVI) <i>por Fernando António B. Pereira</i>	29
Cultura Popular Portuguesa — As Tradições Artesanais <i>por Michel Giacometti</i>	39
Património e Poder Local Hoje — Alguns Problemas <i>por Luís Sá</i>	42
Património · Prospeção Arqueológica · Povoado do Porto de Cambas (Setúbal) <i>por Gustavo Marques</i>	46
A Imprensa Periódica Almadense Séc. XIX e XX — Elementos para a sua História <i>por Alexandre M. Flores</i>	51
O Património Cultural e Natural em Sines <i>por Ferreira Costa</i>	56
Sobre o Meio Ambiente e o Património no Concelho do Barreiro — Algumas Conclusões das 1. ^{as} Jornadas <i>por Armando Teixeira</i>	58
O Rei Vai “Travesti” <i>por A. Borges Coelho</i>	60
Sesimbra: Campanha de Recuperação das Cegadas <i>por Isabel Mota e Fernando Carvalho</i>	62
Tradição Oral em Grândola <i>por Alcídio Oliveira</i>	67
Rendas de Setúbal <i>por Idília das Mercês</i>	68
O Distrito de Setúbal e as Suas Áreas Protegidas — Reservas Naturais do Estuário do Sado e do Tejo e Parque Natural da Arrábida <i>por Antunes Dias</i>	70
Epílogo de um Caso Exemplar — Autarquias do Distrito de Setúbal Adquirem Sítio e Conventos de S. Paulo e Capuchos <i>por Arlindo Mota</i>	74
Biblioteca Municipal de Alcácer do Sal <i>por Rita Caldas</i>	76
As comemorações do 8.º Centenário do Foral Palmela	78

Ambiente e Qualidade de Vida <i>por Valente Fernandes</i>	81
Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal — Da Investigação à Difusão <i>por Joaquina Soares</i>	82
O Roteiro Museológico e o Roteiro das Bibliotecas e Arquivos Históricos Municipais do Distrito de Setúbal <i>por Luís Marques</i>	91
ANIMAÇÃO CULTURAL	
A Cultura Entre os Trabalhadores da Lisnave — Um Caso <i>por Fernando Miguel Bernardes</i>	95
Movimento Associativo Popular, Autarquias e Poder Central <i>por A. Modesto Navarro</i>	97
Animação Cultural no Meio Rural <i>por Donabela Guerreiro</i>	100
As Colectividades Populares de Cultura, Desporto e Recreio no Distrito de Setúbal <i>por Alberto Pereira Ramos</i>	102
Alcatejo — Grupo de Música Popular Portuguesa de Alcochete <i>por Fernanda Zeferino</i>	105
ARTES E LETRAS	
Jogos Florais do Montijo <i>por Lúcia Araújo</i>	109
De Manuel da Fonseca Sobre Ele Próprio ...E a Sua Escrita — “Maria Campaniça” — “Aldeia” — “Canção de ‘Maltês’” <i>por Manuel da Fonseca</i>	110
Manuel da Fonseca, Obrigado! <i>por Maria Guilhermina</i>	111
“Os Céus Quase Sem Altura” “Onde se Gera a Metamorfose” <i>por Eufrásio Filipe</i>	112
Companhia de Teatro de Almada/Grupo de Campolide — Um Trabalho de Descentralização <i>por Joaquim Benite</i>	113
Imargem — Associação dos Artistas Plásticos do Concelho de Almada <i>por Alfredo Canana</i>	118
“Bocage” <i>por J. Jorge Letria</i>	120
“O Mar de Sines” <i>por Antunes da Silva</i>	121
NOTICIÁRIO SOCIOCULTURAL	123

APRESENTAÇÃO

*Hélder Madeira **

Há muito tempo que no Distrito de Setúbal se justificava o aparecimento de uma revista cultural. Basta atentarmos na quantidade e nível de qualidade das actividades culturais que aqui se vêm efectuando, e no elevado índice de pessoas que nelas participa — apesar de muitas das iniciativas não terem sido sequer publicitadas ou noticiadas quanto mereciam.

O número de acções empreendidas pelas autarquias/movimento associativo popular, atingiu níveis nestes últimos 10 anos, incomparáveis a qualquer dos períodos anteriores.

Não prevalece um padrão único, nem um critério uniforme no Distrito de Setúbal, mas pelo contrário coexistem múltiplas metodologias e modos de agir.

A revista “Movimento Cultural” mesmo que insuficiente para abarcar a maioria das acções culturais não se furtará a registar o mais possível e a unificar grande parte das informações relevantes e concepções produzidas, relacionadas com tal profusão de actividades.

Claro que não será tarefa fácil, pois a cultura constitui a totalidade das manifestações, individuais e colectivas, de uma sociedade: e essas manifestações vão desde as festas, os jogos, as literaturas até à organização familiar, ao regime de alimentação, aos rituais,

às formas de governo, às instituições políticas, militares e religiosas e mesmo às ciências; desde os instrumentos do trabalho, às formas e programas do ensino; desde os primórdios ao vídeo, desde as crenças à biblioteca, desde as lendas à televisão, desde os mitos, os contos, as lenga-lengas ao cinema, ao café-teatro, à música electroacústica...

Com esta publicação pretendemos contribuir para uma maior compreensão sobre as nossas origens, estimular novas produções culturais e enriquecer o movimento cultural em geral.

A revista “Movimento Cultural” reparte-se por domínios a que se convencionou chamar património cultural e natural, artes e letras, animação cultural e por uma secção designada noticiário sociocultural.

Os artigos de fundo, respeitantes a estes assuntos, contendo matéria inédita, centrar-se-ão em cada um dos 13 concelhos ou no distrito, sem perder de vista a possibilidade de contemplarem o todo nacional ou outros contextos mais gerais.

Por sua vez, as pequenas notícias que formam o noticiário concelhio procurarão, sinteticamente, mencionar o que a curto prazo, de mais relevante ali se passou ou encontra programado.

Obviamente que a revista “Movimento Cultural” agora no seu primeiro número, não se considera perfeita e encerrada nesta estrutura, donde poderá vir a beneficiar, no futuro, de alguns justos melhoramentos e alterações, para os quais desde já se aguardam opiniões e conselhos.

A abundância e qualidade da colaboração — factor indispensável da duração, profundidade e coerência — será assegurada por solicitação directa e pela abertura a todos quantos quiserem participar — estabelecendo-se as respectivas prioridades — apesar de conscientes das limitações financeiras e do espaço documental e de reflexão da revista.

Bastante mais se poderia fazer se as autarquias dispusessem dos meios humanos, financeiros

* Presidente do Conselho Administrativo da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (AMSD).

e técnicos (ou se o Poder Central lhes proporcionasse) apropriados a toda a extensão e profundidade sociocultural da região.

Por exemplo, dispor de um levantamento cultural actualizado, susceptível de ser aproveitado para uma acção cultural integrada ou permitir uma visão global capaz de facilitar uma política cultural planificada, indicando-nos modos adequados de agir, fomentando correctamente a criatividade local, em suma, ajudar a conhecermo-nos e a cultura que temos e a acabar com alguma visão centralista e cosmopolita.

Por outro lado, o lançamento desta revista em 25 de Abril, foi um acto deliberadamente assumido e consciente. Pretende significar a nossa predisposição em manter vivos e actuaentes

os valores de progresso, bem-estar e felicidade do nosso povo, surgidos nessa data histórica, e ainda homenagear todos quantos lhe deram origem e todos quantos continuam a porfiar em corporizar os seus ideais.

Aliás, não esquecemos que o poder local democrático é também um fruto do 25 de Abril.

Daí a responsabilidade e coerência que o projecto que agora se inicia implica e que não enjeitamos.

Estamos convictos de que esta publicação — tanto quanto sabemos a primeira editada fruto da cooperação intermunicipal — poderá abrir maiores horizontes, ajudar, inclusivé, a tornar mais ampla a visão dos problemas económicos, sociais e políticos.

A revista “Movimento Cultural” mostrará certamente as várias carências, mas também as muitas riquezas existentes no nosso país; não só focará as grandes iniciativas, mas igualmente outras de menor envergadura.

Em boa medida dará a conhecer como os eleitos e a

população em geral dão forma ao movimento

cultural local, assim como realizam acções culturais multiformes interconcelhias e distritais.

A Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal constituiu-se legalmente por escritura de 25 de Outubro de 1982, publicada no “Diário da República” (3.^a Série, n.º 28) em 3 de Janeiro de 1983.

Os seus objectivos são “promover estudos, elaborar e gerir projectos e planos comuns nos domínios da cultura, da educação, da informação, da saúde, da segurança social, do urbanismo, da defesa do meio ambiente e das infra-estruturas com vista ao desenvolvimento económico, social e cultural das populações do Distrito” e, ainda, subsidiariamente, “prestar serviços a um ou mais Municípios associados nos domínios referidos...”

INTRODUÇÃO

*Luís Marques**

“Vamos a ser a nós mesmos, vamos a ver por nós, a tirar de nós, a copiar de nossa natureza, e deixemos em paz Gregos, Romãos e toda a outra gente.”⁽¹⁾

“(…) O tom e o espírito verdadeiro português esse é forçoso estudá-lo no grande livro nacional que é o povo e as suas tradições, e as suas virtudes e os seus vícios, e as suas crenças e os seus erros.”⁽²⁾

Quando Adolfo Coelho, em 1889, se insurgia contra a ideia da nossa cultura ser menor, de sermos um povo sem cultura quando comparado com outros países, ou de deprezarmos os nossos valores populares, importando como autênticos, modelos culturais estrangeiros — “Não somos povo bárbaro porque temos todos os elementos de cultura; não somos povo propriamente estacionário, porque nesses elementos de cultura há repetidas modificações” — estava a dar continuidade ao pensamento de Almeida Garrett ou ao de Alexandre Herculano (precursor da salvaguarda do património cultural português) quando protestava perante a depredação de que o património vinha sendo vítima. E apesar disso o processo de descaracterização não tem parado.

Porém, se o 25 de Abril também veio sacudir o País neste domínio, o certo é que passados 11 anos dessa data histórica, assistimos a uma despersonalização de proporções nunca vistas anteriormente, sendo o “cântico da sereia da C.E.E.” e da “modernização do país” elementos preponderantes e constantes.

A esse pseudoprogresso que não passa pela utilização racional dos nossos recursos e respeito pelos nossos valores culturais, antes se apresenta herdeiro e continuador de um passado próximo de meio século e que tão profundas marcas deixou, alude, indirectamente, Miguel Torga: “Entro nestas aldeias Sagradas a tremer de vergonha. Não por mim, que venho cheio de boas intenções, mas por uma civilização de má-fé que nem ao menos lhes dá a simples protecção de as respeitar.”⁽³⁾

Claro que não defendemos uma cultura pura, imune ao contacto e às influências de outras culturas, pois não pretendemos “viver orgulhosamente sós”. Trata-se simplesmente de, perante tal descalabro, ajudar a divulgar o pensamento de muitos portugueses que hoje não aceitam tal panorama como irremediável, e de parafraseando Helder Pacheco⁽⁴⁾ fazer o elogio de uma forma humanizada de ser português que não precisa de se corromper para ser europeia, nem de se urbanizar subdesenvolvidamente para ser “moderna”.

O momento que atravessamos pela sua originalidade e potencialidade únicas, coloca-nos perante um problema crucial de que não nos podemos alhear como cidadãos e sujeitos activos do processo histórico.

Aparecem-nos plenas de sentido as interrogações e soluções apontadas por D. António da Costa no findar do século passado: “Que fará a Nação? Conquistará novos territórios como D. Afonso Henriques? Intentará descobrir mundos novos, como D. Manuel? E porque não possa nada disto, desaparecerá moralmente da Europa? Não.

Se não tem diante de si novos continentes e novos oceanos, tem a sua própria terra; dentro dela, como um tesouro, o campo das inteligências populares; e este campo fértil e imenso, mas

* Técnico responsável Assuntos Culturais da AMDS.

(¹) Almeida Garrett, *Introdução ao Romanceiro*, 1828.

(²) Almeida Garrett, *O Romanceiro*, 1847.

(³) Miguel Torga, *Diário VIII*.

(⁴) Helder Pacheco, *Tradições de Vila Real*, Ed. Terra Livre, 1984.

por enquanto improdutivo, é que se lhe torna necessária arrotar.”⁽⁵⁾

Estas preocupações, mais do que nunca, surgem-nos com especial acuidade, objectivadas pela **inexistência do império colonial português.**

“Uma vez desalienados do colonialismo, temos de promover um regresso consciente a nós próprios, às raízes mais profundas e mais remotas da nossa genuína nacionalidade.

(...) Encerrado um ciclo da nossa história, é tempo de voltarmos a nós próprios, e de descobrirmos no nosso legítimo território as raízes determinantes e definidoras do nosso carácter colectivo, das nossas condicionantes históricas e geográficas, enfim das nossas extravasantes potencialidades humanas.

(...) Os valores da cultura popular devem ser preservados como os mais genuínos elementos da nossa identidade nacional”.⁽⁶⁾

Desnecessário se torna citarmos ou repetirmos opiniões análogas, tal a evidência da situação, e a premência de medidas eficazes que se oponham com êxito a certas mentalidades prevalecentes no Poder Central, arvoradas em intérpretes da vontade e dos interesses nacionais.

Através do seu trajecto histórico, as comunidades regionais têm vindo a formar um importante património, traduzido nas mais variadas expressões socioculturais e artísticas.

O estudo sistemático e científico da maior parte destas expressões torna-se imprescindível no momento presente, dada a falta do levantamento cultural do País.⁽⁷⁾

Mas tais estudos não poderão ignorar que as populações “não são simples arquivos de um passado mais ou menos remoto, mas antes, agentes activos de processos dinâmicos, extraordinariamente complexos”.⁽⁸⁾ Aquilo que existe agora já não é aquilo que existia ontem.

De dia para dia, a cultura evolui, adquirindo algo e perdendo algo, renovando-se sempre.

Daí, ter completa justificação um esforço de procura e interpretação desse passado, bem como entender-se que uma acção deste tipo deva ter carácter de urgência, pois muitos testemunhos culturais estão em vias de desaparecimento.

Da pedra lascada do Australopithecus ao audiovisual dos nossos dias, longa foi a distância... e o percurso prossegue, apesar de ensombrado pela militarização do espaço e do perigo da guerra nuclear que ameaça o futuro pacífico da humanidade.

A descoberta das várias transformações, os sinais e momentos de viragem que constituíram as etapas da evolução humana e as suas repercussões no Distrito de Setúbal — por intermédio da investigação, defesa e valorização da cultura material e das artes e entre estas das tradições artesanais — pela sua relevância não deixarão, seguramente, de estar contemplados ao longo dos vários números na revista “Movimento Cultural”.

Fundamentado nestas e noutras preocupações, o Levantamento Cultural em curso no distrito, por iniciativa dos seus municípios, constitui, inequivocamente, uma tarefa de grande vulto.

Só muitas e diversificadas iniciativas concertadas e regulares é que poderão preservar o património evitando a sua destruição e ruína.

Assim, permitimo-nos de seguida, equacionar sumariamente algumas das medidas desencadeadas, iniciando tal propósito com o inventário bibliográfico.

Esta inventariação sistemática da bibliografia respeitante ao distrito, forma um instrumento fundamental de toda a acção.

A bibliografia impressa, periódica e não periódica editada pelas entidades (públicas ou privadas)

(⁵) D. António da Costa, História da Instrução Popular em Portugal, 2.^a ed., 1900.

(⁶) Extractos da intervenção de Vítor de Sá na Assembleia da República, 1980.

(⁷) Se à iniciativa da F. C. Gulbenkian, em 1976, para efectuar o *Inventário Cultural do País*, a SEC veio oferecer a sua colaboração e ainda a S.E. Administração Regional e Local, não tardou muito tempo que esta pretensão viesse a paralisar, sem se terem completado os objectivos a que se haviam proposto.

Mantendo-se esta posição de inércia e distanciamento do assunto, muitos esforços e meios financeiros ter-se-ão perdido ingloriamente.

Pensamos que, perante tal situação, os elementos então recolhidos, mesmo sem estarem tratados, poderiam ser postos à disposição das entidades competentes que regionalmente os solicitassem.

(⁸) Bernardo Bernardi, Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos, ed. 70, 1978.

distritais, municipais e locais, e, por outro lado a bibliografia crítica de possível inventariação existente em bibliotecas de outras zonas — em especial na Biblioteca Nacional — serão peça inestimável e insubstituível do Levantamento Cultural.

A bibliografia sobre a região representa, portanto, prioritariamente, uma fonte de saber e testemunho vivo da sua história e cultura que urge pesquisar, estudar e acautelar. ⁽⁹⁾

Por seu lado, a inventariação e estudo histórico-cultural compreendendo nesta primeira fase os forais da época medieval ⁽¹⁰⁾, tem vindo a decorrer satisfatoriamente, estando bastante avançado o trabalho de localização, identificação e interpretação de todos os forais desta época — Sesimbra, Palmela, Almada, Setúbal e Alcácer do Sal; bibliografia impressa e manuscritos; visitas a algumas zonas de estudo, tradução dos textos para o português actual e inclusão de um glossário.

Importará salientar na esfera de acção do património arqueológico naval a Exposição Distrital a inaugurar em 25 de Abril, em Setúbal, não só pela importância do tema e pelo que ele significa distritalmente, mas outrossim pelo facto de ser organizada mercê do contributo intermunicipal, com enriquecimento cultural múltiplo para todos os concelhos intervenientes. ⁽¹¹⁾ Nela poderá observar-se o que foi salvaguardado e refuncionalizado, com destaque para as embarcações tradicionais, e algumas medidas para proteger e recuperar o património arqueológico naval ligado aos rios, braços dos rios e lagoas; cais, portos, estaleiros, faróis, lotas; instrumentos de pesca; trajos, etc..

Toda esta problemática se enquadra no objectivo de preservar a fauna e a flora actuais, procurando-se alertar as populações para a luta contra a destruição dos esteiros do Tejo e toda a orla marítima do Distrito de Setúbal. ⁽¹²⁾

O interesse colocado pelos municípios nos últimos anos na pesquisa e recolha dos utensílios,

(⁹) O trabalho está a produzir resultados bastante significativos, pois a A.M.D.S. já conta com mais de 2000 fichas bibliográficas devidamente confirmadas, sendo estas e outras, provavelmente divulgadas no decorrer deste ano, numa edição intitulada "*Roteiro Bibliográfico do Distrito de Setúbal*".

Em complementaridade, no campo da actividade bibliotecária e arquivística e procurando dar corpo à intenção de valorizar a memória colectiva, também a imprensa tem vindo a merecer atenção, tendo principiado a planificação (com finalidades específicas e amplitude regionais) de uma *Exposição Biblio-iconográfica sobre Imprensa Operária e Sindical (Séculos XIX e XX)*, cuja inauguração deverá ocorrer em Setembro, circulando posteriormente por todos os concelhos. Para isso, encontram-se a prestar a sua melhor colaboração os bibliotecários e responsáveis das bibliotecas municipais. Por outro lado, na convicção de que a promoção e incentivo da leitura pública constituem factores indispensáveis para o progresso cultural e material, a A.M.D.S., sugeriu à Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas a criação do "*Dia Nacional das Bibliotecas e Arquivos*". Esta iniciativa destina-se a sensibilizar os órgãos do poder, as autarquias e as populações para a relevante função social das bibliotecas e arquivos.

(¹⁰) A *época moderna/forais novos* começará em breve a ser tratada, tendo-se já localizado para esse efeito os forais de Santiago Cacém (1512), Montijo (1514), Barreiro (1514?), Alcochete (1515), Alhos Vedros (1514), Cabrela (1517), Canha (1516), Coina (1516), Grândola (1543), Moita (elevado a vila em 1690), Sines (1512).

Acrescente-se que as comemorações do 8.º centenário da atribuição do foral a Palmela, iniciativa da C. M. Palmela, provam bem a importância e oportunidade de tal investigação.

Do mesmo modo, não têm passado despercebidas as celebrações que continuam a ter lugar nos vários concelhos do Distrito respeitantes ao 6.º centenário da *Revolução Popular de 1383/85*, que vem beneficiando da colaboração de vários historiadores, especialmente A. Borges Coelho que, desde os primeiros momentos, se prestou a colaborar com os municípios e a sua Associação.

(¹¹) Caberá aqui uma palavra de reconhecimento à *Comissão Museológica Distrital* (constituída por conservadores e responsáveis dos museus autárquicos), e em particular à Sub-comissão (formada para o efeito), como seus principais impulsionadores.

(¹²) Nos últimos anos têm sido criadas algumas reservas e parques naturais, localizando-se mesmo no Distrito, as *Reservas Naturais do Estuário do Sado e do Tejo e o Parque Natural da Arrábida*.

Mas essas medidas, embora positivas não bastam, pois os meios postos à sua disposição são diminutos. Convirá recordar que a Reserva Natural do Estuário do Tejo, por exemplo, "é uma importante realidade de valor internacional".

Por outro lado, a energia eólica e a energia das marés, tradicionais fontes de energia, observáveis nas várias dezenas de *moinhos de vento*, espalhados pela Península de Setúbal e nos *moinhos de maré* situados, nomeadamente, no Seixal, Barreiro e Montijo, vêm sendo acautelados unicamente com esforço e investimento financeiro autárquicos.

Proximamente começará a refuncionar no Seixal, um moinho de maré. Isto deve-se à clarividência e determinação deste município, visto que a própria UNESCO, reconhecendo tal mérito, subsidiou parcialmente a sua recuperação.

instrumentos e máquinas do trabalho agrícola, bem como nos cantos, mitos, etc. a eles associados, embora aquém das necessidades de salvaguarda têm-se saldado por resultados positivos. **Vários instrumentos do trabalho rural e canções de trabalho que perduraram por séculos poderão vir a ser vistos e ouvidos em museus municipais.**

Muitos desses apetrechos rurais já desaparecidos ou que se encontram em vias disso, deram lugar à mecanização da agricultura (tractores, ceifadoras automáticas, etc.), perdeu-se a memória das histórias, dos despiques, dos provérbios... Mas é isto que nesta região, dentro do possível, se pretende evitar através da sua investigação, recolha e divulgação. ⁽¹³⁾

O Levantamento Cultural alargar-se-á, a partir de meados deste ano, por intermédio de um inquérito etnomusicológico que visa a recolha dos elementos mais significativos da cultura musical popular regional.

A prospecção das fontes etnográficas, a investigação no terreno e montagem do material sonoro permitirá caracterizar os elementos musicais tradicionais sobreviventes nos concelhos, prevendo-se, posteriormente, a sua divulgação, mediante edições fonográficas dos trechos musicais de maior significado.

Se é verdade que a realização de vários Encontros Internacionais ajudaram a definir e a precisar melhor o conceito de património, também o dinâmico movimento associativo de defesa e valorização do património cultural surgido com o 25 de Abril veio permitir um novo olhar, e encarar a possibilidade de classificação de imóveis cujas características escapavam à noção do monumento com os seus sinais de prestígio e de ideologia dominante.

O estudo e inventariação do património edificado que teve lugar, procura proceder à detecção, localização do património e às formas de degradação que assume e as suas causas, com base em temas seleccionados e numa perspectiva de conservação integrada.

A filosofia municipal prevalecente é a de que sejam igrejas, castelos, casas e solares, azenhas, fábricas, pelourinhos, alminhas, coretos, etc., há que, de igual modo, identificar, proteger e evitar que ponham em risco a sua existência ou o seu equilíbrio estético.

Este estudo procurará abarcar as diferentes características de construção, marcos históricos e vivências espaciais, bem como, a cartografia, iconografia e bibliografia alusivas. ⁽¹⁴⁾

A carta arqueológica, a culinária e doçaria tradicionais, o património artístico, a medicina popular, entre outros domínios, estão a ser sujeitos aos indispensáveis preparativos a fim de se desencadarem, logo que possível, as prementes medidas específicas mais aconselháveis.

Como demos a entender, a cultura ou a arte que vamos encontrar ao longo do distrito não poderá ser inteiramente compreendida, estudada e fruída sem se ter na devida conta os géneros de vida e as estruturas socio-políticas prevalecentes ao longo do fluir histórico.

A arte, embora subordinada aos outros elementos da cultura é um dos elementos activos e constitutivos desta cultura. Mas nem sempre isto é assim entendido.

No nosso país a concepção da arte pela arte, ainda exerce um certo fascínio, falseando a conceptualização do facto estético no seu contexto cultural e produzido em íntima ligação com a realidade socio-política da época. A obra de arte, desse modo, tende cada vez mais a

⁽¹³⁾ Acrescente-se que, sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Setúbal se encontram no *Convento de Jesus*, milhares de peças de origem rural, recolhidas em todo o País em 1975, por jovens do Serviço Cívico Estudantil sob orientação de Michel Giacometti.

Note-se que estes riquíssimo espólio, depositado em precárias condições — devido à irresponsabilidade e desinteresse pela cultura por parte de alguns organismos oficiais — se encontra a salvo.

A Câmara Municipal mesmo sem dispor de condições adequadas, nem das indispensáveis verbas, tomou as devidas precauções para preservar tal acervo museológico. Todavia, isoladamente, sem apoios do Poder Central, mais não poderá fazer. As peças então recolhidas, lamentavelmente, não poderão ser expostas museograficamente ao público.

⁽¹⁴⁾ Parece-nos digno de registo, no âmbito do património edificado, mencionar as *"Jornadas Regionais sobre Monumentos Militares"*, a levar a efeito em Junho — em colaboração com a APAC — e que abrangerão os Concelhos de Almada, Sesimbra, Setúbal e Palmela.

Nestas Jornadas tentar-se-á recolher informações sobre a arquitectura militar já desaparecida; encontrar formas de colaboração no restauro e conservação; criar planos de acção didáctico-pedagógica para a animação e investigação do património histórico-militar, etc.

confundir-se com a inutilidade ou a contemplação estética, sem qualquer funcionalidade e significação a outro nível.

Para isso contribui o facto de até hoje grandes massas da população se encontrarem marginalizadas de manifestações artístico-culturais verdadeiramente representativas da vivência colectiva, e de sofrerem igual sorte os artistas cujos sentimentos individuais representam a linguagem e aspirações daqueles que não podem exprimir-se com a mesma eloquência.

A arte para além de auto-afirmação também constitui um serviço de interesse social.

Mas se já seria muito sustentar o existente, com os poucos recursos técnicos, financeiros e materiais disponíveis, mais ainda será despertar o que tem potencialidades de vir a ser ⁽¹⁵⁾.

Aqui, justamente, não se encontram “receitas” de efeito seguro. As cerca de quatro centenas de colectividades de cultura e recreio e outros agentes culturais — disseminados por esta vasta área — e as autarquias enfrentam novos desafios. Levando em linha de conta o acréscimo das possibilidades e experiências já adquiridas, torna-se necessário inovar e enfrentar alternativas fundamentais, que tocam os conceitos e as estruturas da própria política cultural.

Cursos e seminários focando a problemática da museologia, animação de bibliotecas de leitura pública, animação cultural, iniciação teatral, histórica da arte, etc., serão uma entre outras soluções, para se passar da consciência mítica para a consciência científica dos factos sociais e culturais.

A dinamização cultural não nos surge correcta se for tentativa de imposição de valores estranhos, e apenas deixará sinais de violentação. As padronizações são mais alienantes do que estimuladoras. E de resultados efémeros.

De facto, importa defender e proteger o nosso legado histórico-cultural e contar com a participação activa e criadora das populações. “Uma cultura democratizada não é a cultura ao alcance de todos, mas uma cultura com a intervenção de todos”. ⁽¹⁶⁾

Promover o acesso e intervenção das populações aos bens e objectos culturais que testemunham as nossas raízes e modos particulares de ser e de estar na vida será o melhor caminho para a manutenção da identidade cultural das regiões.

Se não há sociedade sem arte, e se esta é um símbolo de progresso e um agente de desenvolvimento na evolução da humanidade, talvez por isso, também, “tantos esforços se vêem, por vezes, no sentido de desviar a arte do seu papel de agente de comunhão humana, que Tolstoi lhe reclamava com vigor, e se procura reforçar a tese da arte por si e para si, arte de via reduzida, de segundo plano...” ⁽¹⁷⁾

Sendo coisa do passado, a arte é igualmente coisa do futuro, e disso nos dará conta, certamente, o 1.º Festival de Arte e Cultura do Distrito de Setúbal organizado pelas treze Câmaras Municipais e A.M.D.S. que pretende significar uma verdadeira manifestação de resistência e vitalidade, sentido criativo, vontade de progresso, respeito pelas diferenciadas e complexas expressões socioculturais populares e um exemplo evidente da luta actual pela defesa da identidade cultural dos povos e das comunidades regionais. Dessa forma tornar-se-á acessível e devolver-se-á às populações do distrito uma grande parte da sua própria riqueza artístico-cultural.

Até Agosto decorrerão Festivais, Encontros e Mostras de âmbito e cariz Distrital, movimentando centenas de artistas, escritores, poetas, artesãos, críticos, técnicos, grupos

⁽¹⁵⁾ O panorama a nível nacional para 1985, não se apresenta muito animador se tivermos em atenção o Relatório e Parecer da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República acerca da Proposta de Lei n.º 94/III e 95/III — Grandes Opções do Plano e Lei do Orçamento do Estado para 1985 — quando refere que “ficou bem expresso que as actividades culturais *fora dos grandes centros urbanos*, continuarão com as suas acções condicionadas face à escassez de verbas previstas na Proposta do Orçamento do Estado”.

⁽¹⁶⁾ José Saramago, in “o diário”, 5/4/85.

⁽¹⁷⁾ Bento de Jesus Caraça, Conferências e Outros Escritos, Lisboa, 1978. Conferência realizada na Universidade Popular Portuguesa em 1936.

artístico-culturais, etc., em todos os concelhos. ⁽¹⁸⁾

Posteriormente, todos os intervenientes apurados actuarão ao longo de uma semana inteira, de 22 a 29 de Setembro, na cidade de Setúbal, em mais de uma dezena de espaços previamente preparados. Nesses oito dias poder-se-á observar representações teatrais e concertos de bandas; visitar exposições de pintura e escultura; assistir a projecções de vídeo e de cinema de amadores; contemplar espectáculos de dança clássica, moderna e contemporânea; ouvir recitais de poesia ou cantos alentejanos, música tradicional portuguesa, etc.

Esta grande festa da arte e da cultura e inegável jornada de dinamização cultural não encontra paralelo em quaisquer períodos anteriores.

Com efeito, só quando se encara a cultura com um todo e se dispõe de uma nova filosofia de gestão municipal ou concepção progressista de municipalismo tal se torna possível, pois um Festival como este implica cooperação autárquica, alto grau de planificação e de responsabilização cultural das Câmaras Municipais envolvidas. Foi a sua visão política e sentido estético que determinaram estes encontros de confraternização e convívio populares.

Estamos convictos de que a experiência obtida, o grau de participação e alguma emulação local tenderão a beneficiar todos os intervenientes e a melhorar em geral os resultados finais de uma nova edição deste Festival.

Finalmente, desejamos que a Revista cumpra os objectivos para que foi criada e que esta iniciativa dos Municípios do Distrito de Setúbal se torne um autêntico aliado e inspirador da acção quotidiana multifacetada e construtiva do movimento cultural regional.

-
- (18) — Alcácer do Sal — 22 a 24 de Junho — *Mostra de Artesanato*.
— Alcochete — 10 a 15 de Agosto — *Música Popular Portuguesa*.
— Almada — 24 Abril a 6 de Maio — *Mostra de Artes Plásticas*.
— Almada — Junho — *Encontro de Coros*.
— Barreiro — 9 a 31 Março — *Encontro de Teatro de Amadores*.
— Grândola — 24 a 26 de Agosto — *Mostra de Instrumentos Musicais Populares*.
— Montijo — Março a Junho — *Jogos Florais*.
— Moita — 24 a 27 de Maio — *Festival de Ranchos Folclóricos*.
— Palmela — 15 de Maio a 15 de Junho — *Encontro de Bandas Filarmónicas*.
— Santiago do Cacém — 27 de Abril a 3 de Maio — *Encontro de Corais Alentejanos*.
— Seixal — 31 Maio e 1 de Junho — *Festival Cinema de Amadores, Vídeo e Diaporama*.
— Sesimbra — 1 a 29 Junho — *Festival de Música Ligeira*.
— Setúbal — 11 a 15 Junho — *Festival de Dança*.
— Sines — 15 a 30 Junho — *Mostra de Fotografia*.

Património cultural e natural

A PENÍNSULA DE SETÚBAL E AS FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA

*Eurico da Fonseca **

Em princípio, a única fonte renovável de energia que existe é o Sol. Mas se considerarmos que o termo “renovável”, aqui, significa que ela continuará disponível, sem alteração significativa, durante todo o tempo que se prevê que a espécie humana possa continuar a existir, então teremos de incluir em tais fontes algumas de natureza geológica, desde as rochas quentes até ao calor do magma.

A energia do Sol apresenta-se na Terra sob dois aspectos: a energia solar directa, utilizada principalmente em aplicações como o aquecimento e a geração de electricidade por meios fotovoltaicos, e a energia solar indirecta, que se apresenta em formas como a biomassa, o vento, a energia das ondas, etc. Contrariamente ao que frequentemente se diz, a energia térmica oceânica — isto é, a que pode ser extraída das diferenças de temperatura entre as águas superficiais e profundas — não é renovável, ainda que seja de origem solar. É uma energia fóssil, resultante da acumulação do calor solar nos oceanos ao longo de milhares de milhões de anos, tal como o carvão e o petróleo são formas de biomassa, e logo de energia solar indirecta, mas fósseis e não renováveis à escala humana.

Por outro lado, a energia das marés — ainda que frequente e erradamente confundida com a das ondas — é renovável, mas não solar, uma vez que resulta das forças do sistema gravitacional Sol-Terra-Lua. Sabe-se que a energia das marés teve larga aplicação nos braços do estuário do Tejo, nomeadamente em Corroios, Seixal, Coina e Montijo, pelo menos desde o início do século XIV, em moínhos dos quais alguns subsistiram até aos nossos dias e estão, muito louvavelmente, a ser recuperados. Sem nos alongarmos no seu estudo, devemos notar que a tecnologia neles usada não era tão primitiva

quanto se possa supor: o facto dos “rodízios” ou rotores das turbinas serem constituídos por pás com a forma de colheres, como as modernas rodas Pelton, mostra que os nossos artífices possuíam uma experiência e um corpo de conhecimentos superiores à média europeia. E pode-se também dizer que a sua consciência ecológica se encontrava bem definida — a prova encontra-se na utilização das “caldeiras” dos moínhos de marés como tanques de aquacultura, através do aproveitamento dos restos da moenda para alimentação dos peixes. Possivelmente anterior à introdução dos moínhos de marés terá sido a dos moínhos de vento, que tudo indica terem estado



AEROGERADOR “AEROSIL 4”, CONCEBIDO E CONSTRUÍDO EM PORTUGAL PARA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ÀS HABITAÇÕES E EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS ISOLADAS

* Investigador, fundador e primeiro vice-presidente da Sociedade Portuguesa de Energia Solar.

largamente espalhados pela península e cuja instalação deve ter coincido com a ocupação árabe, antecedendo portanto de um a dois séculos — a sua divulgação no resto da Europa, no regresso das Cruzadas, por volta do ano 1100. Importa notar que por essa época houve uma importante mudança na sociedade europeia, através de uma relativa prosperidade que obrigou os homens, pela primeira vez, a considerar que o esforço do seu corpo e dos animais não era bastante para as suas necessidades, pelo que importava usar outras forças — a do vento e a das águas. Tal como os moinhos de marés, os nossos moinhos de vento indicavam uma tecnologia relativamente avançada, nomeadamente através do uso de rotores funcionando por depressão, e logo com um rendimento superior ao dos rotores orientais, que por norma usavam a pressão directa do vento.

Um pormenor extremamente importante, e bem demonstrativo do avanço dos nossos artífices, é o uso das velas nos rotores. Ainda que vulgarmente explicado como uma aplicação natural das velas dos navios, há que ter presente que as velas, quando montadas nos rotores, têm um comportamento diferente perante o vento e se apresentam como superfícies de perfil alar curvo, de rendimento muito superior ao perfil recto das pás de tábua ou tabuado, correntes durante muitos séculos e ainda hoje por vezes encontradas em realizações artesanais. Não se pode deduzir disso, obviamente, que os nossos artífices dispusessem já de conhecimentos superiores de aerodinâmica (e de hidrodinâmica, no caso dos moinhos de marés e das azenhas), mas indica, mais uma vez, que o seu poder de observação e a sua experiência atingiam níveis excepcionais. O que, de resto é confirmado pelos curiosos moinhos do Barreiro e pelo muito mais moderno mas não menos curioso rotor do moinho de tipo americano do Zambujal, cuja fotografia ilustra muitas das obras sobre energia eólica publicadas pelo mundo fora.

Perante as tradições do uso das fontes renováveis de energia na península, uma pergunta é inevitável: terão essas fontes algum valor significativo, na actualidade e no futuro previsível?

A resposta implica a demolição de alguns dos mitos correntes sobre a utilização da energia solar. Ao contrário do que muitas pessoas

afirmam (e que até alguns dos nossos organismos oficiais parecem crer) a energia solar não serve apenas para aquecer águas, nem essa é a sua aplicação de maior significado e mais amplo futuro. Por outro lado, e também ao contrário do que muitas pessoas pensam, não é possível satisfazer com a energia solar as necessidades do nosso País — a menos que surjam alterações radicais na sociedade. O problema é fácil de enunciar: a energia solar, sob todas as suas formas, é difusa — isto é: o seu aproveitamento implica a utilização de áreas de captação relativamente grandes, mesmo supondo rendimentos de conversão elevados (o que é raramente o caso).

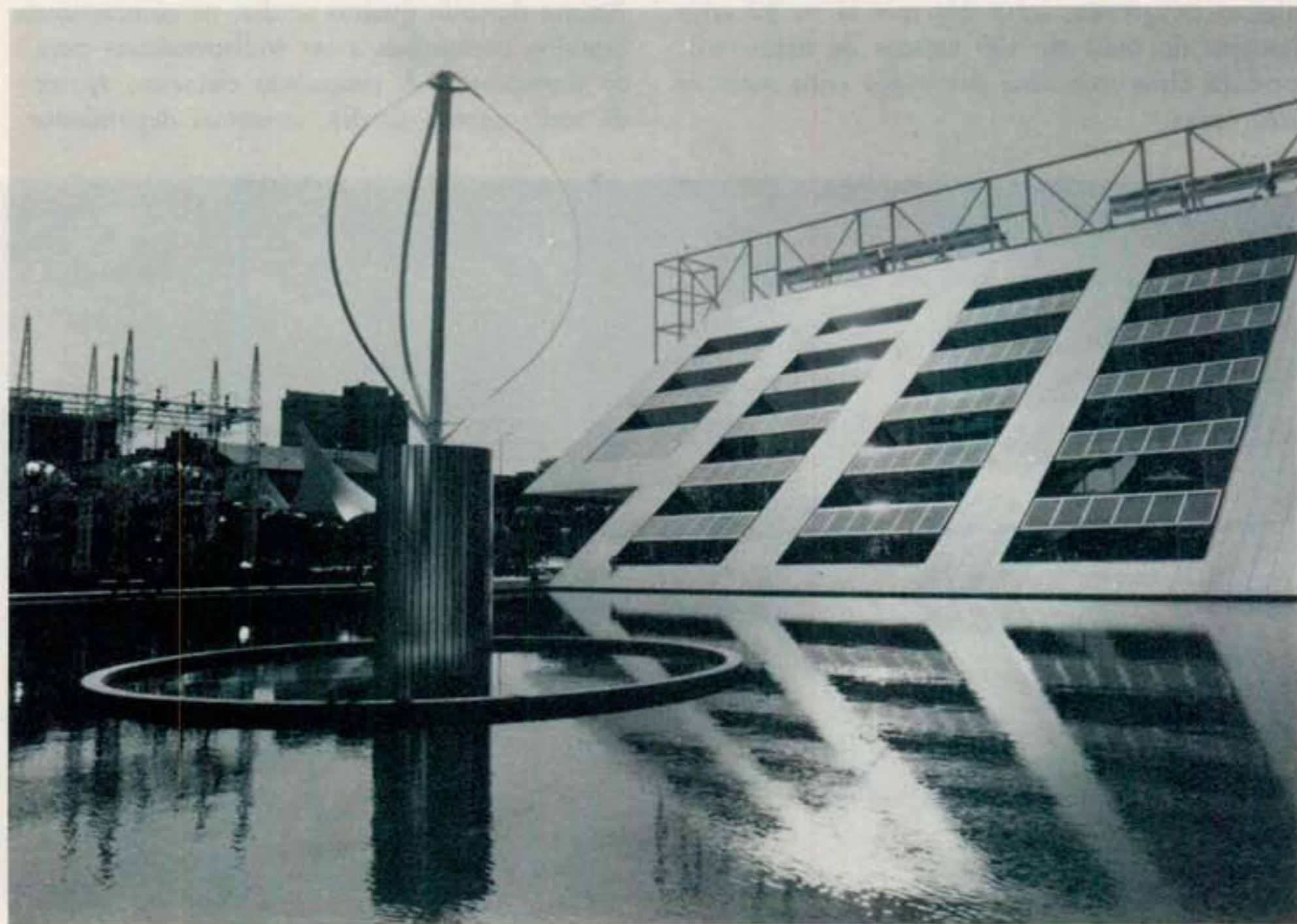
Portanto os grandes aglomerados populacionais, implicando uma alta concentração de consumos, torna-se desfavorável: um prédio de muitos andares e muitos inquilinos, mesmo que estivesse virado a sul para aproveitá-lo ao máximo a energia solar e não sofresse qualquer ensombramento (o que seria muito difícil na prática) não teria, quer na cobertura, quer nas próprias paredes, uma área bastante para ser coberta com colectores de aquecimento ou painéis fotovoltaicos capazes de satisfazer as necessidades dos inquilinos.

Uma solução seria a concentração completa: a construção de edifícios-cidades, sob a forma de torres ou subterrâneos, de modo a deixar livre o maior espaço possível para a instalação de captadores de energia solar (devendo recordar-se que os campos, sendo produtores de biomassa por fotossíntese, são também captadores de energia solar). No entanto, isso traria novos problemas energéticos — transportes interiores, elevação de água, esgotos, renovação do ar, etc.

E traria também problemas sociais graves, por certo. A solução preferível seria, portanto, a diametralmente oposta: a descentralização. E a verdade é que a pequena povoação, a unidade agrícola de pequena ou média dimensão e a habitação isolada são ideais para o aproveitamento das fontes renováveis de energia. Os edifícios poderão então ser concebidos e construídos segundo as regras da arquitectura solar, que se baseia na utilização passiva do calor do Sol, quer para o aquecimento quer para a ventilação, quer para a própria refrigeração. É de notar que as regras da arquitectura solar já eram bem

conhecidas dos gregos e romanos e foram seguidas pelos árabes e pelos nossos próprios artífices. A arquitectura tradicional das Beiras, do Minho e de Trás-os-Montes, ainda que por vezes degenerada, é de base solar. E o mesmo acontece com a do Alentejo e do Algarve, embora aí o objectivo seja diferente: a frescura, em vez do aquecimento. Uma comunidade em que as regras da arquitectura solar fossem respeitadas teria, portanto, um consumo de energia correspondente ao de uma fracção do exigido pelas comunidades actuais. Como isso implicaria a orientação dos edifícios a sul e a ausência de ensombramento, as coberturas poderiam ser usadas quer para os colectores de aquecimento de águas, quer para os painéis de células fotovoltaicas. Os detritos, em vez de irem poluir rios e mares, poderiam ser usados para produzir combustível, sob a forma de biogás. E os ventos poderiam ser usados como em tempos idos. Enquanto as terras de cultura e de pasto ficariam livres. A península de Setúbal seria o local ideal para uma experiência desse género — e há que

considerar que ela de modo algum iria prejudicar a ordem actual das coisas: a construção civil, em particular, não seria prejudicada, haveria apenas uma mudança de processos, mas não de escala de actividades. E muitas outras ocupações seriam criadas. O potencial existe: por exemplo, na península — e melhor ainda no resto do distrito de Setúbal — existem áreas com pouca vocação agrícola ou florestal que podem ser aproveitadas quer para a captação de energia eólica, quer para a produção de energia eléctrica por células fotovoltaicas. E quanto a estas será bom notar que aos recursos geográfico-climáticos se juntam os recursos humanos: a Faculdade de Engenharia da Universidade Técnica de Lisboa, instalada no Monte de Caparica, é um dos mais avançados centros mundiais de investigação, no campo das células de silício amorfo, um dos mais promissores. Por outro lado, a instalação em curso de um gerador de calor solar, com espelhos concentradores, na UCAL, em águas de Moura, a primeira desse tipo no nosso País, é uma prova das possibilidades da

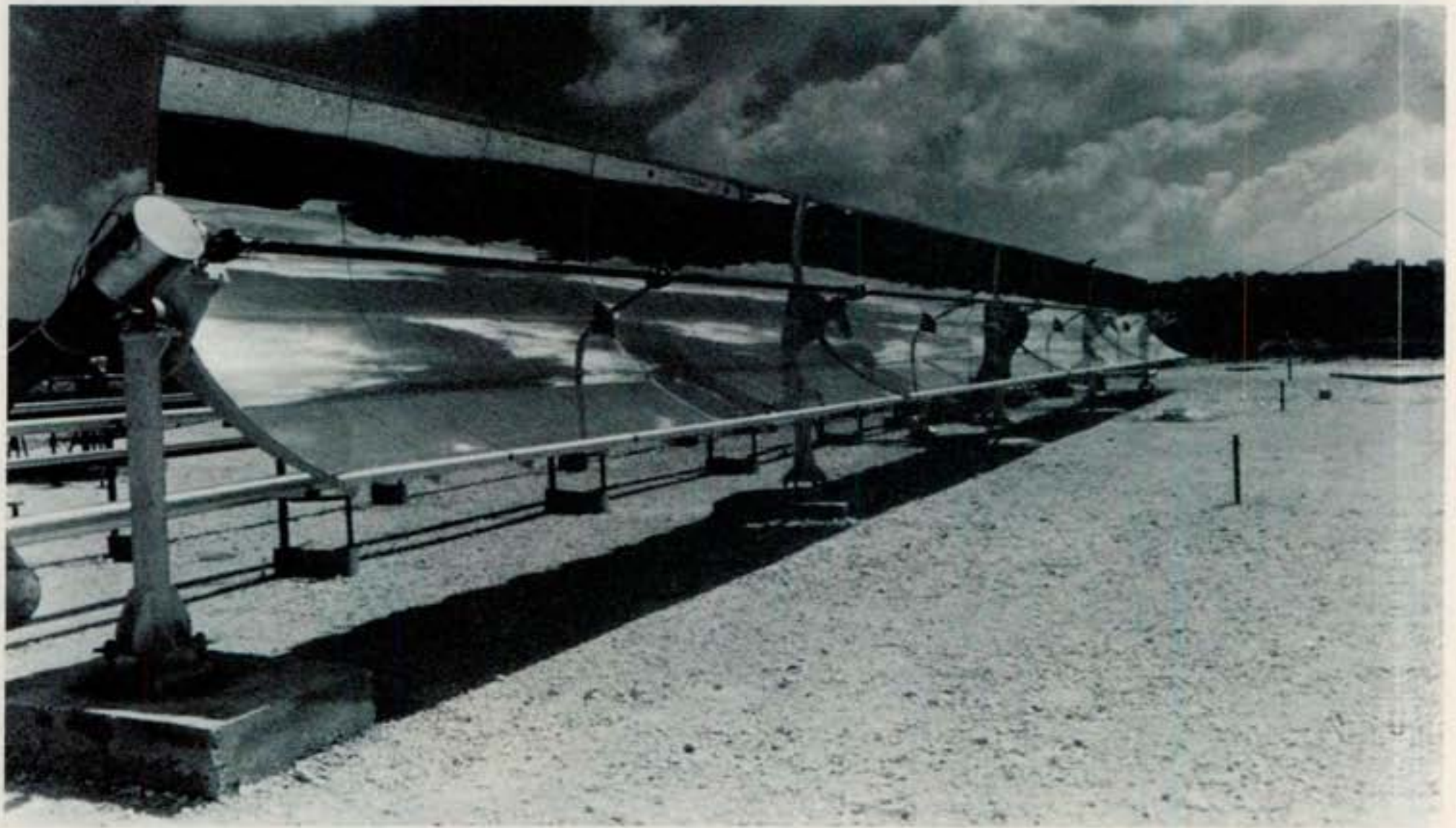


A CASA SOLAR COM PAINÉIS FORMANDO GUARDA-SOL. NO CENTRO DO LAGO UM PEQUENO GERADOR EÓLICO

região, quanto aos aproveitamentos térmicos. Contra o que se poderia supor, os extensos areais desde a barra do Tejo até ao Cabo Espichel, e a sul, pouca utilidade poderão ter para os aproveitamentos directos da energia solar: os grãos de areia arrastados pelo vento deteriorariam rapidamente as superfícies protectoras ou reflectoras, reduzindo fortemente o rendimento dos captores. Em contrapartida, essas áreas parecem favoráveis ao aproveitamento da energia eólica. Ainda que não exista qualquer avaliação concreta das disponibilidades dessa energia, as medições correntes fazem supôr que na maior parte dos sítios se pode dispôr de uma velocidade média do vento da ordem dos 5 metros por segundo no inverno e 6 metros por segundo no Verão, donde uma produção de energia anual de cerca de 100 a 400 kwh por metro quadrado de área varrida pelo rotor. O que significa que um aerogerador relativamente pequeno, com um rotor de 4 metros de diâmetro, poderá satisfazer as necessidades de uma habitação vulgar, tal como um aerogerador com um rotor de 60 metros de diâmetro (uma dimensão de modo algum exagerada, uma vez que já os há com rotores de mais de 100 metros de diâmetro) poderá abastecer uma povoação com mais de 200 casas.

As perspectivas quanto aos outros tipos de aproveitamento não são tão boas quanto se poderia supor. Como se disse, a confusão entre os moinhos de marés e a energia das ondas é frequente, ainda que se trate de coisas muito distintas. Os moinhos de marés foram muito úteis no seu tempo, mas a sua potência é demasiado baixa para as necessidades modernas, e quer na península de Setúbal, quer em toda a costa portuguesa, não existe qualquer sítio em que as marés tenham uma variação suficiente para gerar uma quantidade de energia compensadora. Diferente é a situação quanto à energia das ondas, mas não na península. As ondas que rebentam nas praias viradas a oeste são de aproveitamento difícil, exactamente por rebentarem sobre as praias. As do sul poderiam ter um aproveitamento mais fácil, mas a energia nelas contida é menor e não garante um aproveitamento compensador.

De resto, não se deve esquecer que o problema real não é a produção de electricidade, mas sim a de combustíveis, e acima de tudo a de combustíveis líquidos — pelo menos na sociedade actual. Apesar de tudo quanto se diz, os combustíveis líquidos continuam a ser indispensáveis para os transportes. A propulsão eléctrica, apesar de tudo quanto se diz, continua dependente



COLECTOR SOLAR PARABÓLICO, SEMELHANTE AOS QUE SERÃO USADOS PARA A PASTEURIZAÇÃO DO LEITE NA UCAL, EM ÁGUAS DE MOURA

das baterias clássicas, que são pesadas e conseqüentemente reduzem a capacidade de aceleração e subida. A geração de hidrogénio, ainda que muitas vezes apontada como uma solução, implica o problema do armazenamento, que ainda não teve uma solução fácil e económica — além do que importa notar que, ao contrário do que tantas vezes se afirma, a combustão do hidrogénio está longe de ser isenta de poluição: determina a geração de óxidos de azoto, os principais responsáveis pelas chuvas ácidas. Isso só não acontece quando ela se dá no seio do oxigénio, em vez do ar.

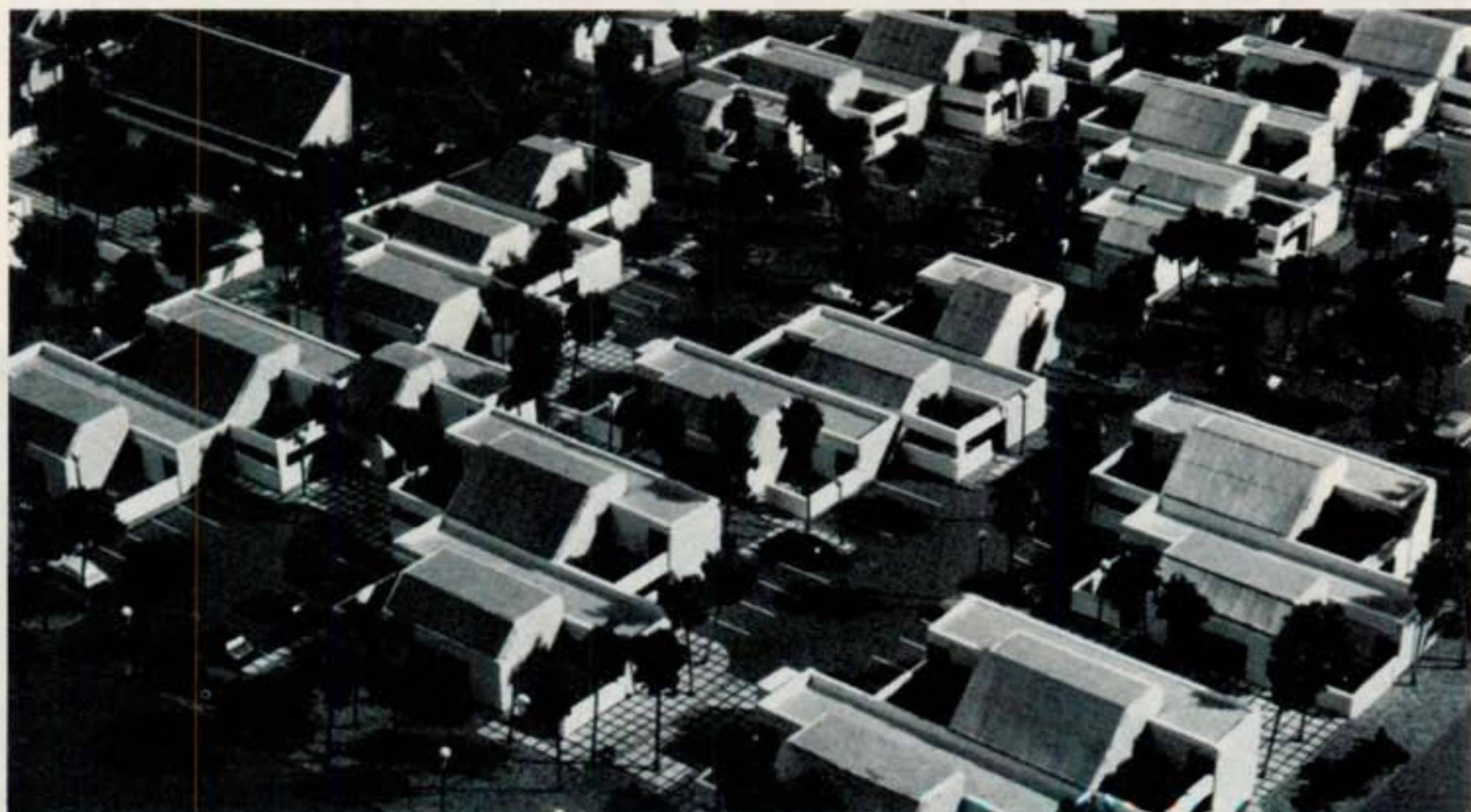
Uma solução seria a produção de álcool, e interessa notar que essa foi a encontrada pela Suécia para assegurar, através do programa "Solar Sweden", a satisfação das suas necessidades energéticas, a partir do ano 2015, através da energia solar, nas suas formas directas e indirectas, e também pelo Brasil, para substituir a gasolina e o gasóleo. Na Suécia usa-se a madeira de florestas constituídas por espécies de crescimento ultra-rápido, produzidas pela engenharia biológica, para preparar metanol. No Brasil é a partir da cana de açúcar que se prepara o etanol. As áreas florestais da península e do distrito de Setúbal não se prestam, todavia, para uma experiência como a da Suécia, que só é possível devido à humidade trazida pela neve e ao azoto cedido pela turfa. Diferente

é a possibilidade de produção do etanol, não a partir da cana de açúcar, mas do sorgo sacarino — que poderia ser a riqueza não só da península, ou do distrito, mas de todo o sul do País. No entanto — e mais uma vez ao contrário do que geralmente se supõe, — a utilização do álcool nos motores não é fácil. A mistura do álcool na gasolina ou no gasóleo não é económica. Para se conseguir uma economia real é necessário usar motores concebidos e construídos para queimar álcool sem mistura.

Em suma, e como se disse de início: as potencialidades da península de Setúbal quanto à utilização das fontes renováveis de energia são muito grandes e podiam ser um exemplo para o País, mas há que pôr de parte os mitos e enfrentar as realidades. Acima de tudo, há que considerar que não é com a sociedade actual que essa utilização pode ser conseguida de uma maneira eficiente.

•

NOTA — Já depois de concluído o presente artigo, vimos que o grande aeromotor de Zambujal desaparecera. Por todo o Mundo, nas obras técnicas e nas revistas, a sua imagem tornava-se conhecida. Nenhuma obra de arte mecânica portuguesa foi mais citada, mais admirada. Não sabemos quais os motivos que levaram à sua destruição. Fossem quais fossem, há que recordar que a cultura não é somente constituída pelas artes clássicas e pelas letras. O que aconteceu no Zambujal foi um crime contra a cultura.



MODELO DE COMUNIDADE SOLAR. OS PAINÉIS ESTÃO INCORPORADOS NAS COBERTURAS

ARQUEOLOGIA NAVAL

António Nabais*

Os portugueses são senhores de uma cultura naval vastíssima, que não tem sido devidamente estudada, valorizada e divulgada. Não será possível conhecer a história de Portugal sem a elaboração dum inventário e classificação de todo o património naval português. Os documentos escritos e iconográficos que chegaram até nós, não documentam suficientemente todas as actividades navais (fluviais e marítimas) que se desenvolveram a partir da fundação da nacionalidade: construção naval, transportes navais, actividades portuárias, modos de vida... só com o recurso à arqueologia naval se poderá obter elementos novos para a compreensão da transformação da tecnologia e da cultura material inerentes ao meio náutico.

Para se estudar o património naval português é necessário fixar a atenção sobre toda a costa Atlântica do Continente, Ilha da Madeira e Açores, bem como sobre os rios seus estuários e algumas lagoas. Para além destas áreas geográficas, existem outros espaços fundamentais para conhecer a dimensão do património naval português, isto é, todos os portos internacionais que os portugueses atingiram e, durante séculos, exploraram em quase todos os continentes, sobretudo a partir dos Descobrimentos. Ao aplicar a disciplina

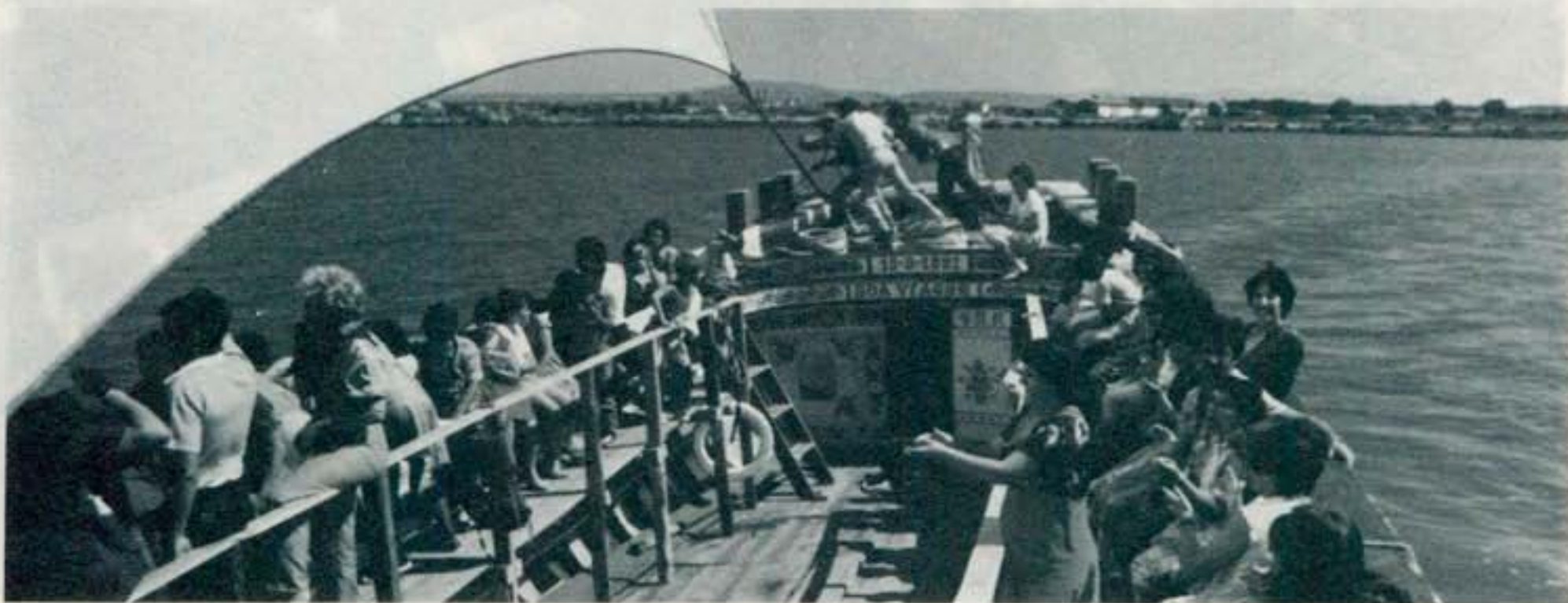
da arqueologia no campo do património naval, os investigadores são confrontados com a necessidade de adoptar as técnicas das escavações arqueológicas tradicionais a um novo meio.

Existem numerosos locais nas margens dos rios e de seus estuários, e na Costa Atlântica que deveriam ser sujeitos a trabalhos arqueológicos: desde estaleiros navais, instalações portuárias (zonas urbanas ou rurais), antigos bairros de pescadores, locais de naufrágios até aos faróis, fábricas de conserva de peixe, secas de bacalhau, marinhas de sal, cordoarias, canais de navegação e todos os pontos que testemunham a ligação entre o homem e o rio ou o mar. Pode-se entender dois tipos de arqueologia naval: a arqueologia subaquática que exige um equipamento complexo e caro, e a investigação em sítios navais terrestres ("arqueologia naval terrestre").

A variedade de embarcações ⁽¹⁾ que se construíram em toda a costa portuguesa ilustra bem o espírito criativo dos construtores navais que eram ao mesmo tempo carpinteiros de machado, calafates, desenhadors, arquitectos e pintores. A riqueza da arte naval portuguesa está no estilo próprio de cada estaleiro ou povoação. Pois cada terra ou região tinha os seus barcos típicos de pesca ou de transporte: "Em toda a nossa costa, desde o Minho até

* Técnico responsável dos Serviços Histórico-Culturais da Câmara Municipal do Seixal.

⁽¹⁾ Quirino da Fonseca nas "Memórias de Arqueologia Naval Portuguesa" registou 167 tipos de nomes diversos designativos de espécies de navios.



RECUPERAÇÃO NAVAL

ao Guadiana, a enorme variedade de formas nas embarcações de pesca marítima, da pesca fluvial e da pesca lacustre, basta para evidenciar a persistência da tradição no grande génio marítimo de tão pequeno povo” (Ramalho Ortigão, *Arte Portuguesa*, Tomo I, 2.^a edição, Livr. clássica Editora, 1943, fl. 145).

Para o conhecimento dessa grande variedade de barcos que se utilizaram em Portugal e dos quais quase se perdeu o rasto (por exemplo, barco dos moinhos e barco dos moios no rio Tejo), torna-se necessário recorrer aos serviços da arqueologia naval. Este trabalho, porém, enfrenta vários problemas, os quais dificultam a obtenção de dados: a utilização na construção naval, de materiais de pouca duração (madeira, tecido das velas, cordame, etc.), a etimologia e evolução da terminologia naval, falta de documentos escritos e iconográficos, o assoreamento dos rios e da costa marítima, destruição e aterros de antigas estruturas portuárias, estaleiros navais e canais.

Arqueologia Naval: Duas experiências no Distrito de Setúbal

SEIXAL — A Câmara Municipal do Seixal iniciou os trabalhos de arqueologia naval com a recolha de instrumentos utilizados pelos

operários da construção, pela recuperação e beneficiação de embarcações típicas do rio Tejo (fragata, varino, falua), barco de pesca de bacalhau (dori) e barco de desporto (Vouga), bem como o estudo e divulgação dos barcos tradicionais do estuário do rio Tejo. Ao mesmo tempo, para não se perderem as técnicas tradicionais de construção naval de madeira, a Autarquia contratou um carpinteiro naval que, no Museu (Núcleo Naval Histórico), executa miniaturas e ensina a arte de construção naval.

Outra forma de intervir no campo da arqueologia naval, consistiu na criação de um Núcleo Museológico (Núcleo Naval Histórico do Ecomuseu do Seixal), aproveitando para isso um estaleiro naval tradicional, o qual não só documenta a sua antiga função, mas, igualmente, serve para interpretar as actividades fluviais do estuário do rio Tejo.

A falua, que foi toda recuperada pela Autarquia, é reutilizada como peça museológica, com os objectivos de documentar um tipo de embarcação utilizada no Tejo e de servir para viagens de estudo no estuário, colocando os visitantes em contacto com uma peça do património naval que lhe oferece: uma viagem agradável, a identificação da estrutura arquitectónica de uma embarcação tradicional, um vocabulário próprio da tripulação naval, os processos utilizados para aproveitar a energia eólica na deslocação dos barcos e o conhecimento dos núcleos antigos junto à orla fluvial.



ESTALEIRO NAVAL ARTESANAL NO GAIO (MOITA)

MOITA — A Câmara Municipal da Moita tem desenvolvido um conjunto de actividades culturais voltadas para a salvaguarda e valorização do património cultural: desde a recuperação de embarcações tradicionais (varino e bote de fragata) que faziam o transporte de produtos locais para os mercados de Lisboa até à reconstituição de actividades fluviais, como o carregamento do tojo que se destinava ao aquecimento dos fornos e casas particulares da capital.

A recuperação de peças náuticas e a reconstituição de actividades relacionadas com o rio permitem não só dar a conhecer aspectos da história local, mas igualmente obter novos elementos, através da recolha oral junto dos mais idosos. As embarcações recuperadas pela Autarquia, como no Seixal, são utilizadas para viagens de estudo na área da Moita e estuário do rio Tejo.

No concelho da Moita (Gaio), ainda funciona um estaleiro naval artesanal, que garante a recuperação dos barcos característicos do rio Tejo, e, ao mesmo tempo transmite fielmente as técnicas tradicionais da arte de construção naval de madeira: desde os espaços utilizados para construir e reparar as embarcações (as praias onde se instalam as carreiras), sem qualquer abrigo da chuva ou sol, até aos instrumentos de trabalho usados pelos carpinteiros de machado e calafates. O mestre José Lopes, proprietário do estaleiro naval, herdou do seu pai o estaleiro, mas também as técnicas que, habitualmente, passavam de pais para filhos mantendo-se quase exclusivo de conhecidas famílias.

CONCLUSÃO — A intervenção destas duas Autarquias no campo da arqueologia naval permitiu a salvaguarda, estudo, divulgação e reutilização do património naval, e, ao mesmo tempo levou às populações ribeirinhas a interessarem-se pelo rio, seus valores culturais e seus problemas: desde o estudo e recuperação das embarcações típicas do Tejo, desenvolvimento da prática náutica desportiva, até à defesa dos sapais, tomada de posição contra a poluição das águas, destruição da fauna fluvial. Deste modo as populações consciencializam-se dos problemas graves que a poluição produz no estuário do Tejo, destruindo uma riqueza económica de todos os portugueses, e são levadas a tomar posições para evitar os malefícios da civilização industrial.

Bibliografia

- *A Arte Naval*, Biblioteca do Povo e das Escolas, n.º 82, Lisboa, David Corazzi, Editor, 1884.
- Benevides, Francisco da Fonseca — *Escola Industrial Pedro Nunes em Faro, Museu Industrial Marítimo. Catálogo Ilustrado das Coleções*, 2.ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.
- Branco, D. Manuel de Castello
- *Embarcações e Artes de Pesca*, Lisboa, Lisnave, 1981.
- Cabral, J.A. Neves — *Meia-Lua da Costa da Caparica*, Setúbal, Edição da Junta Distrital de Setúbal, 1969.
- Chaves, Luis — *Os Barcos do Tejo*
- *Fragatas e Varinos*, in separata do n.º 10 da “Revista Municipal”, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, s/d.
- Ferreira, Raul César — *Elementos de Arquitectura Naval (O Navio de Comércio)*, 2.ª edição, Lisboa, Papelaria Fernandes, 1929.
- Filgueiras, Octávio Lixa — *Barcos de Pesca de Portugal*, in separata da “Revista da Universidade de Coimbra”, vol. XXVIII, Coimbra, Imprensa de Coimbra, Ld.ª, 1981.
- Fonseca, Quirino da — *Memória de Arqueologia Naval Portuguesa*, in “Anais do Clube Militar Naval” de 1913 a 1914.
- Franck, Alain — *Mer et Muséologie un lieu Complexe*, in Revue “Continuité”, n.º 24, Québec, 1984.
- Laroche, Daniel — *L’Archéologie Maritime: Un Fossé À Combles*, in Revue “Continuité”, n.º 24, Québec, 1984.
- Leitão, Manuel — *Boats of the Lisbon Rivers — The Fragata and Related Types* — Maritime Monographs and Reports, n.º 34, London, Published by the National Maritime Museum.
- Nabais, A.J.C. Maia — *História do Concelho do Seixal. 2 — BARCOS*, 2.ª edição, Dição da Câmara Municipal do Seixal 1984.
- Paul — Louis Martin — *Vers Le Naufrage d’une Culture Maritime?*, in Revue “Continuité”, n.º 24, Canadá (Québec) 1984.
- Silva, A.A. Baldaque da — *Estado Actual das Pescas em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.
- * Léfinay, François Macé de — *Sauvegarde du Patrimoine Naval*, in revue “Monuments Historiques”, n.º 130, Décembre 1983 et Janvier 1984, édité par la C.N.M.H.S. Paris.

OS CANASTREIROS

A vinda dos canasteiros para Alcochete

Maria M. D. Boeiro

AGOSTINHO DELGADO era cesteiro na aldeia de Couço Cimeiro, freguesia e concelho de Vila de Rei distrito de Castelo Branco. Dedicava-se à feitura artesanal de cestas com arco para apanha de frutas e de cestos (canastras) para transporte de hortaliças das hortas para casa ou quantas vezes das crianças de tenra idade, filhos dos pequenos agricultores daquela região.

Como matéria prima usava os troncos e ramos dos salgueiros que abundavam nas margens das ribeiras sub-afluentes do Rio Zêzere, aos quais retirava a casca e os desfiava para fazer o encanastrado e respectiva estrutura dos cestos.

Nesta zona, mais propriamente o Centro Geodésico de Portugal, tinham lugar anualmente várias feiras nas localidades mais populosas.

Por isso o Cesteiro ia vender as suas obras a Amêndoa, Cardigos, Vila de Rei e Sertã. Sendo estas feiras ponto de encontro dos comerciantes e artesãos das áreas limítrofes, era habitual trocarem experiências dos seus trabalhos.

Em Ferreira do Zêzere e arredores de Alcobaça, do lado de lá do rio — como diziam — abundavam cesteiros e canasteiros. Também estes procuravam as localidades acima apontadas para ali venderem os cestos e canastras achatadas, vulgarmente utilizadas nas tarefas do campo. Mas os artesãos desta região usavam a madeira de acácia como matéria-prima do seu trabalho.

AGOSTINHO DELGADO não se contentava com o mercado do seu concelho e tal como outros indivíduos artesãos e vendedores, deslocava-se a Abrantes para na grande feira vender as suas obras.

Vivendo no interior do país, sem estradas alcatroadas e com escassos meios de transporte (burros ou carros de bois) difícil se lhe tornava a venda dos cestos que naturalmente

sobravam das feiras aonde acorriam os habitantes daquelas redondezas.

Por volta de 1918-1920 procurou imigrar para a zona ribeirinha do Tejo, na margem sul, onde poderia governar melhor a vida.

Sozinho, deixando mulher e 5 filhos pequenos a labutar no amanho das terras, veio um dia de comboio desde Alferrarede até Vila Franca de Xira. Daqui passou-se, provavelmente numa fragata do Tejo para ALCOCHETE, terra de numerosas salinas e donde partiam diariamente barcos à vela carregados de sal, tojo, frutas ou mesmo batata para abastecer Lisboa e os barcos que dali saíam barra fora. Chegado a ALCOCHETE, fixou a sua oficina numa casa fronteiriça ao Forno do Pão pertencente a Estêvão Nunes (no Beco do Forno) e lateralmente à futura Farmácia Nunes no então Largo do Chafariz.

Nesta sua oficina trabalhava fazendo canastras ao lado dos dois empregados vindos da região de Alcobaça. Aqui se manteve durante algum tempo, mudando-se mais tarde para uma casa no Pátio do José Vieira, lateral à Rua Direita.

Pelo ano de 1928, puxou para a sua arte o filho mais velho, o MANUEL

AGOSTINHO. Este com 10 anos de idade, acabando de sair da escola onde tirou a “4.ª classe com distinção” vestindo calças remendadas e casaco “à homem” desembarcou no cais de Alcochete, vindo desde Vila Franca de Xira no barco do tio António Pitrolim (António Marques).

AGOSTINHO DELGADO agora acompanhado do filho (para fazer mandaretas) do Rosa e do Daniel (os empregados) ajudando-o depois já no ofício, vinha consertar as canastras que pelo uso nas marinhas do sal, estalavam as correias e se partiam pelas costaneiras.

Viviam aqui só na época do Inverno para que ficasse pronto esse trabalho até à chegada do Verão em que a azáfama da “tirada do sal” era ininterrupta.

Terminada a tarefa sazonal regressavam

à aldeia do Couço onde o pai continuava a fabricar cestos e canastras (mais compridas e achatadas do que as do sal) denominadas ali por cestos.

Debatendo-se o Cesteiro com a falta de transportes, decidiu abrir uma oficina em Alferrarede, próximo de Abrantes, donde podia enviar os seus produtos por via férrea até Vila Franca de Xira ou posteriormente para Lisboa/Santa Apolónia, directamente aos compradores.

Então pai e os dois filhos (o Ramiro viera também aprender a arte) esforçavam-se por manter o fornecimento à clientela ribeirinha. Como se encontravam relativamente perto de casa (aqui a mulher e mais 3 filhas faziam os mais variados trabalhos na agricultura) era-lhes mais fácil o abastecimento de carnes, pão caseiro, azeite, vinho, etc. e ajudá-las nos trabalhos duros das sementeiras. A ligação entre Couço Cimeiro e Alferrarede, aprox. 30 Km, fazia-se semanalmente pelos carros de bois dos almocreves da região, atravessando densos pinhais até à cidade mais próxima, Abrantes.

Chegado o Inverno dirigiam-se para a oficina de ALCOCHETE para acudir ao mau estado das canastras, algumas delas já irrecuperáveis por acção corrosiva do sal e para fabricarem outras novas.

Entretanto o consumo de carvão na capital aumentava e para as descargas tinham os

canastreiros de enviar as canastras em barcos à vela, Tejo abaixo até Lisboa. Nesta altura cada homem de ALCOCHETE que ia trabalhar na descarga do carvão ou até na do sal, tinha de ir munido de uma canastra. Isto é, levava consigo a mão-de-obra e a ferramenta para assim garantir o seu ganha-pão e bem incerto.

Em ALCOCHETE ainda se abriu na Rua da Quebrada (na casa da futura Taberna do Broa) outra oficina de um canastreiro de Alcobaça, mas durou poucos anos.

AGOSTINHO DELGADO mudou novamente a oficina, pela última vez, para um edifício na Rua da Praia n.º 7, defronte do Rio Tejo e pertença da famosa Casa Agrícola Santos Jorge de Rio Frio. Tratava-se de uma loja bem grande, um quintal, uma enorme adega com diversas pipas e tonéis, uma ampla lagariça e ao fundo a casa do alambique incluindo no interior desta um poço. Só a casa grande da frente foi alugada por 40\$00 ao ano, ficando o resto das instalações para os trabalhos do fabrico dos vinhos e aguardente a cargo do senhorio.

Nesta ampla casa, o Canastreiro dividiu-a com uma parede-tabique garantindo assim, oficina e armazém. Como era muito alta e de telha-vã aproveitou esse espaço, fazendo um sobrado para sótão/armazém onde guardava canastras e cestos além de uma divisória reservada a quarto para pai e filhos



CANASTREIROS DE ALCOCHETE

que dormiam em simples camas de ferro. Cozinhavam as suas refeições utilizando a chaminé-chupa ou o pequeno forno subjacente, únicas peças decorativas de todo este espaço.

Na oficina de ALCOCHETE ficou o filho MANUEL AGOSTINHO e na de Alferrarede o Ramiro. O pai passaria para o Couço Cimeiro vindo só temporariamente às oficinas dos filhos, já independentes. MANUEL AGOSTINHO foi residir depois de casar, para a casa n.º 7 da Rua do Amaral desta vila, comprada pelo pai à ti'Ana Palhaço. Mais tarde coube a este filho a dita casa como dote em partilhas.

Na realidade os tempos eram difíceis e a vida dos alcochetanos era em muitos casos, miserável. Viviam em grande parte dependentes do trabalho salineiro no Verão e faltando “as marinhas” ou “a descarga do carvão em Lisboa (Poço Bispo ou Belém)” não tinham onde ganhar dinheiro. Mais tarde apareceram as secas do bacalhau que possibilitavam também um trabalho sazonal e alguns iam trabalhar para os campos mas as gentes ligadas ao mar (pescadores, barqueiros e salineiros) ganhavam no Verão para mal passarem o longo Inverno, encostados às paredes do Largo da Misericórdia.

Quantas e quantas vezes pediam para lhes vender “fiado” uma canastra para na madrugada seguinte embarcarem para “o carvão” ou irem a pé para “as marinhas” conforme o seu número sorteado na véspera na Casa do Povo após os apitos da sirene. Alguns proprietários das salinas compravam canastras para as safras, dispensando o trabalhador de levar a ferramenta apropriada para “a tirada”.

Tal como os padeiros e merceeiros, também o Canasteiro era obrigado a suportar “os calotes” dos não pagadores, sinal da miséria material e moral de alguns trabalhadores alcochetanos.

Devido a esta clientela insegura e de fracos recursos, AGOSTINHO DELGADO quando vinha a ALCOCHETE, procurava trazer para venda alguns produtos da sua aldeia. Assim, chouriços, presuntos e demais enchidos de fabrico caseiro eram fornecidos a um ou outro particular mais abastado, normalmente taberneiros ou merceeiros. Contam-se entre outros, o Alfredo da Pensão, o Chico Gato, o António da Agostinha, o Belém, o Chico

Abel, o Zé Canta, etc. Nesta sequência, vinham também os queijos de ovelha e cabra, fabricados pela família e vizinhos da aldeia. De qualidade afamada, “os queijos canastreiros” apareciam naquelas lojas como novidade especialmente gostosa.

No final da década de 40 fazia-se a ligação do transporte de mercadorias entre o comboio do Montijo e Alcochete pela única via existente: — a carroça do Aníbal. Diariamente ele se dirigia à estação ferroviária e trazia os volumes para a sua terra. Alguns anos mais tarde foi substituído pelo João Mimo que, de carroça também fazia esse transbordo.

Umás vezes assim outras vindo em camionetas de carga carregadas de madeira de pinho para as serrações do Montijo até Almada, chegavam aqueles produtos alimentares. Prolongou-se esta tradição pelo MANUEL AGOSTINHO até finais da década de 50.

Preparação e fabrico de canastras

As matérias-primas de melhor qualidade para construir as canastras eram a madeira de salgueiro e a de castanho, sendo esta oriunda das serranias da Cova da Beira.

Nesta zona do país abundavam soutos de castanheiros bravos, cujos troncos — as varas de castanho — eram aplainadas com uma ferramenta cortante, abaulada, comprida e provida de 2 punhos de madeira.

Para melhor conservar essas madeiras compradas, MANUEL AGOSTINHO carregava ao ombro pesados molhos de varas encascadas desde a sua oficina na Rua da Praia, descendo a rampa defronte da Rua da Quebrada em direcção à praia. Aí abria uma vala comprida e estreita e nessa areia lodosa deixava as varas enterradas durante alguns dias para que a água salgada lhes fortalecesse a resistência natural e impedisse o aparecimento de bicho roedor.

Retirados os molhos das varas, carregava-os de novo para “o estaleiro” — recanto da oficina — onde permaneciam tapadas com sacas de serapilheira húmida.

Desta reserva de material ia retirando a madeira conforme as seguintes fases: — abria à mão a vara usando uma faca triangular bem cortante transformando-a em tiras médias, longitudinais; depois aplainava essas “correias” com uma faca comprida abaulada cuja lâmina

de 10 cm afiada num único lado, era segura com 2 punhos de madeira. Usava para este trabalho um banco comprido de castanho a meio do qual existia uma tranca com pedal que, uma vez accionado, prendia ou soltava “a correia” com a ajuda do pé, conforme a espessura que o artesão desejava e a força manual empregue na faca. Na parte anterior do banco, sobrava espaço para o assento do canasteiro que habilmente alisava “as correias”.

Em seguida procurava as varas melhores e mais finas para delas fazer os arcos, segurando-os com pregos finos e compridos. Para a montagem das costaneiras (uma tira larga + duas estreitas) preferia a madeira de salgueiro das margens do Rio Zêzere e assim com as restantes peças de castanho, ia dando boa resistência à canastra.

Uma vez montada a estrutura da canastra, começava a encanastar com as correias já alisadas e macias, prendendo-as no arco com um nó junto à costaneira larga e compondo o vão aberto com semi-arcos afiados nas pontas, dando uma forma ovalada e funda à canastra, deixando-lhe 2 buracos nos topos superiores laterais para que o utente a segurasse melhor.

Faltava ainda o aperfeiçoamento. Para tal,

utilizava uma faquinha robusta com cuja lâmina “catava as pontas” que tivessem ficado espetadas ou qualquer desfiamento lateral das correias.

Estavam assim acabadas as canastras, fortes e resistentes ao arrastamento no chão ou até ao peso de um homem de estatura mediana. Logo que ficavam prontas e testadas, eram empilhadas ou enfiadas num arame para formarem uma roda facilitando assim a sua deslocação conjunta até aos fregueses de maior consumo.

Por isso o preço destas era superior ao das canastras compradas aos canasteiros de Alcobaça que as faziam com madeira de acácia facilmente estaladiça em virtude da corrosão do sal ou do uso prolongado noutros trabalhos. A diferença de qualidade era tal que as de Alcobaça não aguentavam qualquer concerto justificativo.

Os clientes e utentes habituaram-se a distinguir-lhes as características e normalmente os compradores escolhiam as que o próprio MANUEL AGOSTINHO fazia. Era o único canasteiro da área ribeirinha entre ALCOCHETE e Almada, havendo um ou dois em Setúbal e desconhecendo-se qualquer outro na margem norte do Rio Tejo.

O MANEL CANASTREIRO, assim era



CANASTREIROS DE ALCOCHETE

conhecido por toda esta gente, não tinha empregados e trabalhava diariamente das 6 h da manhã até às 22-23 h conforme as encomendas, contando com tempos curtos para as refeições tomadas dentro da oficina. Deste modo armazenava as canastras feitas no Inverno para que no início da faina do sal houvesse bastantes já prontas para servir os fregueses.

As canastras que fabricava eram de 3 tamanhos: — as maiores para o sal e carvão; as médias para carregar o bornico (estrume de porco utilizado pelos camponeses na adubação das terras de sementeira) e as pequenas para carregar figo e uvas muito abundantes neste concelho. Às vezes também fazia cestas com arco para as mulheres irem trabalhar na apanha do feijão verde (feijão carrapato), da ervilha, da fava ou mesmo nas vindimas.

O CANASTREIRO vendia igualmente os restantes utensílios usados na tarefa da “tirada e carregamento do sal”: — os rodos — placas rectangulares de sobro adquiridas em Trás-os-Montes, tendo um chanfro para encavar as varas de castanho com os quais os salineiros rapavam o sal dos talhões das marinhas; — os punhos — pequenas placas rectangulares de sobro usadas para ajeitar o sal dentro da canastra de modo a que esta tivesse o peso exacto sem ir à balança; — as pás de valar — pequenas e esguias, reforçadas com placa de folha metálica serviam para limpar as ervas e resíduos arrastados pelas invernias para as valas das marinhas; — as pás largas — sendo maiores serviam para encher as canastras ou ajeitar o sal nas “serras” (montões de vários moios de sal) feitas nos espaços contíguos aos talhões, tendo sido assim armazenado o sal para posterior consumo e devidamente tapadas com várias camadas de palha de arroz.

Evolução dos tempos e fim do canastreiro de Alcochete

MANUEL AGOSTINHO trabalhava continuamente sentado numa banca redonda baixinha, dobrado todo o dia, numa posição vergada sobre as canastras exigindo-lhe um esforço permanente nos diversos preparativos e ao mesmo tempo mantendo as mãos e dedos numa articulação simultânea com o encarquilhar das “correias”. A pouco e pouco

foi aumentando o seu sofrimento de reumático ao ponto de passar alguns dias impedido de trabalhar, especialmente no Inverno.

Apercebendo-se desta dificuldade e para complementar a actividade de artesão começou a vender também outros tipos de cestos tanto feitos de vime como de castanho. Os primeiros adquiria-os na zona da Malveira, comprando a outros artesãos e vendendo-os a industriais corticeiros ou salsicheiros do Montijo. Os cestos de castanho eram comprados aos cesteiros de Alcongosta (Fundão) para depois os vender aos industriais corticeiros e aos proprietários dos navios bacalhoeiros.

Fabricavam os cesteiros beirões diversos tamanhos de cestos, segundo a futura utilização. As suas oficinas eram autênticos buracos escavados nas rochas sob as suas residências. O mercado para eles era difícil pois só vendiam “a obra” para uso nos trabalhos dos pomares e nos campos.

Anualmente os bacalhoeiros substituíam os cabazes da pesca, necessitando de vários tipos de tamanho conforme o uso a dar-lhes.

Lá seguiam nas viagens os cabazes grandes para arrumar o bacalhau e carregá-lo dos dórís (pequenas lanchas) para os navios e os mais pequenos para arrumar as linhas e iscos da pesca. Cada tamanho tinha de ter em conta os espaços dentro dos navios de forma a ser bem aproveitado.

O conhecimento com os artesãos da Cova da Beira vinha já dos tempos do pai AGOSTINHO DELGADO aquando da compra das varas de castanho para o fabrico das canastras. Para todos eles a vida e as deslocações eram dificultadas pelos poucos transportes existentes nessa ocasião.

O MANEL CANASTREIRO ora a pé ora à boleia ou mesmo de bicicleta ia procurando clientes por todo o país, divulgando estes produtos artesanais por todo o lado onde visse ser possível a sua comercialização. Os maiores clientes dos cabazes de castanho eram da indústria corticeira uma vez que sendo utensílios leves e muito resistentes apresentavam vantagem em relação às tradicionais alcofas de cânhamo usadas nas fábricas de rolhas de cortiça.

Nesta tentativa de sobreviver enfrentando as deformações ósseas bem visíveis nos dedos das mãos, indispensáveis à sua arte, provenientes aquelas também da humidade das madeiras

utilizadas e do seu posicionamento físico diário, resolveu diversificar assim as vendas atendendo a que as suas forças físicas não lhe auguravam no futuro aquela profissão. Simultaneamente pelos anos 60, o fabrico e expansão dos produtos plásticos perspectivavam um tal incremento que tudo quanto fosse “obra de vime, castanho ou similar” seria em breve substituído pelas novidades plásticas para vasilhame. Falava-se já então na “mecanização das salinas” usando vagonetas para carregamento em vez das tradicionais canastras. Modificavam-se também os métodos de transporte de sal. Tudo convergia para o afundamento da profissão de canasteiro.

À custa de muitos sacrifícios e privações ainda conseguiu nos finais de 1950 comprar a casa da oficina e restante da propriedade ao senhorio, dispondo de um armazém para acumular os ditos produtos vendáveis.

A evolução económica e social do país além de não lhe garantir um mercado próspero também não proporcionava em Portugal a hipótese de poder ter uma reforma porque nunca trabalhara por conta de outrém nem a assistência social abrangia aqueles profissionais.

Vendo-se limitado por diversas formas e estando em desenvolvimento a construção civil, pensou mandar construir um edifício de

2.º andar, ampliando a oficina, podendo desfrutar de lojas alugáveis no rés-do-chão e nos andares superiores uma habitação para a sua família e restantes para arrendamento. Ficaria assim com um rendimento assegurado para a sua velhice.

Infelizmente não chegou a ver concretizada a “invasão dos plásticos” bem como todas as inovações tecnológicas já citadas.

No azarado dia 23/Maio/62 faleceu de uma queda desse prédio de 2.º andar deixando-o por acabar.

Com milhentas dificuldades financeiras acumuladas na sequência dos empréstimos para a dita construção, ficaram viúva e filha menor, sem qualquer apoio ou assistência social, nem modo de vida garantido.

Restava-lhes vender o resto das canastras e cestos armazenados, contactar os vendedores/fornecedores assegurando assim uma pequena venda e exigir aos clientes retardatários o pagamento das suas dívidas.

A par disto procurar junto de familiares e amigos todas as formas dignas para poder cumprir com o pagamento das dívidas deixadas e seus encargos, além de tentar concluir o prédio por imperativo e sem outra alternativa.

No espaço de dois anos terminava assim a venda de canastras e cestos no concelho de ALCOCHETE. ●

PINTURA ANTIGA DO CONVENTO DE JESUS DE SETÚBAL

História de uma Coleção (séculos XV e XVI) (*)

Fernando António Baptista Pereira (**)

Criado em 1949, em instalações provisórias nos Paços do Concelho de Setúbal, o Museu de Setúbal teve, desde o início, como principal vocação a apresentação dos quadros da Igreja de Jesus. Depois da transferência para as actuais instalações do Convento de Jesus, nos anos de 1960/61, a principal secção do Museu continuou a ser a de Pintura Antiga, principalmente constituída pelas obras da 1.ª metade do séc. XVI que haviam pertencido ao antigo Convento. Sem prejuízo de uma reformulação do programa global do Museu, em função da clarificação institucional que se espera, e do inerente estudo profundo das colecções que o integram ou virão a ser nele incorporadas, urgia estabelecer a história daquela que tem vindo a constituir, sem sombra de dúvida, o seu mais valioso acervo e que é, por outro lado, a mais significativa herança do extinto Convento de Jesus, em conjunto com o legado arquitectónico. Foi nesta ordem de ideias que surgiu o presente estudo da Pintura Antiga (séculos XV e XVI) que outrora ornamentou altares e paredes do Convento fundado pela Ama de D. Manuel, Justa Rodrigues Pereira, nos finais do século XV, e que hoje se reparte entre o Museu de Setúbal (o maior número e os mais significativos espécimes) e o Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa (alguns quadros para aí levados aquando da extinção do Convento).

1. As fontes para a história do Convento de Jesus em Setúbal, e para a identificação da

(*) O presente estudo reproduz, com alterações e alívio da carga erudita, alguns dos capítulos da 1.ª Parte do nosso trabalho final do Curso de Museologia intitulado "Pintura Antiga do Convento de Jesus (Estudo de Coleção e Programa de Exposição)" (1984). Todas as obras referidas pertencem ao Museu de Setúbal excepto as que são indicadas como pertença de outras instituições.

(**) Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa e Conservador do Museu de Setúbal/Convento de Jesus.

incorporação de obras de arte — entre as quais obras de pintura — são duas obras de freiras cronistas dos séculos XVII e XVIII, outrora existentes na Livraria do Convento e hoje na Biblioteca Nacional, na Biblioteca Municipal de Setúbal e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: o *Tratado da Coriosa Fundação do Convento de Jesus da Villa de Setúbal*, redigido por Soror Leonor de São João entre 1630 (data constante da 1.ª página) e 1644 (data limite das informações registadas); e as *Memórias Históricas do Real Convento de Jesus de Setúbal, para servirem de suplemento, e continuação do Tratado da antiga e curiosa Fundação delle que compoz a Madre Soror Leonor de S. João* de Soror Anna Maria do Amor Divino, que as escreveu entre 1796 e 1803. A primeira obra é escrita por uma Madre que entrara no Convento nos anos 80 do século XVI, já com um certo espírito de recollecção histórica, como o plano da própria obra indica. Dispôs da mais antiga documentação do Convento, cujas informações registou no texto do Tratado. Escreve a pouco mais de 100 anos da fundação do Convento, beneficiando, por certo, de informações veiculadas por uma tradição oral de fresca data (o que vai repercutir-se, desfavoravelmente, aliás, nas referências à pintura).

Se a segunda obra tem o indesmentível mérito de possuir maior solidez historiográfica, corrigindo inclusivamente a obra anterior em algumas imprecisões e preenchendo lacunas, não é menos certo que é escrita a muito maior distância das mais importantes incorporações de pintura, para as quais, manifestamente, o Convento não possuía documentação, uma vez que nenhuma das autoras transcreveu qualquer indicação mais precisa. O segundo texto acrescenta alguma confusão na matéria em causa (as incorporações de pintura) ao alvitar a autoria de Rubens ou da sua Escola para os chamados (impropriamente, aliás) "primitivos".

Contudo, no que diz respeito a incorporações

de obras de arte (escultura, pintura, azulejaria, talha, etc.) suas contemporâneas ou para as quais há documentação precisa, as cronistas são de uma exemplar probidade.

Deverá acrescentar-se a essas obras — fundamentais, a vários títulos — a documentação do Arquivo do Convento recentemente encontrado, por nós, por classificar na Biblioteca Nacional e que se julgava perdido ou de paradeiro desconhecido. A documentação de Arquivo até à data compulsada não trouxe novidade face ao registado pelas cronistas, o que nos conduziu às seguintes conclusões (provisórias):

1.1. as mais antigas incorporações de pintura quer estrangeira, quer portuguesa devem ter tido origem em doações régias ou de protectores do Convento (por exemplo, D. Jorge de Lencastre), correndo as despesas respectivas por conta dos encomendadores, daí não se encontrarem referências às mesmas nessa documentação e o facto de as freiras-cronistas a isso se referirem de modo muito vago e até confuso;

1.2. a incorporação de pintura no final do

século XVI ainda deve ter tido origem na doação régia: o tecto e o retábulo da Sala do Capítulo, ainda subsistentes e cuja data de factura identificámos (1582) são, por certo, obras de iniciativa de Filipe II cuja autoria as freiras não registam, apesar de referirem o architecto da obra, a propósito do episódio da oferta da nova sacristia e da nova Sala do Capítulo, feita pelo monarca, quando visitou o Convento;

1.3. só nos séculos XVII e XVIII se verifica a encomenda local, com base em esmolas ou dotes, de obras de pintura cujos autores continuam a não ser referidos pelas cronistas, ainda que seja referida a época de execução dos altares, capelas ou oratórias que integravam essas pinturas; é para esta época que ainda se espera poder vir a encontrar documentação no Arquivo do Convento ou nos Livros de Tabeliães de Setúbal, ambos em curso de exploração.

2. Foi em vão que procuramos na bibliografia crítica que se debruçou sobre a pintura antiga do Convento, indicações ou mesmo sugestões relativas à forma de incorporação da pintura



PORMENOR DO PAINEL "APARIÇÃO DO ANJO ÀS SANTAS CLARA, INÊS E COLETA", DA ESCOLA PORTUGUESA, QUE FAZ PARTE DA SÉRIE FRANCISCANA DO GRANDE RETÁBULO DO ALTAR-MOR DA IGREJA DE JESUS (EXECUTADO CERCA DE 1520-1530 POR UMA OFICINA DE LISBOA). NOTAR A REPRESENTAÇÃO DUPLA DE CADA LADO DO ESCUDETE, DO CAMAROEIRO, EMBLEMA DA RAINHA D. LEONOR, DOADORA INICIAL DO RETÁBULO

no Convento. A maioria dos críticos debruça-se sobre aspectos estilísticos, na ausência de documentação.

Com efeito, só a descoberta por Abel de Moura e João Couto, nos restauros dos finais dos anos 30, do desenho do camaroeiro, emblema da Rainha D. Leonor, no painel do Grande Retábulo do Altar-Mor da Igreja de Jesus *O Anjo coroa as Santas Clara, Inês e Coleta* (Fig. 1), nos parece poder fazer avançar a questão. Para João Couto esclareceu-se a encomenda inicial — da responsabilidade da Rainha D. Leonor — e a data presumível da execução do Retábulo (ca. 1525-1530). Contudo, o próprio facto de o motivo aparecer no desenho preparatório mas não ter transparecido na pintura final parece não ter igualmente sugerido nenhuma outra achega para a questão da datação, facto que para nós é fundamental, sobretudo se o relacionarmos com o painel flamengo existente no Convento de que aquela tábuia é quase réplica.

Dado praticamente comum a todos os historiadores e críticos é a fraca ou inexistente exploração das fontes atrás mencionadas. Exceptuam-se, em parte, Raczinsky e Reis Santos (distanciados cerca de um século) em referências, respectivamente, ao estilo das pinturas e à identificação do *Retábulo da Escola do Médio Reno*, hoje no M.N.A.A.. Contudo, são meras explorações pontuais, raras vezes exaustivas, inclusivé para o assunto em questão.

3. Findo o período da construção ca. 1510, o Convento está preparado para receber importantes doações de pintura que preencham os espaços vazios dos seus altares. Cumpre aqui referir a muito provável primeira pintura doada ao Convento: uma cópia do *Ecce Homo* existente hoje no M.N.A.A., obra que se encontra em reserva no Museu de Setúbal, dado o seu estado de conservação. Há outra cópia no Convento Franciscano da Conceição (Beja), obra fundada pelos pais de D. Manuel e D. Leonor e de que estes monarcas, à semelhança do que acontecia com o Convento de Jesus de Setúbal, eram protectores. O original pertence à Escola Portuguesa do Século XV. A cópia de Setúbal deverá situar-se nos fins do XV, inícios do XVI, quando o convento já possuía infra-estruturas que lhe permitiam a recepção de uma pintura de pequenas dimensões.



PEQUENA TÁBUA DA ESCOLA FLAMENGA DO SÉCULO XVI REPRESENTANDO A "GENEALOGIA DA VIRGEM"

Contudo, se o que acabamos de propor não passa de uma conjectura, já a segunda leva de incorporações de pintura merece inteiro crédito. Refere-se Soror Leonor de São João aos quadros oferecidos por Maximiliano à Rainha D. Leonor, sua prima, e que esta teria oferecido ao Convento. Tais ofertas devem situar-se entre os anos de 1517 a 19, atendendo ao que se sabe das relações do avô de Carlos V com a fundadora das Misericórdias e à tradição veiculada. Essas doações são hoje passíveis de ser identificadas: constituem o acervo de pintura nórdica que outrora ornamentou altares do Convento e que hoje se encontra repartido entre o Museu de Setúbal e o M.N.A.A..

Enumeremo-los:

O *Retábulo da Paixão* da Escola do Médio Reno (ca. 1500), que se encontra hoje no M.N.A.A., em Lisboa, para onde foi levado em data incerta, mas seguramente antes da efectiva extinção do Convento (1888) e sua posterior transformação em Hospital, será de todas essas pinturas a mais recuada no tempo. Reis Santos reconstituiu o Retábulo juntando ao painel central os quatro painéis laterais que



"APARIÇÃO DO ANJO ÀS SANTAS CLARA, INÊS E COLETA" ATRIBUÍDA AO PINTOR FLAMENGO QUINTINO METSYS (1465-1530) E CHEGADA AO CONVENTO DE JESUS EM 1517-1519

se encontravam separados dele, provavelmente desde os inícios do século XVII. De facto, julgamos reconhecer o retábulo na referência de Soror Leonor de S. João às tábuas de Passos da Paixão de Cristo, pertencentes ao lote das ofertas dos Reis fundadores que haviam sido colocadas sobre as grades do Coro-Alto no início da época filipina (fins do século XVI). Posteriormente, nos anos de 1603-17, foram retirados desse lugar para serem substituídos pelas portas decoradas e pintadas que ainda hoje lá se encontram. Dois dos mais pequenos painéis foram colocados na Igreja e os outros dois nas paredes do Coro-Alto. Assim os encontrou Raczyński no ano de 1844. Reis Santos julga reconhecer o painel central na descrição feita, em 1880, do interior da capela contígua ao ante-coro, no *Portugal Antigo e Moderno*. Todavia, pensamos que essa referência a uma “belíssima imagem de Jesus Cristo crucificado, de tamanho natural” identifica uma escultura doada ao Convento na época de D. Sebastião, conforme informa Soror Leonor de São João. Os restantes quatro painéis, por seu turno, figuraram na *Exposição de Arte Ornamental*, em 1882, em Lisboa.

As seis pequenas tábuas da escola flamenga (Fig. 2), pelo contrário, nunca despertaram a atenção da crítica. Todavia, a sua localização no Convento é, ainda hoje, relativamente destacada: estão integradas num pequeno altar do Coro Alto da Igreja de Jesus, datado de 1749, altar esse que presumivelmente foi construído com base numa esmola de uma mulher negra do Rio de Janeiro, que foi aplicada em obras de reparação do Coro-Alto. Esse oratório teria recolhido as pinturas originárias de um ou mais retábulos flamengos das oficinas dos “maneiristas de Antuérpia”. Com efeito, essas pinturas aproximam-se do tipo de pintura “de exportação” que as oficinas flamengas produziam quase em série. De uma delas, que representa o “Menino Jesus e São João Batista”, réplica, por sua vez, de um motivo de Vinci copiado por Metsys, Van Cleve e outros, existem versões no M.N.A.A. e no Museu Machado de Castro. A tábua *O Anjo Coroa as Santas Inês, Clara e Coleta* (Fig. 3), atribuída por Reis Santos a Quintino de Metsys (1465-1530), só foi praticamente descoberta fins dos anos trinta do nosso século, aquando da retirada das pinturas para restauro. Não há,

efectivamente, referências anteriores explícitas a este quadro, mas o facto de um dos painéis do *Retábulo* executado cerca dos anos 20-30 do século XVI ser quase-réplica deste belo painel flamengo integra-o, sem sombra de dúvida, nas doações de Maximiliano. Um outro painel, réplica luso-flamenga deste, atribuído por Reis Santos a Eduardo o Português, existente no M.N.A.A. e proveniente da Capela de Santo António do Mosteiro da Madre de Deus, parece reforçar que essas doações do primo de D. Leonor foram distribuídas por esta aos conventos seus protegidos (a quem, por sua vez, ofereceu os grandes retábulos da Escola Portuguesa que tantas semelhanças têm entre si). Talvez que o painel tenha estado presente no séc. XVII na Capela contígua ao ante-coro em que estavam, segundo uma das cronistas, quadro “de diferentes tamanhos de santos da nossa Ordem”.

Terminaria esta breve lista das incorporações de pintura nórdica a referência ao célebre quadro de Hans Memling “*A Virgem e o Menino*” que um texto de Manuel de Macedo e notícias antigas dos registos do M.N.A.A. dão como proveniente do Convento de Jesus de Setúbal. Todavia, nos anos 30 deste século, anotações do Dr. João Couto riscam essa proveniência e indicam o Convento de Brancanes da mesma cidade, sem apresentar razões concludentes e colocando mesmo um ponto de interrogação. Reis Santos não resolveu a questão. A opção pela não inclusão fundamenta-se nesta dúvida, por enquanto insolúvel, e no facto de, a ser proveniente de Brancanes, a sua entrada na cidade do Sado só se poder ter dado no séc. XVIII, data da fundação deste convento, como aconteceu com a célebre *Madona em Oração*, do M.N.A.A., durante muito tempo julgada de Rafael e hoje atribuída com segurança a Cornelis Van Cleve. Esperemos que pesquisas mais demoradas nos arquivos do M.N.A.A. nos do Ministério das Finanças venham a deslindar o problema. Mal tinham acabado de chegar estas valiosas doações, que tanto júbilo devem ter despertado na comunidade religiosa, começou, por certo, a execução do *Grande Retábulo* do Altar-Mór da Igreja de Jesus (Fig. 4). A oferta foi, certamente, da Rainha D. Leonor, como se provou pela presença do camaroeiro no

desenho subjacente (Fig. 1), revelado pelo restauro dos anos trinta, do painel *O Anjo Coroa as Santas Clara, Inês e Coleta*, quase-réplica, como já dissemos, do painel atribuído a Metsys. Se a tábuia flamenga chegou ao Convento pouco antes de 1519 ou nesse ano, é de presumir não ter sido iniciado o Retábulo antes dessa data. Por outro lado, a modificação que o painel português sofreu na pintura final — eliminando o desenho original — dá a entender ter sido concluído o Retábulo já depois do falecimento da Rainha (1525), com o auxílio de outros patronos (provavelmente D. João III). Desta forma, pode considerar-se a época de 1520-30 o período em que uma oficina de Lisboa, dirigida por Jorge Afonso e contando com a colaboração dos chamados Mestres de Ferreirim, executou no local ou enviou os painéis (esta hipótese parece estar mais de acordo com a informação vaga dada por Soror Leonor de S. João na Parte I, Cap. 8.º do seu “tratado”) que passaram, então, a ornamentar o altar-mor da Igreja, constituindo, no dizer da cronista, uma segunda parede. De acordo com o programa iconográfico dos catorze painéis que constituem o Retábulo, propôs Dagoberto Markl (conferência de Dezembro de 1983, no Museu) uma hipótese de

reconstituição conjectural. A proposta de Markl é, sem dúvida, harmonizável com as vagas referências das cronistas, com as dimensões da Capela-Mor e mesmo com o único exemplo de Retábulo da época que subsistiu na moldura original: o Retábulo da Sé do Funchal — o número de tábuas, a sua divisão em séries é mesmo muito semelhante ao caso de Setúbal. Julgamos que deverá juntar-se à fiada inferior, ao centro, um espaço destinado ao *sacrário* ou a uma imagem — do Menino Jesus, por exemplo. Que existiu um sacrário junto do Retábulo não existem dúvidas. Restará determinar a sua localização exacta e se a ele pertenceu a pequena porta que está hoje no M.N.N.A. e a que adiante nos referiremos. Outra particularidade do Retábulo seria o ângulo de cerca 120º que as fiadas verticais dos extremos deveriam fazer em relação às fiadas centrais (como ainda acontece no Funchal). Desta maneira teríamos a mesma disposição de Markl com as modificações que acabamos de expôr: conjunto que seria coberto com uma espécie de dossel e ostentaria belas moldurações de gosto gótico-manuelino já com a presença de motivos renascentistas. Comparado com as dimensões da Capela-Mor, o Retábulo inserir-se-ia perfeitamente, nesta



ASPECTO DA “SALA DOS PRIMITIVOS”, DO MUSEU DE SETÚBAL EM QUE SE VÊEM AS CATORZE PINTURAS SOBRE MADEIRA QUE CONSTITUÍRAM O GRANDE RETÁBULO DA IGREJA DE JESUS, DE SETÚBAL (EXECUTADO CA. 1520-1530)



FIG. 10 - "APARIÇÃO DE CRISTO À VIRGEM" OBRA ATRIBUÍDA À 3.ª ÉPOCA DO PINTOR RÉGIO GREGÓRIO LOPES (1531-1541)

hipótese de reconstituição, no espaço que julgamos ter sido a sua localização original até fins do século XVII ⁽¹⁾. Foi aí que ainda o foi encontrar a época filipina, data em que foi ordenada a “reforma dos retábulos”, medida a que atribuímos o grande repinte no painel *O Calvário* que foi descoberto e removido no restauro dos anos trinta. João Couto, que estudou o caso, associou esse repinte à adequação da representação iconográfica do tema aos ditames da Contra-Reforma, que condenara a figuração da Virgem desfalecida, mas não logrou atribuir uma datação exacta que, para nós, é actualmente mais localizável e que não deve estar longe da execução da nova Sala do Capítulo, na mesma época, a que nos referiremos mais adiante.

A *porta do Sacrário* que, proveniente do Convento de Jesus, entrou no M.N.A.A. em data desconhecida, é uma curiosa tábuia pintada no anverso (St.º António e o Menino) e no reverso (Caveira num Nicho). Foi atribuída durante longos anos à oficina de Gregório Lopes. Mas, mais recentemente, Reis-Santos incluiu-a entre as obras que atribui ao enigmático luso-flamengo Mestre da Lourinhã, cuja actividade na região está atestada por número significativo de obras que lhe têm sido atribuídas (no Santuário de Nossa Senhora do Cabo, em Alcochete e em Santa Susana, Alcácer do Sal, sem falar na participação no Retábulo de Santiago de Palmela). Já falámos no sacrário existente na Capela-Mor. Segundo Soror Leonor de S. João, “no altar-mor, aos lados do Retábulo estão alguns Santos de vulto com o Sacrário que ofereceu a Madre Soror Mariana do Espírito Santo”.

Teria esta pequena tábuia pertencido a esse sacrário? Em todo o caso, a época a que a pintura pertence não se estende para lá de 1540, o que permite concluir que a obra foi incorporada no Convento ao mesmo tempo ou pouco depois da chegada (ou execução) do Grande Retábulo do Altar-mor.

É, aliás, sensivelmente, a mesma época a que pertencem as três ⁽²⁾ tábuas (“Geneologia da Virgem”, “Ascensão” e “Aparição de Cristo à Virgem” (Fig. 5), durante muito tempo confundidas entre o número dos painéis que constituíam o *Retábulo* do Altar-Mor, e que hoje se considera pertencerem à terceira época de Gregório Lopes (1531-1540), portanto à década que se segue à provável execução do

Grande Retábulo. Apresentam estas tábuas estreitas afinidades com a única tábuia reminiscente (*Criação de Adão*) do Retábulo da Igreja de São Julião de Setúbal o que permite levantar a hipótese da estadia do pintor Régio de D. João III, em Setúbal, para executar obras para as igrejas de Jesus e de São Julião oferecidas pelo monarca.

Oferta da época de D. João III foram os vitrais. O único fragmento que chegou até nós ostenta a data de 1539 e está exposto no Museu de Setúbal. No entanto, a informação da cronista Soror Leonor de S. João sobre as ofertas de D. João III respeitantes a melhoramentos ou conclusão de obras na Igreja reporta-se a um documento de 1553. Há que, contudo, pensar em esmolas e ofertas dos filhos de D. Manuel e do Duque D. Jorge, grandes benfeitores do Convento cujas dádivas, no dizer da mesma cronista, não ficavam atrás dos respectivos progenitores. Chegamos, assim, ao ano de 1540, data que encerra um ciclo de incorporações de pintura ciclo que acompanhou a fundação e construção do convento e igreja e que envolveu o custeamento das obras de arquitectura (incluindo os revestimentos azulejares de pavimentos e paredes), a oferta do equipamento necessário ao funcionamento do convento (sinos e campainhas oferecidas por D. Manuel em 1496, por ex.) e a dotação das alfaias litúrgicas (D. João II, D. Manuel, D. João III, entre outros).

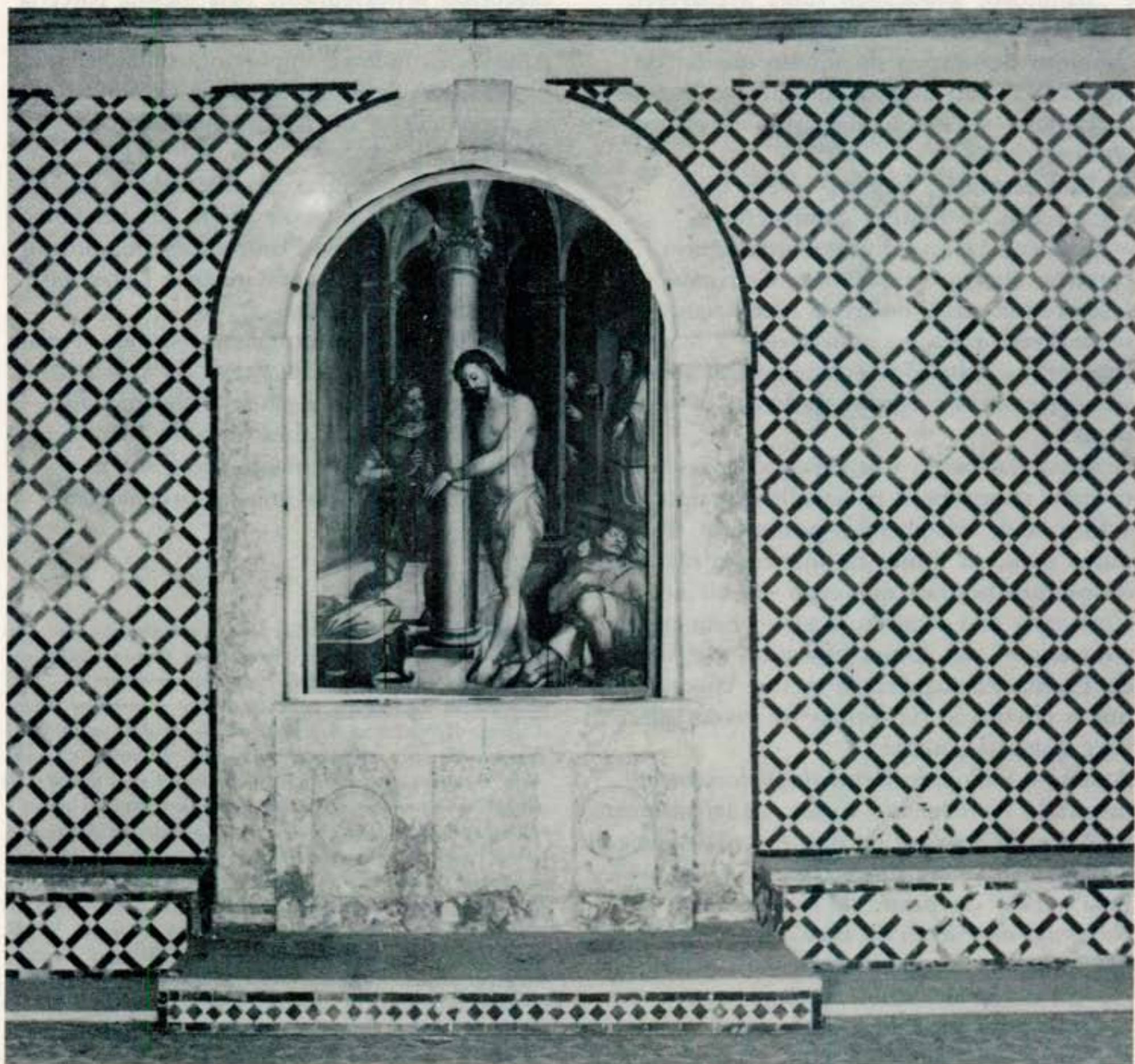
Avulta entre todas estas doações — e para além da arquitectura — o acervo pictórico, especialmente por implicar retábulos de escolas nórdicas e da escola portuguesa cuja chegada ao convento se situa num curto espaço de tempo (de ca. 1517 a ca. 1540).

O período que vai de ca. 1540 a ca. 1580 não é assinalado por incorporações de pintura mas por obras arquitectónicas: a construção do ante-coro e da capela contígua, para a qual foi oferecida uma imagem de tamanho natural de Cristo crucificado, muito semelhante à que foi oferecida por D. Catarina ao Coro-Alto dos Jerónimos, obra de Filipe de Brias. Essa imagem está hoje no oratório da Sala do Capítulo. Do restante recheio dessa capela há notícia, para o século XVII, de painéis de variado tamanho com a representação de Santos Franciscanos cuja entrada no Convento não pode ser determinada. Já vimos que um deles pode ser o painel atribuído a Quintino

de Matsys. Outros foram por nós identificados numa relação de 1906 existente no M.N.A.A. e que refere um “Grande quadro pintado a óleo ladeado de outros mais pequenos” e, entre parêntesis, a outra letra, “São Francisco lendo a regra a Santa Clara e outro Santo, com outros por lado”, cujo paradeiro é desconhecido.

Só em 1582 há notícia de uma nova e importante incorporação de pintura, desta feita inserida na reconstrução da Sala do Capítulo, obra ordenada e paga por Filipe II. Este visitou o Convento em Fevereiro de 1582. Conta a cronista Soror Leonor de São João que, ouvindo o monarca contar às freiras que

ardera nas vésperas a sacristia e o Capítulo, logo ordenou ao seu mestre de obras António Rodrigues, que dirigisse a reconstrução. Da Sacristia só resta a entrada (piso superior) enquanto que o conjunto do Capítulo está praticamente intacto: é um soberbo compartimento de arquitectura maneirista que conta com a importante contribuição decorativa da cerâmica e da pintura (ver Fig. 6). O pavimento é de tijoleira decorada com azulejos verdes enxaquetados, motivo que se repete na decoração da bancada e das paredes (azulejos verdes e brancos). Ao centro, frente ao portal mainelado, está o oratório para o qual foi originalmente



FOTOMONTAGEM REPRODUZINDO A COLOCAÇÃO DA PINTURA “CRISTO A SER DESATADO DA COLUNA” NO ORATÓRIO DA SALA DO CAPÍTULO DO CONVENTO DE JESUS (CONJUNTO DE 1582)

pintado um painel representando *Cristo a ser desatado da Coluna*, tema raro executado por Mestre de grande craveira artística. A pintura

está deslocada do oratório e foi por nós identificada. Recomenda-se o seu restauro e recolocação da pintura no oratório (ver fotomontagem na Fig. 6). A pintura foi atribuída por Vítor Serrão a Francisco Venegas, pintor maneirista. Outra preciosidade pictórica do mesmo espaço é o tecto, obra da mesma época e que Vítor Serrão atribui à oficina do mesmo mestre.

É uma composição formada por cinco grandes medalhões com alegorias à fé, entremeados com a representação de quatro santas franciscanas, tudo identificado por dísticos com legendas. O estado de conservação é calamitoso, ameaçando ruína irreparável, o que conduzirá à mutilação de um raro conjunto decorativo do último quartel do século XVI tão bem documentado, exemplo da perfeita integração das artes no espaço arquitectónico.

4. Para terminar, importa referir que a Coleção de Pintura quatrocentista e quinhentista que outrora ornamentou paredes, altares e capelas do Convento de Jesus revela certas linhas de coerência que não se reduzem pura e simplesmente à junção arbitrária de doações e encomendas situadas em determinadas épocas ao longo de um século.

É nossa convicção que certas doações iniciais tiveram importância na escolha do tipo e formas de encomendas posteriores. Por outro lado, as fontes de inspiração ideológica da pintura nórdica que cedo entrou no Convento não estavam longe — bem pelo contrário — das fontes espirituais da pintura da Escola Portuguesa da mesma época, pelo que a circulação de formas foi propiciada pela base cultural comum.

Assim, no *Grande Retábulo* — fortemente inspirado na *Legenda Áurea*, designadamente na Série da Paixão, de que é verdadeiramente a ilustração — o painel *Cristo e a Verónica* é uma versão do painel do mesmo tema do *Retábulo da Paixão* da Escola do Médio Reno. Na série dos Santos Franciscanos, a forma de representação de Santo António segue o motivo do mesmo retábulo nórdico.

É curioso que também a *porta de Sacrário* nele se inspira (Santo António e o Menino sobre um livro aberto). O painel *O Anjo Coroa as*

Santas Clara, Inês e Coleta da Série Franciscana do *Grande Retábulo* é, como cima, quase-réplica do painel atribuído

a Metsys, o que deve ter sido exigido pelas próprias freiras à parceria que executou a obra. Contudo, os pintores portugueses introduziram nas suas obras valores plásticos e culturais que as individualizam (atitudes, fisionomias, arquitecturas de fundo, símbolos).

Na série das *Alegrias da Virgem* do mesmo *Retábulo*, o painel *Presépio* segue o modelo iconográfico de uma das pequenas seis tábuas da Escola Flamenga do Altar de 1749 e não a recente inovação da *Adoração dos Pastores* que fora introduzida na Pintura Portuguesa pelo Retábulo da Madre de Deus, de 1515, executado provavelmente pela mesma parceria de Setúbal, dirigida pelo Presumível Jorge Afonso. É, todavia, importante sublinhar que, na paisagem de fundo da tábua de Setúbal, se figura o motivo do Anjo conduzindo os Pastores.

O motivo iconográfico da *Genealogia da Virgem* (Fig. 2) presente numa das pequenas seis tábuas da Escola Flamenga está na origem do partido seguido por Gregório Lopes no painel do mesmo tema.

O século XVI não terminaria sem nos revelar a inspiração parcial do *Painel da Sala do Capítulo* no tema da tábua *Flagelação do Retábulo da Paixão* da Escola do Médio Reno, ainda que a solução escolhida por Venegas seja de uma singular originalidade.

(1) Quer Soror Leonor de São João, quer Almeida Carvalho (*Lendas, Tradições e Acontecimentos da Região Setubalense. Convento de Jesus, Setúbal, 1969*), interpretando as informações da cronista, dão claramente a entender tapar o antigo Retábulo as três faces da ábside da Capela-Mor, descrevendo uma linha recta (ou quase), de parede a parede. Aliás, quando as paredes da Capela-Mor foram faceadas de azulejo enxaquetado azul e branco (que o padrão actual reconstitui) entre 1614 e 1617, as três paredes da ábside não foram cobertas, como pode ver-se numa fotografia antiga publicada no *Boletim da D.G.E.M.* dedicado à Igreja (Fig. 31), o que confirma o facto de o Retábulo ter tapado esse sector da Capela-Mor até aos inícios do século XVIII, data em que é substituído por um altar de talha dourada, sendo os painéis remoldurados e pendurados ao longo das paredes das naves. O altar de talha dourada foi removido durante o restauro da Igreja nos anos quarenta e encontra-se na Igreja do Lourçal.

(2) Na realidade são quatro, uma vez que, em época indeterminada, o painel *Genealogia da Virgem* foi dividido em dois.

CULTURA POPULAR PORTUGUESA

As Tradições Artesanais

Michel Giacometti*

Temos para nós que o conhecimento objectivo da realidade histórica e cultural do nosso povo apresenta-se como uma das tarefas primordiais dos intelectuais empenhados na construção de uma sociedade nova. Assim, a aproximação das formas específicas de sentir o passado, viver o presente e projectar o futuro por parte de largas camadas da nossa população rural acarreta para todos nós uma pesada responsabilidade. Portanto, longe de restringir a nossa compreensão dos fenómenos de cultura popular tão-só a simples exercícios teorizantes, a militância cultural deve levar-nos a práticas que, a partir do entendimento global da realidade nacional, tendam à preservação, estímulo ou reanimação das expressões artísticas populares de mais profundo enraizamento.

Neste particular, as tradições artesanais ⁽¹⁾ constituem uma das componentes porventura mais significativas do nosso património cultural, entendido este no seu sentido lato e numa perspectiva não elitista.

As tradições artesanais — objecto do esquecimento ou da manipulação deliberada do regime fascista — ao suscitarem em nós a justa admiração que é devida a tudo o que autenticamente cria o nosso povo, são merecedoras do nosso esforço na pesquisa de soluções visando a protecção e, inclusive, a viabilização económica das suas expressões mais genuínas.

Contudo, a justa admiração, a que aludimos, não significa uma adesão ingénua a tudo o que traz o rótulo de popular. Com efeito, é conhecido que o tradicionalismo fascizante ou simplesmente conservador, aliado à especulação mercantilista, logrou em parte deturpar o que sobrevivia das tradições do nosso povo, sobretudo quando afirmavam o seu cariz progressista ou reflectiam um sentir colectivo contestador do *status quo*.

Por outro lado, o 25 de Abril implementou um interesse sem dúvida salutar por tudo o que se afigura popular. Acontece, contudo, que a procura nem sempre rigorosa da identidade cultural nacional leva certos estratos da população urbana a aceitar como provindo da inventiva popular/rural criações de origem duvidosa, propositadamente toscas ou balbuciadas, ou então recriações citadinas coloridas de falso regionalismo ⁽²⁾.

Temos nós, neste campo, o triplo dever de inventariar exaustivamente as fontes originais da cultura popular e suas florações actuais, campesinas e proletárias urbanas; de esclarecer os portadores/produtores de cultura popular sobre o relacionamento desta com a sua luta pela sobrevivência, inserindo-a no contexto nacional da luta das classes trabalhadoras e no contexto mais geral da luta dos povos pelo pão, pela paz e pela liberdade; enfim, de suscitar e promover acções sensibilizadoras da opinião pública para os problemas da preservação do património popular, numa perspectiva de recusa firme dos subprodutos nacionais ou elaborados pelas multinacionais da comunicação de massas.

Ao referirmos, também, a desejável viabilização económica das produções artísticas populares, temos o propósito exclusivo de salvaguardar um património paulatinamente obliterado pelas classes privilegiadas, conservadoras de uma cultura por natureza antagónica da cultura popular. Ao defendermos a rentabilização das actividades artísticas do nosso povo, lutamos, em consequência, para a melhoria das suas condições de vida e sua dignificação.

(1) À designação um tanto depreciativa entre nós de artesanato preferimos a de tradições artesanais, sublinhando a propósito o carácter dinâmico, e não estático, que reconhecemos às tradições populares.

(2) Falso regionalismo reconhecível, por exemplo, no reportório e no estilo de certos cantores populares urbanos, pretensamente transmissores ou recriadores da nossa tradição musical.

* Etnomusicólogo.

As actividades artísticas do nosso povo, e mais directamente as tradições artesanais, como actividades produtivas que são, sujeitam-se às leis do mercado e dificilmente escapam à ganância de especuladores e intermediários que desviam em proveito próprio uma boa parte da força de trabalho dos artesãos. Deste modo, dos cerca de cem mil portugueses implicados na produção de característica artesanal, poucos são os que encontram nela meios suficientes de subsistência. Daí, a nossa preocupação em indagar das vias mais consentâneas, entre outras, à melhoria dos seus processos de produção e comercialização. Fruto de uma lenta maturação artística, as tradições artesanais revelam, na sua riqueza conceitual e temática e na sua diversidade funcional, o carácter fundamental de um povo que, contra todas as adversidades, soube criar os meios técnicos aptos a garantir o seu pão de cada dia, melhorar a sua capacidade de resistência ao clima e às doenças, aliviar o exercício das tarefas domésticas e comunitárias e, também, alegrar saudavelmente o seu sombrio horizonte social. Esta secular aplicação do povo no tocante a sobrevivência das suas artes exige o nosso empenho na procura de soluções que não deixem morrer — por asfixia ou degradação decorrente de ajustamentos ao gosto das classes dominantes — uma das fontes porventura mais preciosas do património cultural.

Do património cultural, aliás, haveria que conhecer o conceito oficial para melhor entender o estatuto de subalternidade a que são votadas as criações artísticas populares. Na verdade, a cultura genuína do nosso povo não se inscreve em geral na versão oficializada de património onde, quando muito, a sua existência incómoda é referida em termos passadistas, senão caridosos. Tal posicionamento procede por certo de uma concepção elitista e restritiva de património que o 25 de Abril não aboliu no espírito de tantos que, por dever de ofício ou diletantismo, ditam leis ou teorizam sobre esta matéria. Não é de estranhar que assim seja. O Estado fascista deixou que se deteriorasse parte substancial do nosso património arquitectónico, erudito e popular, civil e religioso e, nos raros casos em que, neste domínio, meteu mãos à obra, preocupou-se em absoluto com o chamado património

nobre, ou seja aquele que requeria a sua intervenção por razões sobretudo de mistificação histórica ou propaganda política. Desta intervenção é lícito afirmar que não poucas vezes se apresentou com carácter ofensivo das mais fundas tradições nacionais. Quanto ao resto, é sabido que a investigação das nossas raízes artísticas populares resultou quase sempre de iniciativas marginais, privadas de cobertura oficial e com frequência submetidas a perseguições de toda a ordem. Hoje, o fracasso da política já velha de cerceamento das expressões artísticas mais lídimas do nosso povo e exaltação de valores históricos e culturais falseados, seguida por certas entidades oficiais, é devido em parte, cremos nós, à acção concertada ou isolada de um número crescente de intelectuais e artistas progressistas. Ao projectar os seus pontos de vista em amplos sectores da sociedade portuguesa, contrariam eles os apriorismos e comodismos oficiais e, no mínimo, exercem um papel de prevenção activa contra a dissolução ou aviltamento do património nacional. (3)

Voltando ao ponto donde partimos, parece-nos útil chamar a atenção para estes três pólos de actividade primacial do povo português que são: a olaria, a cestaria e a tecelagem — actividades essas que marcam um passo decisivo na conquista de melhores condições de vida e, hoje ainda, acaso representam o que de mais importante, do ponto de vista artístico e social, registam as nossas tradições artesanais.

Nem sempre, porém, nos será fácil descortinar nestes artefactos as formas e os motivos de mais ou menos remota origem, as adaptações hodiernas e as lentas assimilações, as funcionalidades originais ou transferidas, de acordo com as mutações da sociedade rural e, também, as solicitações do mercado. Em todo o caso, revelam eles a perenidade de processos velhos, senão arcaicos, de

(3) *Recuperar e refuncionalizar os barcos do Tejo (Moita e Seixal), reintegrar a tecelagem na economia local (Mértola e Castro Verde), revitalizar o Museu Municipal (Estremoz), são exemplos, entre muitos, de uma política cultural correcta porque baseada nas tradições culturais das classes trabalhadoras. Num outro plano, o da organização dos modos de produção, citamos a fecunda experiência que constitui a Cooperativa Operária de Gonçalo (Guarda).*

apropriação e tratamento da matéria-prima, e testemunham a manutenção, no essencial, de fortes particularismos estéticos regionais e locais que deixam transparecer, contudo, uma forma de sensibilidade artística singular e comum ao povo deste país.

Ao escolhermos estes três elementos dos mais expressivos das nossas tradições artesanais, consideramos também o facto de manterem entre si uma antiga e íntima relação que sobremaneira revela o carácter unitário das artes populares. Por isso, não será de admirar o parentesco existente, praticamente desde sempre, entre a olaria e a cestaria e entre tipos mais elementares de cestaria e tecelagem, nem tão-pouco o relacionamento destas artes com outras formas da criatividade popular.

Resta-nos acrescentar que esta indissociabilidade dos elementos integrantes da cultura popular constitui a razão primeira da sua vitalidade quando confrontada com as forças culturais desagregadoras que o imperialismo nos impõe com força de lei. Ao concluir estas breves observações, mais uma vez insistimos no trabalho urgente de reflexão que nos deve merecer o conjunto das criações artísticas populares. Pesquisa teórica

e acções concretas se podem enriquecer dialecticamente se desenvolvidas no sentido da reinserção no todo nacional da expressão criativa popular.

O quadro natural da nossa prática afigura-se-nos situar-se mais adequadamente em áreas autárquicas (4), onde melhor se poderá definir o sentido e delimitar o âmbito da nossa intervenção. A apreensão dos processos e recursos criativos populares à escala local abre caminho para uma perspectivação mais correcta dos problemas que dizem respeito à nossa identidade cultural nacional.

Por fim, é de acreditar que encontraremos aí as razões profundas de uma necessária solidariedade com os criadores de cultura popular, cujo combate desigual contra os poderes económicos e ideológicos que asseguram a sua subalternidade social e artística participa da nossa luta em prol de uma vida mais digna para todos os portugueses.

(4) Ou regiões, quando para tal existirem condições subjectivas e objectivas.

PATRIMÓNIO E PODER LOCAL HOJE

Alguns Problemas

Luís Sá*

No domínio do património cultural há algumas ideias que começam a estar completamente adquiridas. É o caso, por exemplo, do entendimento do património cultural como um conceito muito vivo e amplo, que vai do monumento e da arte erudita até à alfaia, ao tear, ou à arquitectura e ao provérbio popular; da concepção e valorização do património como preocupação progressista e acto de resistência cultural e política de massas e não como acto de conservação gratuita e passadista de valores que só interessariam a eruditos de concepções conservadoras; da ideia de que a melhor forma de defender e valorizar o património é assegurar a sua fruição pelo povo em vez de “congelar” e isolar das massas os bens e valores patrimoniais.

Um estranho quadro legal

Sendo assim, a preocupação com o património cultural não pode ser estranha ao Poder Local, ao qual, constitucionalmente, cabe “prosseguir os interesses próprios das populações respectivas”. A lei, neste ponto, está porém manifestamente desajustada das necessidades e realidades. Na verdade, o artigo 87.º da Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro, determina, na esteira do velho Código Administrativo, que compete à Assembleia Distrital deliberar sobre a criação ou manutenção de museus etnográficos, históricos e de arte local e deliberar sobre a investigação e conservação dos valores locais arqueológicos, históricos e artísticos e sobre a preservação e divulgação do folclore, trajos e costumes regionais. É sabido, porém, que os distritos são divisões territoriais constitucionalmente consideradas provisórias, sobre as quais têm jurisdição as Assembleias Distritais, órgãos pouco ou nada operativos e em que aparecem misturados órgãos de poder local e o Governador Civil,

representante do Governo por este nomeado. É assim que aos municípios, apesar de só lhes terem sido conferidas atribuições culturais em termos muito genéricos, (artigo n.º 2/1 alínea g) do Decreto-Lei n.º 100/84) têm cabido na prática o esforço e as responsabilidades principais, ao nível do Poder Local, no domínio da preservação e valorização do património cultural, mesmo muitas vezes nos domínios legalmente cometidos às Assembleias Distritais.

Mas ter a *possibilidade legal de actuar* não significa que estejam resolvidas outras questões necessárias a uma actuação eficaz. É o caso, em especial:

- da delimitação clara de responsabilidades de cada nível da Administração Pública (central, regional e local) nesta matéria;
- da disponibilidade mínima de meios financeiros para actuar eficazmente;
- do acesso aos apoios técnicos e financeiros necessários.

Referindo estes três aspectos não se pode deixar de ter em conta que o Governo PS/PSD tem actuado de forma a ignorar completamente estas necessidades. Assim, no decreto-lei n.º 77/84 de 8/3, dito de “delimitação e coordenação das actuações da Administração Central e Local em matéria de investimentos públicos” não se atribui qualquer responsabilidade no domínio do património cultural à Administração Central, e ao município apenas se atribui a responsabilidade por centros de cultura, bibliotecas e museus municipais e pelo “património cultural, paisagístico e urbanístico do município” (artigo 8.º alínea f), n.ºs 1 e 2) sem esclarecer o alcance desta expressão. Não é obviamente, todo o património situado no município.

Face a este enunciado será pacífica a opinião de que continua a não ser clara a delimitação de responsabilidades neste domínio, sendo forte o risco de existir uma vasta zona que, não podendo pela natureza das coisas, deixar de caber à Administração Central, será uma espécie de “terra de ninguém” do ponto de vista prático.

* Director da revista “Poder Local”.

Em relação às finanças locais é sabido que as autarquias estão colocadas numa grande dependência dos Governos e das respectivas maiorias parlamentares, quer em relação à verba global, quer em relação aos critérios de distribuição. Assim, por exemplo, após a revogação da Lei n.º 1/79 é a lei do Orçamento que transfere em cada ano grande parte das receitas das autarquias e os novos encargos. Existe assim uma situação de completa incerteza e impossibilidade de planear e programar a actividade autárquica. A proposta de lei do Orçamento para 1985 recentemente aprovada na Assembleia da República mantém e agrava a séria asfixia financeira de muitas autarquias, na sequência dos elevados cortes de anos anteriores.

É assim, por exemplo, que o distrito de Setúbal receberá apenas pouco mais de 14,8% do que em 1984.

Recorde-se que no ano anterior a inflação se cifrou em aprox. 30%.

Finalmente, no terceiro domínio referido, o do apoio técnico às autarquias, é sabido que não têm sido dados grandes passos no caminho da desconcentração do Instituto Português do Património Cultural de modo a estreitar a sua relação com as autarquias, da formação de quadros que apoiem tecnicamente a actividade do Poder Local, etc..

Para uma alternativa

A clarificação de responsabilidades, o reforço de meios financeiros e o apoio técnico às autarquias impõem medidas que os vários governos e maiorias parlamentares se têm revelado incapazes de tomar.

Em relação ao primeiro aspecto, julgamos que é adequada a classificação do património segundo o seu valor internacional, nacional, regional e municipal, rodeando de todas as garantias o património classificado como tal pelos municípios. Assim, caberia ao Governo a classificação dos bens culturais como tendo interesse internacional e nacional, às Regiões Autónomas a classificação como tendo interesse regional e às Assembleias Municipais a classificação de bens como tendo interesse municipal. Esta possibilidade garantiria a possibilidade de uma actuação subsidiária das autarquias sem eximir o Governo e a Administração Central das suas responsabilidades. Naturalmente que caberia

ao município optar entre reivindicar a classificação dos bens culturais como património nacional ou regional quando tal iniciativa não tenha cabido ao Governo e às Regiões Autónomas ou deliberar proceder à sua classificação como património de interesse municipal.

Por outro lado, havendo necessidade de garantir e ampliar a intervenção das autarquias no planeamento territorial e na administração urbanística, coloca-se a necessidade de compatibilizar o exercício dessas competências com a garantia de que a protecção, conservação e valorização dos bens culturais são devidamente asseguradas pelas autarquias. Aos municípios caberia assim,

prioritariamente, a protecção, conservação e valorização dos bens culturais de que o município é proprietário ou possuidor, os bens classificados como sendo de património de interesse municipal, a garantia do respeito pelo património no planeamento e administração territorial e urbana, a colaboração com a Administração Central em relação a todos os bens culturais na medida das possibilidades do município, além de lhe caber contribuir, a título subsidiário e não obrigatório para a defesa dos bens culturais "imateriais".

Ao contrário do que já tem sido defendido, julgamos que o objectivo de defender o património deve ser prioritariamente garantido através da ampliação das possibilidades de reacção judicial dos cidadãos, das Associações de Defesa do Património, das estruturas populares e do Governo contra actos do Governo, das autarquias ou dos particulares que lesem ou sejam susceptíveis de lesar os bens culturais e não através da submissão de obras e planos elaborados pelas autarquias à aprovação casuística do Governo. Na verdade, até hoje tem havido uma larguíssima ingerência da Administração Central no planeamento e na administração urbanística, em particular dos Ministérios do Equipamento Social, Qualidade de Vida e outros sem que essa ingerência se tenha traduzido em benefícios claros para o património.

Caberia naturalmente à Administração Central, com a colaboração das autarquias na medida das possibilidades destas, o levantamento dos bens culturais a proteger, conservar e valorizar e a sua comunicação

a todos os que têm que os respeitar, em particular aos municípios. Assim, em vez de se estabelecer a obrigação de os municípios elaborarem planos de protecção ou salvaguarda e de os submeterem à aprovação ministerial deverá ser consagrada na lei a obrigação da Administração Central comunicar aos municípios os bens culturais que o planeamento e a administração urbanística municipal terão que respeitar. Por outro lado, o desenvolvimento da elaboração de normas gerais sobre licenciamento de obras nos centros históricos, por exemplo, bem como a fiscalização do seu cumprimento serão a alternativa adequada para a submissão do licenciamento de tais obras não às autarquias mas, por exemplo, ao Ministério da Cultura. Em relação às finanças locais impõe-se repor a vigência e cumprir a lei n.º 1/79, aprovada por unanimidade em Outubro de 1978 e revogada através do Decreto-Lei n.º 98/84 pelo Governo PS/PSD.

Em relação ao apoio técnico às autarquias no domínio do património, para além da utilidade do associativismo intermunicipal de que é expressão o trabalho realizado no âmbito da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, impor-se-ia alargar a acção do IPPC e de outros organismos, orientando-os para uma colaboração técnica eficaz com a gestão municipal.

Cautelas necessárias

Na actual situação financeira das autarquias é de prevenir contra a tendência para reclamar do Poder Local mundos e fundos, sem ter em conta a situação concreta existente e o momento, frequentemente dramático, que muitas autarquias atravessam.

Naturalmente que o facto de existir um quadro legal desadequado não significa que não se possa fazer nada ou que, perante as dificuldades financeiras, devam ser necessariamente sacrificadas as acções de defesa e valorização do património. Apenas se pretende dizer que é necessário ponderar ainda mais cuidadosamente os custos de cada acção e a definição de prioridades, que é necessário avaliar o que é e não é possível fazer em cada momento. Tem um triste significado, por exemplo, o caso de uma Câmara que, com grande esforço financeiro, criou uma linha de crédito para recuperar habitações do centro

histórico da vila mas que a viu esgotar-se rapidamente, verificando que não passava de uma verdadeira gota de água comparada com a verba que seria necessária.

De resto, entre os eleitos do Poder Local democrático, vai existindo uma aguda consciência de que, como dizia o malogrado Presidente da Câmara de Mértola Serrão Martins, o município é o primeiro responsável pelo matrimónio cultural e natural (agindo ou reivindicando) e de que a sua acção será insuficiente se não se conseguir levar às populações este seu cuidado, interessando-as por uma riqueza que é, sobretudo, colectiva. (Poder Local — Património Cultural, ed. Avante!, p. 22).

Hoje, já existe uma prática muito generalizada entre as autarquias democráticas de assumir vastíssimas responsabilidades no domínio do património. Essas responsabilidades abrangem domínios como a cedência gratuita de cal às populações, o arranjo e caiação das igrejas, o apoio aos artesões e à venda de artesanato, a organização e recolhas de poesia popular e de literatura oral, a aquisição de barcos, moinhos e outros imóveis para impedir que se degradem mais ou sejam demolidos, a criação de museus, muitas vezes apelando à população para que contribua com objectos antigos, de modo a transformar em colectiva a memória individual ou familiar, o apoio à pesquisa arqueológica, a defesa e desvalorização da arte e arquitectura popular.

É claro que esta prática vai prosseguir, vai mesmo acentuar-se onde existam atrasos.

Pensamos aliás que o facto de muitas autarquias se terem visto na necessidade de adiar grandes obras como infra-estruturas e equipamentos, porá a questão de reforçar as actividades e realizações possíveis e menos dispendiosas no domínio sociocultural, incluindo a defesa e conservação do património. Neste aspecto, será importante e até decisiva a ligação e cooperação estreita do Poder Local com as Associações de Defesa do Património Cultural.

Reivindicar e realizar

Grande parte dos problemas existentes vão prosseguir, vão mesmo agravar-se, por falta de uma vontade política séria ao nível do Governo, por dificuldades financeiras do

Poder Local democrático, porque, mesmo ao

nível de certas autarquias por vezes campeia a ganância, o desinteresse, o alheamento ou até a cumplicidade com a ganância dos especuladores.

Reivindicar junto do Governo, cooperar com o Poder Local democrático, lutar contra a passividade de alguns municípios, continuarão por isso a ser direcções de luta importantes para todos os que se interessam pela defesa e valorização do património cultural e natural. Em resumo, julgamos que são as seguintes tarefas essenciais do Poder Local no domínio do património cultural:

- Reclamar da Administração Central que assuma as suas responsabilidades próprias no domínio da defesa e valorização do património situado na área de jurisdição da respectiva autarquia, uma justa clarificação de responsabilidades e um adequado reforço da capacidade financeira das autarquias;
- Reivindicar a desconcentração do Instituto Português do Património Cultural e um apoio técnico eficaz aos municípios e em especial caminhar para o inventário completo do património, comunicando a cada órgão autárquico quais os bens e

valores a preservar na sua área de modo a incluir essa preservação nos planos directores, a respeitá-la nas eventuais novas urbanizações e assegurá-la nas obras municipais;

- Promover na medida do possível e no quadro de uma criteriosa definição de prioridades a preservação e valorização do património municipal, da arte e da arquitectura popular, estimulando a participação directa das populações na defesa do património, divulgando o seu valor e apoiando e colaborando com as organizações localmente existentes, particularmente com a Associação de Defesa do Património.

As dificuldades terão que aguçar o engenho, a imaginação e o espírito de combate em vez de levar à desistência. Por isso, teremos que prosseguir o trabalho no Poder Local e nas outras frentes em torno da defesa e valorização do património cultural e natural, de modo a, dessa forma, contribuir para alargar mais e mais a consciência do valor do nosso povo e da nossa História. Para melhor sabermos construir o futuro.

PATRIMÓNIO

● PROSPECÇÃO SISTEMÁTICA ●

POVOADO DO PORTO DE CAMBAS (Setúbal)

Gustavo Marques *

1.

Uma comunidade só se caracteriza completamente, quando reconhece, valoriza e apresenta a sua verdadeira imagem, nas formas da sua cultura, nos valores do seu património; património é corpo e alma duma cultura.

Esta imagem porém, nem sempre é nítida, bem visível.

Dir-se-ia que por vezes, o visível está invisível, passe o paradoxo.

Para isso, tanto basta que o desinteresse, a indiferença — essa especial forma de cegueira — se conjugue com o dia a dia cinzento, para que os valores culturais fiquem ocultos, até se tornarem invisíveis.

O que está oculto, escondido, não é usufruído.

A tarefa mais importante para as entidades que se dedicam (trabalham) no património, consiste em mostrar, revelar e valorizar a imagem duma comunidade, trazendo-a para o nosso convívio, enriquecendo a rotina com a sua presença.

Vivemos numa época, especialmente no Portugal revolucionário depois do 25 de Abril, onde os valores fundamentais da vida das pessoas são objecto de luta intensa. Luta contra a fome, o desemprego, a injustiça. E também contra a degradação da nossa individualidade colectiva, representada pelo património cultural e natural.

A cultura é um processo vivo, dinâmico, em permanente revolução, que se constitui e reconstitui dia após dia, com novos elementos criados pelo homem e o seu trabalho, e pelos elementos mais válidos da experiência do passado.

Um achado arqueológico pode produzir uma importante mutação cultural; a descoberta de Pompeia, por exemplo. E certamente enriquece o nosso presente e ajuda

a construção do futuro.

O nosso território, habitado e utilizado durante centenas de milhares de anos, está impregnado de inúmeros indícios, testemunhos dessa ocupação, quase que a gritarem a sua presença.

A maior dificuldade consiste em entender sem esforço, que os dados da experiência histórica colectiva, obtidos pela Arqueologia, não sendo imediatamente convertíveis em escudos, possam ser no entanto, uma autêntica riqueza. Analizemos a seguinte situação:

Num tracto de terra semeado de batata, descobre-se uma “villa” romana, edificada sobre um rico escorial duma antiga exploração mineira, com um teor residual metálico de forte interesse económico.

Pergunta-se: onde está a riqueza a salvar?

O agricultor dirá: — Nas batatas.

O engenheiro dirá: — Na exploração do depósito, com tecnologia moderna.

O historiador dirá: — Na recuperação dos indícios históricos ali revelados.

Estas três posições possíveis, representam níveis de interesse diferentes e até opostos. Há que decidir qual será o mais válido.

O exemplo, dá uma ideia aproximada duma situação, onde o conflito de interesses raramente se resolverá harmonicamente.

O imediatismo da exploração mineira, irá certamente produzir a irreparável destruição do monumento histórico, já que o interesse agrícola será compensado em escudos e a terra arável será reposta no local.

Uma vez mais, o sacrificado será o património cultural, a que não se concede qualquer valor.

A solução correcta seria a apropriação com recuperação do monumento, pelo poder local ou central, e a sua integração no equipamento da comunidade. Esta solução raramente se verifica, o que origina irreparáveis perdas no nosso desprotegido património.

2.

A forma melhor e mais simples de proteger o património cultural, consiste na sua atempada identificação, na sua inventariação

* Arqueólogo

sistemática e programada.
A quase totalidade dos achados arqueológicos, deve-se à casualidade.

É um reconhecimento *passivo*, resultante de actividades alheias à Arqueologia.

A inventariação sistemática e planificada, multiplica as casualidades, procura, e dá carácter *activo* à prospecção de campo. Esta, permite referenciar e salvaguardar estruturas e outras jazidas arqueológicas, muito antes que se venha a verificar a sua eventual destruição.

Percorrer ordenadamente durante meses, todo um território, falando com pessoas, vendo tudo, esquadrihando meandros e recessos normalmente só acessíveis a pastores e caçadores, pode parecer à primeira vista, trabalho complicado e irrealizável. Não o é. A experiência do A. e doutros investigadores de campo, comprova a sua possibilidade. Utilizando métodos afins da prospecção geológica, com antigas e honrosas tradições científicas no nosso país, é possível proceder com suficiente minúcia à detecção de jazidas de várias épocas.

A prospecção de terras e acidentes de terreno,

quando feita por uma equipa treinada, com tarefas e funções definidas, isto é, organizada, permite em pouco tempo obter um manancial de materiais e jazidas arqueológicas, que alteram completamente o conhecimento histórico e cultural duma região.

O território é dividido em unidades menores, delimitadas por caminhos e cursos de água, numa planificação prévia, feita com o apoio de actualizada cartografia*, e se possível, com um mosaico fotogramétrico.

Os dados obtidos com este trabalho são inscritos, numa prancha com folhas da carta do E.M.E., na escala de 1:25000, mediante uma convenção, de que se dá um exemplo (Fig. 1).

Nessa carta de trabalho, devem desenhar-se todos os percursos e áreas de terrenos

* *Cartas dos Serviços Geodésicos e Cadastrais-escalas 1:5000 e 1:2000; cartas dos Serviços Geológicos de Portugal-escala 1:5000; cartas agrícolas do CNROA (Centro Nacional de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário; ex-SROA-escala 1:25000); Estado-Maior do Exército-escala 1:25000.*

ÉPOCAS

○	PALEOLÍTICO	◐	INFERIOR
◑		◒	SUPERIOR
⊙	MESOLÍTICO		
△	NEOLÍTICO		
▲	COBRE		
◇	BRONZE		
◆	FERRO-COLONIZAÇÕES		
□	ROMANO		
⊠	BÁRBARO		
◻	ÁRABE		
■	MEDIEVAL		

ESTRUTURAS

⊙	Achados isolados
π	Anta
⌒	Gruta
⌒	Gruta arqueológica
⌒	Gruta artificial
⌒	Falsa cúpula
△	
▲	
◇	Povoados, Castros,
◆	Castelos
□	
■	

FIG. 1 — CONVENÇÃO PARA A MARCAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE JAZIDAS ARQUEOLÓGICAS

prospectados, bem como as jazidas e outros acidentes importantes observados.

Para se fazer uma ideia sumária da quantidade e variedade de estruturas que podem ser detectadas com este método, damos a seguinte amostragem:

- Estâncias efémeras: acampamentos, cascalheiras, terraços fluviais e marítimos.
- Estâncias permanentes: povoados fortificados e abertos; grutas e abrigos.
- Vias: estradas, caminhos, canadas, váus, pontes; portos fluviais e marítimos.
- Exploração agrícola: casais e outras instalações; técnicas agrícolas; represas.
- Exploração mineira e águas: pedreiras, minas, barreiras; poços, nascentes, condutas, aquedutos.
- Religião: santuários, necrópoles; inscrições.
- Indústria: preparação de instrumentos de sílex, cerâmica, fundição de metais, moagem de cereais.

Como se vê, um mundo de coisas novas “antigas”, revelado pela simples prospecção sistemática da superfície do solo.

Os materiais assim recuperados, uma vez convenientemente tratados e registados, constituirão um núcleo patrimonial que se acrescentará rapidamente, exigindo um pequeno museu, onde se lhe irão reunir peças de artesanato local e outros objectos de interesse cultural. Esse pequeno museu em crescimento será um pólo importante da cultura local e um ponto de encontro da população e dos estudiosos.

3.

O povoado pré-histórico do Porto de Cambas (Setúbal), foi reconhecido em 4 de Dezembro de 1966, pelo A. e por Carlos Seabra, na confirmação de uma hipótese de gabinete. Como?

A descoberta do Castro de Sesimbra e da



FIG. 2 — LOCALIZAÇÃO DOS POVOADOS DE PORTO DE CAMBAS E COINA. FOLHA 454 DA CARTA MILITAR DE PORTUGAL, ESCALA 1:25000



FIG. 3 — VISTA DE UMA PARTE DO POVOADO DE PORTO DE CAMBAS

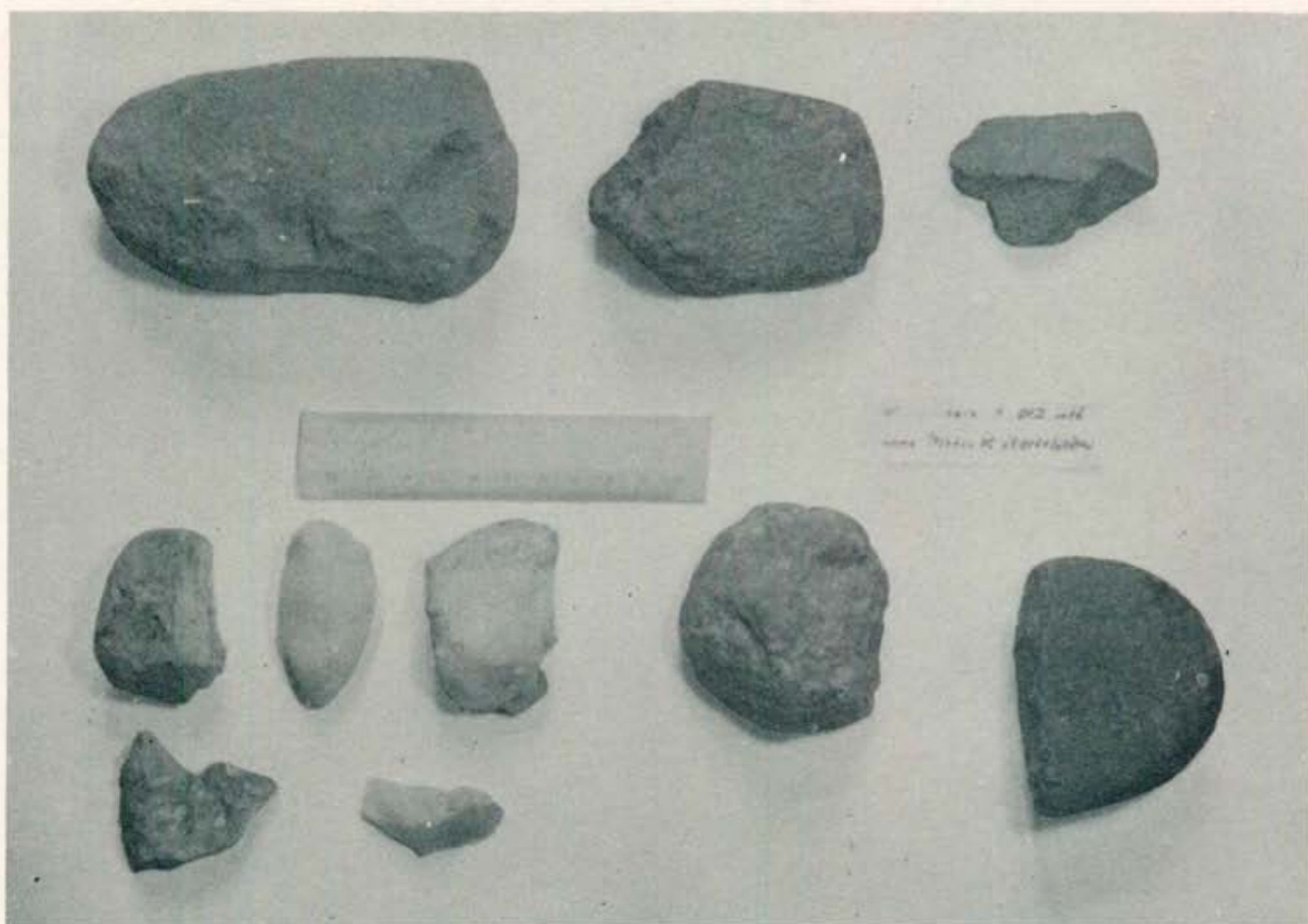


FIG. 4 — ALGUNS MATERIAIS RECOLHIDOS NA PROSPECÇÃO

estação da Fonte do Carvalho, a ele fronteira, na vertente nascente da Ribeira de Sesimbra, sugeriu a possibilidade de que — na época do Cobre, a que estas duas estações pertencem —, seria usual defender de um e outro lado, uma passagem estratégica. Restava procurar na carta de 1:25000 do E.M.E., as situações geográficas onde se pudesse verificar o mesmo fenómeno.

A mais evidente, era precisamente a passagem apertada que liga a planície do Carmo ao esteiro da Ribeira de Coina (Vale Real), que por ali passa. Do lado poente deste ponto, temos o Casal do Bispo, com a cota de 160 m, onde se localiza o Castro de Coina; em frente, a possibilidade a verificar.

De facto, do outro lado, eleva-se um outeiro cujos contrafortes caem a prumo sobre o leito da ribeira.

Ali foi reconhecido outro povoado da época do Cobre, como atrás se disse. Tem as coordenadas $P = 38^{\circ} 30' 08''$; $M = 0^{\circ} 06' 13''$ (Observ. de Lisboa) e a cota média de 140 m. (Figs. 2 e 3).

Confirmava-se a hipótese proposta.

A este achado de superfície, seguiu-se a sua confirmação em profundidade (estratigrafia), e a avaliação da sua provável extensão. Para isso realizaram-se pequenas sondagens na estação, que confirmaram completamente a expectativa. Determinou-se uma estratigrafia embrionária e recolheram-se materiais (pedra e cerâmica) que permitiram concluir que houvera uma ocupação durante a época do Cobre, em sincronia com a ocupação do Castro de Coina, que lhe é fronteiro. (Fig. 4).

Como se verifica, a prospecção de campo e as suas consequências, permitem uma mais correcta e urgente avaliação arqueológica duma determinada zona (concelho ou freguesia). Este processo, uma vez iniciado, vai ganhando as populações (sensibilização), formando novos quadros, fomentando novas estruturas culturais (grupos culturais, museus, informação local, exposições, intercâmbio de resultados e experiências) e criando um ambiente de animação cultural dinâmica e progressista.

A IMPRENSA PERIÓDICA ALMADENSE — SÉCULOS XIX E XX

Elementos para a sua história

Alexandre M. Flores*

Uma panorâmica geral sobre a imprensa em Almada e sua região, ao longo dos séculos XIX e XX — constitui, à priori, um estudo sobre a memória colectiva de Almada. Estudar os 177 anos de imprensa local é acompanhar, de perto, a mentalidade em Almada, desde as invasões francesas (1808), passando pelo período constitucional, a implantação da República (1910), o período da 1.ª Grande Guerra Mundial (1914-18), o estabelecimento da censura prévia à imprensa (1926) pelo Estado Novo, até ao advento do 25 de Abril de 1974.

São 177 anos que perpassam numa imprensa regional que acompanhou o ideário e os sentimentos do povo de Almada, transparecendo múltiplos aspectos de interesse local: o etnográfico com os seus usos e costumes, o modo de vida, o ensino, a instrução e cultura, a iconografia, as festas religiosas, os convívios, os transportes terrestres e fluviais, a passagem da economia rural e artesanal para a industrialização, ... Todos estes aspectos são diversificados que muito caracterizam a vila e/ou a cidade de Almada e o seu meio, com o entusiasmo e a participação popular.

Com o aumento de alfabetizados, em especial, nas cidades principais do país e na área geográfica da sua influência fizeram surgir inúmeros jornais e revistas. Uma das causas do surto significativo da imprensa periódica se deveu ao triunfo da revolução liberal, e acentuou-se na medida em que o apoio popular se tornava necessário em função das actividades e tentativas do crescimento das diversas correntes políticas. É verdade que, já antes de 1820, existiam jornais e que o primeiro jornal diário português "O Diário Lisbonense", se publicou em 1809.

* Bibliotecário da C. M. de Almada e Professor de Bibliografia na Faculdade de Letras de Lisboa.

O jornalismo nascia eminentemente noticioso, na divulgação de novas.

Almada conheceu o primeiro jornal "A Gazeta de Almada" (1808), uma folha periódica, da qual se publicaram vários números logo depois da expulsão dos franceses em 1808, cujo redactor foi Anacleto da Silva Moraes. Um jornal ao mesmo tempo mordaz e irónico, o seu objectivo consistia em desmoralizar ou ridicularizar, as tropas francesas que haviam invadido Portugal. No ano seguinte, surgia a "Gazeta de Almada ou Telescópio Português" (1809).

A opinião pública, o direito à livre expressão, à formação e à ilustração dos espíritos faziam parte do ideal romântico da liberdade e, por isso, não será de estranhar que o problema da imprensa ocupasse lugar de destaque nas

Num. 1.

GAZETA D'ALMADA

O U

O TELESCOPIO PORTUGUEZ

SEXTA FEIRA 7 DE JULHO DE 1809.

Carta ao Respeitavel Público.

MENEAR a Pena para narrar factos já ditos, chama o *Telegrafo* não querer passar por erudito, ser *meio literato*, e imitar o mesmo *Telegrafo*, que tantos conselhos saudaveis nos deo, e a cujos *pedaços* de eloquencia póde ser que devamos tanto zelo Nacional, e tanto Patriotismo. *Pedaços*, que jámais serão confundidos com as regeladas producções de tantos Egoistas, como eu!... Que farei sepultado no caos do *resto impuro da escoria Portugueza*?... Que farei, se me falta o sábio Mentor, o *Telegrafo Portuguez*?... Prantearei minha sorte?... Não: o seu Author, como honrado Patriota, de lá mesmo escreverá, não digo *Pedaços*, pelos grandes encargos, que lhe forão comittidos, mas sim seus *bocadinhos* de Prosa, que farão admirar tanto ou mais, que o

O 1.º Número da "GAZETA D'ALMADA OU O TELESCÓPIO PORTUGUEZ" (1809).



O ALMADENSE.

SEMANARIO LITTERARIO E RECREATIVO.

REDACTORES—O Sr. Manuel Nicólas de Brito, e Eduardo Tavares.

L.ª SERIE.

Tudo a correspondência deve-se dirigir...
Almada, no Porto d'Almada, 1855.
Em Almada ao Conde, e em Cas...
Em Lisboa ao Sr. de St. Paulo, e
em Aveiro ao Sr. de St. Paulo.

INTRODUÇÃO.

O ALMADENSE — É com este título que vamos dar a luz a este semanário, com este nome de baptismo ali vai apparecer, ao meio da nossa vida, mas não é, embora humilde, das aspirações da nossa idade. — O ALMADENSE não vai de cabeça alva lançar-se na arena da intelligencia, porque sabe que não é um homem só a entrar no campo da critica, e que a critica não se faz sem a critica, e que a critica não se faz sem a critica, e que a critica não se faz sem a critica.

to não pôde proporcionar; e estas situações, que nos são tão caras, não nos são tão caras, e que a critica não se faz sem a critica, e que a critica não se faz sem a critica, e que a critica não se faz sem a critica.

POLÉMICA.

Noticia da Sociedade Recreativa Almadense...
A Sociedade Recreativa Almadense, que teve lugar no dia 25 de Novembro de 1855, e que teve lugar no dia 25 de Novembro de 1855, e que teve lugar no dia 25 de Novembro de 1855.

le devesse, tem o direito e de exercer a sua liberdade de pensamento, e de exercer a sua liberdade de pensamento, e de exercer a sua liberdade de pensamento.

O 1.º Número de "O ALMADENSE" (1855).

preocupações dos liberais. Assim, a imprensa é um dos primeiros temas a serem debatidos nas cortes e Borges Carneiro, Soares Franco, Fernandes Thomaz, entre outros, defendem então o direito a uma imprensa livre, sem censura. Um decreto-lei datado de 4 de Julho de 1821, estabelece a liberdade da imprensa em Portugal, regulando o seu exercício. A imprensa vai perdendo, pouco a pouco, o seu carácter apenas noticioso, agrupando-se as correntes à volta dos jornais que melhor projectavam os seus ideais e as suas "receitas" para a cura dos males do país. Surge então, uma imprensa marcadamente política e partidária, onde as polémicas, os debates sociais e as tomadas de posição são o suporte da maioria dos artigos. Uma época caracterizada pelo rotativismo político e pelo surgimento de novas ideologias e partidos no nosso panorama político, vários jornais como "O Almadense" (1855), "A Esperança" (1857), cujo percurso será marcado por influências liberais conservadoras. "O Almadense" começando por ser um jornal para damas e operários, acaba por se transformar num jornal nitidamente político. Foram diversos os assuntos focados no jornal

"O Almadense", destacando-se os de interesse local, inserindo-se nas correntes dominantes na época, românticas e socializantes. Nos assuntos locais, se evidenciam na época eleitoral, depois de se ter transformado no órgão do partido progressista no concelho de Almada. "O Almadense" promoveu, a partir do n.º 27 (3.ª série), o movimento associativista, por referência à Associação Almadense das classes laboriosas, que, como todas as congêneres da época, tinha um carácter mutualista. Fundava-se, então, em Almada, a primeira associação mutualista: "A Associação dos Artistas Almadenses" (1856) e dois anos depois, O "Montepio de N.ª Sr.ª da Assunção" (1858). Até 1883, outras associações de carácter mutualista surgem na região de Almada, tais como, a Associação Filarmónica Protectora do Montepio de N.ª Sr.ª do Monte de Caparica, "Fraternidade Operária", "Montepio Caparicano de N.ª Sr.ª do Rosário, "Montepio de N.ª Sr.ª do Cabo do Monte de Caparica", "Associação Marítima do Porto Brandão", "A Associação dos Socorros Mútuos 1.º de Dezembro".

É nesta segunda metade do século XIX, que a imprensa vai conhecer uma fase de maior crescimento e projecção com o advento da Regeneração. A evolução das cidades e vilas, o telégrafo, o caminho de ferro, e alguns progressos da escolaridade da população, vão estar na origem do surto da imprensa em Portugal. Pela sua aproximação da capital, dos acontecimentos políticos, sociais e culturais, nos leva a explicar, a erupção da imprensa almadense na 2.ª metade do século XIX — reflectindo os ideais da época, os gostos e contradições sociais. Editam-se em Almada, "O Círculo n.º 73" (1876), "O Clamor de Almada" (1879), "Eco de Almada" (1879), "As Instituições" (1881), "O Círculo de Almada" (1882), "A Realeza" (1882), "O Correio do Caramujo" (1882), "O Correio do Sul" (1882), "O Sul do Tejo" (1883), "O Correio da Piedade" (1884), "O Rabicho" (1886), "O Círculo n.º 78" (1887), "O Puritano" (1889), "O Correio do Inferno" (1889), "O Programa" (1892), "A Vila" (1894), "A Voz do Descarregador" (1896), "A Festa" (1899), e "O Corticeiro" (1899). Advogando os princípios dos regimes e do

Estado, ou se opondo pela crítica aos “podres” dos sistemas — estes dois tipos de imprensa fomentam e envolvem-se em acesas polémicas desencadeadas entre ambas. Poderíamos apontar muitos exemplos, mas existe um que nos parece relevante. No ano de 1856, em meados de Outubro, “O Almadense” tendo como redactor principal, Eduardo Tavares (o fundador da Associação dos Artistas Almadenses) político, liberal conservador terrivelmente polémico, e “A Revolução de Setembro”, de Rodrigues Sampaio, envolvem-se em acesa polémica. O motivo foram os sucessivos ataques à Câmara Municipal de Almada e aos homens “ricos” do Concelho, assim como a linguagem usada por Eduardo Tavares, para a qual Rodrigues Sampaio chama a atenção na “Revolução de Setembro”. Curiosamente, quer Eduardo Tavares, como Rodrigues Sampaio, imprimiam uma vivacidade notável no acompanhamento dos problemas políticos locais e nacionais, e nos comentários mordazes à acção governativa. Para além de “O Almadense” que irá conhecer diversas séries e redactores, há a destacar, entre outros, “O Clamor de Almada” (1879), defensor das posições

progressistas; a “A Realeza” (1882), que constituía um inimigo do Partido Republicano e dos seus ideais; “O Círculo de Almada” (1882), afecto ao partido regenerador; “O Rabicho” (1886), voltado para o satírico e burlesco. À medida que o final do século XIX se aproximava, poderemos compreender com alguma clareza que a imprensa, a informação, o comentário político, os debates sociais e culturais eram, dentro de certos limites, cada vez mais, uma exigência das populações, determinada fundamentalmente pelas alterações sócio-económicas e culturais desde 1850. É por esta altura, que se dá a politização provocada pelos ecos da “Conferência de Berlim”, pelas campanhas africanas, pelos “escândalos políticos”, ... A irradiação da cultura para zonas não-urbanas, que possibilitaram o adquirir de hábitos por parte das populações, e a imprensa constituía um importante agente de divulgação cultural, como tribuna política de discussão de ideias. Na região de Almada, as actividades laborais até então, rurais e artesanais, vão sofrer profundas alterações com o desenvolvimento da indústria operada a partir da 2.ª metade do século XIX. A título exemplificativo,



O 1.º Número de “O CORTICEIRO” (1899).



O 1.º Número do “JORNAL DE ALMADA” (1916).

registamos a “Parry & Son” (1885), as indústrias de cortiça (1872), a “Lerzedelo & C.^a” de produtos químicos (Margueira, 1881), a “Companhia de Fiação de Tecidos Lisbonenses” (fábrica de algodão no Olho de Boi, 1881), a “Fábrica Moageira” de António José Gomes, ... Por outro lado, podemos ainda acompanhar de perto, através da imprensa, a formação das sociedades e clubes de instrução e recreio, que incrementam o desporto amador e a cultura. O elevado índice de analfabetismo da população trabalhadora ao longo do século XIX, vai explicar o papel irreversível de algumas associações almadenses na criação de aulas nocturnas.

Com o advento das ideias socialistas e republicanas surge em Almada, o jornal “O Corticeiro: semanário operário, órgão da indústria corticeira e do proletariado em geral” (1899). Com um operariado então a formar-se como classe, é nítido o substrato ideológico que guia o “Corticeiro”. A maioria dos seus artigos se circunscrevem na crítica ao regime, no caso da cortiça, o combate à religião no ataque aos jesuítas, a divulgação de textos teóricos sobre o socialismo e o cooperativismo, as críticas ao sistema do ensino, a defesa do operariado face à prepotência dos patrões e do regime. Manuel Fevereiro, director da redacção de “O Corticeiro”, torna-se então o paladino das ideias socialistas no concelho de Almada e responsável por alguns dos artigos mais acesos contra o regime então vigente.

Até à implantação da República, editam-se em Almada: “Almada” (1900), “O Liberal” (1902) e o “O Incrível” (1906). Desde então, se assiste a alterações no panorama jornalístico do concelho, sobretudo, com o aparecimento da censura prévia à imprensa (1926), o que se reflecte no conteúdo dos artigos.

Do período anterior a 1926, dão à estampa, “A Pátria” (1915), “Jornal de Almada” (1916), “O Trafaria”, “A Academia” (1921), “O Despertar” (1922), “Almada Sport” (1922), “A Verdade” (1923), “A Mocidade” (1924). Destes periódicos, se destaca a 1.^a série do “Jornal de Almada”, cujo director foi Manuel Parada, político de ideais republicanos; e “O Despertar”, que se sub-titulava de semanário do Partido Republicano Português e defensor dos interesses da margem sul do Tejo.

Com o Estado Novo, a actividade jornalística e editorial complica-se. Instaure-se a obrigatoriedade do exame prévio, limitando-se os jornais a reproduzirem notícias que não colidiam com os seus superiores interesses, a par com artigos de carácter biográfico e histórico. No entanto, alguns jornalistas recorrem a truques para fazerem passar os artigos, que desejavam publicar. Como consequência desta situação contra a liberdade de expressão, se vai desenvolver fortemente o associativismo dentro das colectividades, chegando a editar diversos jornais ou revistas, com muito interesse. Até ao 25 de Abril de 1974, editam-se, entre outros periódicos, “A Voz de Almada” (1927), “Notícias de Almada” (1928), “Pátria Portuguesa” (1931), “A Margem Sul” (1932), “O Altar” (1935), “O Concelho de Almada” (1937), “O Ginásio Clube do Sul” (1942), “Nova Almada” (1950), “Praia do Sol” (1950), “Voz do Tejo” (1956), “Fogo do Campo” (1962), “Boletim Municipal” (1970), ...

A maioria destes jornais voltam-se para notícias sobre a actividade cultural e associativa da região, tendo em conta a proliferação das associações de cultura e recreio, que nem mesmo o antigo regime conseguiu acabar com elas. Durante os últimos trinta anos, podemos observar através da imprensa que o desenvolvimento industrial e a explosão demográfica se expande em Almada.

Após o 25 de Abril, as condições de liberdade e de esperança vão favorecer a vontade do poder local proporcionando a edição de inúmeros folhetos e jornais partidários, como por exemplo, a “Voz Anarquista” (1975), ligada a militantes anarquistas do concelho de Almada. Dois anos depois, publica-se a revista periódica “Almada — Ontem, Hoje, Amanhã”, dirigida por Alfredo Canana. Enquanto que “A Cidade de Almada” (1978) ficou pelo 1.^o número, o “Almada Expresso” (1983), ainda consegue editar alguns números. Em 1982, por um lado, desaparece o “Praia do Sol”, com a morte do seu director, e por outro, edita-se uma nova revista “Al-Madan”, ligada à divulgação do património, de arqueologia e da história local.

Com tendências liberais, de características regionais, com suplementos de grande interesse literário, desportivo e científico,

sobrevive nos nossos dias, o "Jornal de Almada". Dirigido por Gil Antunes, o "Jornal de Almada" constitui, até à presente data, o maior repertório sobre a caracterização da vida social, económica, religiosa, desportiva e cultural da região.

Em suma, poderemos concluir que o desenvolvimento da imprensa almadense (com cerca de 80 títulos, até agora assinalados) foi notável, com jornalistas de vulto. Alguns jornais "históricos", como "O Almadense" (1855) e "O Corticeiro" (1899) tiveram grande influência na região, proporcionando a criação de associações, na formação do operariado com espírito de classe. O associativismo e a união das classes trabalhadoras representaram, de facto, as mais fortes tradições populares na região da margem sul do rio Tejo.

BIBLIOGRAFIA SELECTIVA

CABRAL, M. Vilaverde — *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*. Lisboa, Regra do Jogo, 1981.

CORREIA, Romeu — *Homens e Mulheres Vinculados às Terras de Almada (nas Artes, nas Letras e nas Ciências)*. Almada, Câmara Municipal de Almada, 1978.

CUNHA, Alfredo da — *Elementos para a história da Imprensa Periódica Portuguesa*. Separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa* (Classe de Letras — Tomo IV). Lisboa, 1941.

FLORES, Alexandre M.; ANTUNES, Luís P. — *A Imprensa de Almada — Breve Panorâmica*. Almada, Câmara Municipal de Almada, 1984.

FONSECA, Carlos da — *Integração e Ruptura Operária, Capitalismo, Associativismo, Socialismo, 1836-1875*. Lisboa, Editorial Estampa, 1975.

MARTINS, Oliveira — *Portugal Contemporâneo*, vols. I e II. Lisboa, Guimarães & C.º Editores, 1977.

PEREIRA, M. Halpern — *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico, Portugal na Segunda Metade do Séc. XIX*. Lisboa, Editorial Cosmos, 1971.

PIMENTA, Alberto — *III. Da Outra Banda à Enseada de Sines*, in *Portugal Pittoresco Ilustrado: A Estremadura Portuguesa*, P. 2. Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1909.

SÁ, Vítor de — *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal (1820-1852)*. Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

SERRÃO, Joel — *Regeneração*, in *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Liv. Figueirinhas, 1981.

SERRÃO, Joel — *Temas Oitocentistas II*. Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

SILVA, Inocêncio Francisco da — *Dicionário Bibliográfico Português*, T.I. Lisboa, Imprensa Nacional, 1858.

SOBRAL, José M.; ALMEIDA, Pedro G. — *Caciquismo e Poder Político em torno das eleições de 1901*, in *Análise Social*, 3.ª série, vol. XVIII, n.ºs 72/74, 1982.

TENGARRINHA, J.M. — *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa, Editorial Caminho, 1983.

TENGARRINHA, J.M. — *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa, Portugália Editora, 1965.

TENGARRINHA, J.M. — *Imprensa*, in *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Liv. Figueirinhas, 1981.

VIEIRA JÚNIOR, Duarte Joaquim — *Vila e Termo de Almada*, vol. I. Lisboa, Typ. Lucas, 1896. ●

PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL EM SINES

*Ferreira da Costa**

Durante 48 anos de ditadura fascista, permitiu-se a destruição sistemática de obras e monumentos de valor histórico, e reduziram-se a maioria dos Museus a simples armazéns de obras de arte.

Ocuparam-se monumentos históricos com quartéis ou serviços administrativos, alteraram-se características histórico-culturais, enfim nada se fez para salvaguardar a memória colectiva e os valores culturais que esse património representa.

A acção das Autarquias vem assumindo aqui um papel preponderante, tanto no levantamento e denúncia das situações mais clamorosas, como na colaboração ou mesmo na recuperação de monumentos e obras de arte.

Sines, em Monumentos com interesse histórico e clasificado pode referir:

A Fortaleza onde nasceu Vasco da Gama, a Capela de N.^a Senhora das Salvas, o Forte da Ilha do Pessegueiro, Igreja Matriz e a Capela da Misericórdia.

Destes, a Igreja Matriz e a Capela de N.^a Sr.^a das Salvas estão devidamente conservadas, a Fortaleza está em estado precário, e os outros dois monumentos estão em ruínas.

A Câmara tem feito diligências para conseguir apoios para a sua conservação, tendo no caso da fortaleza de Sines, que até fim de 1982, foi Quartel da G.N.R., sido efectuadas algumas obras de reparação e conservação de forma a evitar maior degradação, e permitir a sua utilização como pólo de Animação Cultural.

Quanto aos outros dois monumentos temos oficiado frequentemente o I.P.P.C. e tentado obter apoios junto de outras entidades sem qualquer resultado até esta data.

Sem apoios e meios próprios dificilmente as Autarquias poderão promover as obras e melhoramentos necessários à conservação e dignificação destes importantes monumentos. Situação semelhante vive-se no campo da Arqueologia.

Sines, tem sido um manancial de riqueza em achados arqueológicos, daí justificar-se o facto de possuir um Museu Municipal há vinte anos.

Nos últimos dez anos, e devido à implantação do Complexo Industrial, e das suas infraestruturas, o Governo através do Gabinete da Área de Sines, promoveu o levantamento, estudo e classificação de diversos monumentos, possibilitando assim a salvaguarda desse património valioso, embora sem qualquer intervenção da Autarquia, e sem que até esta data o espólio das escavações tenha sido depositada no Museu Municipal, como a Câmara reivindica e a lei obriga.

Tem sido também preocupação permanente da Câmara, efectuar o levantamento cultural do Concelho, procurando inventariar e salvaguardar usos e costumes, artesanato, profissões em vias de desaparecimento, poesia popular, culinária tradicional, habitação tradicional, etc.

É um trabalho interessantíssimo do qual temos obtido os melhores resultados.

Frequentemente as pessoas aparecem já a oferecer à Câmara objectos, a indicar onde existe artesanato, sensibilizados para a conservação e salvaguarda de todo esse Património Cultural.

Anualmente temos efectuado exposições com material recolhido, o qual também já foi apresentado no Museu de Arqueologia Distrital em Setúbal, e que está devidamente classificado.

A salvaguarda dos núcleos habitacionais com características tradicionais é também uma preocupação permanente, onde as Câmaras têm acção decisiva, visto que passam por si os licenciamentos para novas construções ou urbanizações.

Quanto ao Património Natural, Sines, é certamente dos Concelhos do País, aquele que nos últimos anos sofreu mais significativas transformações e agressões.

Começando pela construção de um importante terminal oceânico para petroleiros até 500 mil toneladas (que já não existem)! e que hoje nos aparece no horizonte, como uma imagem de ruína, só semelhante à situação a que os últimos Governos vêm conduzindo

* Vereador da Câmara Municipal de Sines.

o País, até à implantação aqui de uma Refinaria, ali de uma Petroquímica, acolá de uma central Térmica a carvão, tudo é destruição de um património natural que só persiste na nossa memória.

Claro! O desenvolvimento exige sacrifícios desta natureza, a gente sabe! mas o planeamento, a inteligência, a moderação também são factores que deveriam ter entrado em acção; a População Siniense e os seus direitos eram valores que deveriam ser respeitados e não foram.

Não é construindo auto-estradas desmesuradas, projectando cidades megalómanas, construindo unidades industriais inviáveis, que se contribui para o desenvolvimento que o País tanto precisa. Em muitos casos, a destruição do Património Natural e a sua permanente agressão, são um duplo crime, pois embora admitindo que se efectuou na perspectiva da melhoria das condições de vida das populações apenas tem contribuído para o seu prejuízo.

Temos tido aqui uma luta permanente, pela manutenção das condições de vida

e salvaguarda do meio ambiente, protegendo e defendendo Praias, reclamando a criação de áreas de protecção, implantando zonas verdes, numa tentativa de combater os malefícios da poluição provocada pelas grandes indústrias.

Como medida recente e significativa, decidimos em 1982, a criação de um Museu de História Natural, onde procuramos salvar espécies animais e plantas em vias de extinção, sobretudo oriundas da área do nosso Concelho e de regiões vizinhas, que mais ou menos sofrem a influência do complexo industrial de Sines.

Relatar em poucas linhas toda a intervenção das Autarquias na Defesa do Património Cultural e Natural é tarefa difícil, pelo que optamos por aflorar alguns aspectos que consideramos mais importantes.

Tarefa difícil mas que importa vencer, eis o desafio posto às Autarquias.

Nesta como noutras áreas temos que obter os meios necessários, o que só se tornará realidade quando conseguirmos colocar no Poder um Governo que resolva os problemas do Povo Português. ●



SOBRE O MEIO AMBIENTE E O PATRIMÓNIO NO CONCELHO DO BARREIRO

Algumas conclusões das 1.^{as} jornadas

*Armando Teixeira**

São estórias de artesãos, pescadores, rio, fábricas e operários, a história desta terra.

As fábricas de cerâmica e de biscoito de Vale de Zebro e as moagens de vento e de maré das margens do Tejo, dos séculos XV e XVI; as fábricas de vidro e de tecidos e a mina de azougue de Coina, do século XVIII;

as fábricas de cortiça na foz do Coina, o terminal ferroviário e as oficinas do caminho de ferro, da segunda metade do séc. XIX; as fábricas da CUF no início do nosso século, são parte integrante do surgimento, implantação e desenvolvimento da indústria capitalista no nosso país. São, sobretudo, marcos da longa caminhada de trabalho, resistência e luta que caracterizam

a história da nossa cidade e a importância das suas forças produtivas, e explicam a elevada consciência social e política das suas gentes.

A realidade histórico-natural da nossa terra, tem vindo a ser transformada e condicionada pelo seu desenvolvimento industrial e urbano.

O Barreiro moderno nasceu com a implantação no início do século da maior concentração industrial do país, desenvolvida segundo um modelo baseado no lucro, na exploração do trabalho e no fraco investimento na tecnologia e nos meios de produção.

O sistema capitalista nascente, aproveitando as óptimas condições naturais do Barreiro, debruçado sobre o Tejo, terrenos baixos de construção fácil, perto-longe da capital, aqui implantou em 1906, o que viria a ser o maior império industrial-financeiro do regime dos monopólios — a CUF — voltada desde logo para a química pesada.

Assim cresceu o Barreiro, paredes meias com as fábricas, exemplo vivo da filosofia sobretudo preocupada com o lucro e para quem o homem é simples peça da

engrenagem. Na fábrica não há refeitórios, na urbe não há transportes, as casas nascem ao lado-quase-dentro, sofrendo um impacto ambiental tremendo. As fábricas expandem-se cercam e submergem os aglomerados, tapam as janelas para o rio, afectam a saúde da população.

A instalação de novas indústrias e a construção de novas urbanizações na última fase da ditadura fascista, sem as necessárias contrapartidas na defesa do meio natural, geraram a anarquia do tecido urbano, que associada aos elevados índices de poluição existentes, fazem do Barreiro uma terra ecologicamente desequilibrada.

A luta em defesa da qualidade do ambiente no Barreiro, esteve sempre ligada à luta anti-fascista e à resistência à exploração, geradora de miséria e degradação. À volta das questões da poluição, fizeram-se grandes movimentações populares antes do 25 de Abril, como parte do combate pela justiça social e pela liberdade.

Nas novas condições de Abril, a luta por um ambiente sadio está integrada na batalha pela nacionalização dos sectores da química pesada, pela participação dos trabalhadores no controle de gestão, pela adopção de novas técnicas mais preocupadas com a defesa da vida e não do lucro, pelo investimento em novas fábricas e tecnologias, que produzam riqueza sem engendrarem a doença e a morte. As fábricas são uma riqueza e uma calamidade; criam valor, produzem, são factores de progresso, simultaneamente geram poluição, alteram o equilíbrio do ambiente. A defesa deste, não pode ser entendida de uma forma estática, outrossim numa perspectiva dinâmica, ou seja não pode ser aceite como uma fatalidade a elevada poluição existente nesta terra, há a possibilidade real de serem reduzidas as emissões de poluentes, de alterar a actual situação!

A inexistência de legislação oficial protectora do ambiente, a ausência de apoio estatal na

* Vereador da Câmara Municipal do Barreiro.

defesa da qualidade de vida e na preservação e defesa das riquezas patrimoniais, associada à política global de restauracionismo dos interesses monopolistas, deixa estas tarefas nas mãos da população, das autarquias e das empresas, carentes de recursos para tal. Tem cabido às autarquias locais uma enorme responsabilidade na criação de meios para a defesa do património natural e cultural e do meio ambiente, apoiadas na crescente sensibilização das populações para esta problemática. Estão neste caso o ordenamento do espaço urbano, a criação de novos espaços verdes e a plantação de árvores, a construção de equipamento sócio-cultural, a distribuição de água canalizada e a rede de saneamento básico, a recolha contentorizada dos resíduos sólidos, a rede de transportes e a distribuição de energia eléctrica, a preservação de bens patrimoniais e as pesquisas arqueológicas. Uma longa lista de bens e equipamentos para a população, conseguidos apesar da asfixia financeira levada a cabo pelo poder central, e que contrastam com as tímidas tentativas de combater efectivamente a situação, por parte

dos organismos oficiais, e com medidas insuficientes por parte das Empresas. Algumas "vozes da oportunidade" têm propalado que pelo facto de a maioria das empresas serem nacionalizadas, ... "a poluição hoje é a mesma, mas agora é democrática". Percebe-se bem a intenção de ferir os trabalhadores, os técnicos honestos e a revolução de Abril, certamente por quem tem muito a ver com o que hoje se passa, porque estiveram nos órgãos de decisão. A população barreirense numa atitude correcta e consequente, não ignora que os postos de trabalho têm de ser mantidos e que a solução não é fechar as fábricas, nem tão-pouco transferi-las para outro lado. Não queremos que diminua o progresso industrial da nossa terra, precisamos de criação de mais postos de trabalho, mas devemos saber exactamente com o que vivemos, porque estamos convencidos que com a participação dos eleitos, dos técnicos, dos trabalhadores, da população, de todos aqueles que queiram de forma criadora ajudar a melhorar a situação, é possível transformar a realidade.



VISTA PARCIAL DO BARREIRO

O REI VAI “TRAVESTI”

António Borges Coelho*

Depois do Príncipe Perfeito João II contam-se pelos dedos da mão os governantes com os olhos na Grei e na Lei.

De outro João aqui se fala. Não do primeiro de Boa Memória, nem do terceiro de Má Memória, dito piedoso, beato e medíocre, que ateou fogueiras em que nos queimamos três séculos, nem do quarto o Restaurador. É do quinto, dito Magnânimo.

E que diremos? Que mandou construir o Convento de Mafra, o Aqueduto das Águas Livres e dourar a capela de S. João Baptista e tantas outras capelas e igrejas? Que mandou queimar o homem do Teatro do Bairro Alto, António José da Silva? Que deixou escorrer para Inglaterra o grosso do ouro do Brasil e esbanjou o resto em pompa e circunstância? Que premiou com algumas moedas de ouro certos intelectuais das Academias?

Do Convento escreveu recentemente José Saramago um Memorial. O Aqueduto, célebre pelos crimes de Diogo Alves, deixemo-lo alto e belo com os seus arco de pedra sobre o vale de Alcântara. As talhas douradas dos altares barrocos, com os seus anjos roliços a empunhar de braços nús as tochas acesas, que repousem para contentamento dos olhos e dos crentes.

Mas de arte aqui se fala. Dum quadro a óleo existente no Seminário de Almada e que representa a Sagrada Família.

Com a esposa legítima áustria, o rei Magnânimo lá cumpriu o ritual para dotar o trono com herdeiros e varão, mesmo ao preço de um convento de Mafra. O amor freirático tinha outra unção. E se “é verdade que D. João V perdia a cabeça com todas as mulheres”, como escrevia Oliveira Martins, “a sua verdadeira paixão estava no mosteiro de Odivelas” onde mantinha conversação carnal com Soror Paula, de seu nome Paula Teresa da Silva, filha de ourives. Mas antes de arrastar a asa a madre Paula, já o monarca, ainda no convento de Odivelas, vivera dois romances de que resultaram dois filhos bastardos.

Oliveira Martins descreveu a cela de Paula, “fofo recinto preparado para todas as voluptuosidades”. Entre as duas camas (Paula dormia com sua irmã Soror Maria da Luz) ficavam “duas pias de prata, com água benta, para se persignarem”. Faltou à descrição de Oliveira Martins o quadro que reproduzimos da Sagrada Família, quadro pintado a pedido e a desejo.

Soror Paula queixava-se da solidão da cela, das horas que lhe pareciam longas fora dos braços do régio amante. Precisava de o sentir presente. Que mais não fosse em tela e óleo. Mas não ficava bem o retrato *a solo*. Então o monarca dos disfarces, que se vestia de mendigo para beliscar as mulheres na igreja de S. Roque ou de S. Domingos, lembrou-se de mandar pintar esta Sagrada Família. Só que não quis representar S. José. Empréstou a sua régia e gorda cara a Nossa Senhora. E para que não houvesse dúvidas coroou-a com a sua coroa real.

Esta a história do quadro da Sagrada Família que se conserva no Seminário de Almada. Os retratos que nos ficaram do monarca não parecem desmenti-la.

E para que fique completo este quadro setecentista de costumes...

D. Madalena de Sousa, monja no convento de Santa Ana, era, por sua vez, amante do infante Francisco, irmão do rei. Madalena, que tinha duas irmãs freiras em Odivelas, zangara-se com Madre Paula. Para reganhar as suas boas graças e, portanto, as graças do monarca tentou diferentes formas de aproximação. Não faltou mesmo um feitiço com “sal das três marias”, vinho, incenso, alecrim, palma de Domingo de Ramos. Nada. Soror Madalena recorreu então à bruxa Restolha. Vieram depois à cena bruxas de maiores poderes: as irmãs Salemas de Setúbal e Isabel da Natividade, de Alcácer do Sal. Esta recebeu um adiantamento em dinheiro e obteve, por uma das nove criadas que serviam a freira real, vestuário íntimo, pão mordido, cabelos, excrementos e restos de uma ave abocanhados pela freira e o seu amante.

Entretanto chegaram estas novas às orelhas do rei. Sabendo que os objectos pessoais de Madre Paula viajavam a caminho de Alcácer,

* *Historiador.*

mandou homens armados a prender as bruxas e a resgatar os objectos. Em Coima souberam os esbirros que as bruxas eram acompanhadas pelo padre Bartolomeu de Gusmão, o da Passarola. Os projectos do padre inventor, segundo depois se soube, voltavam-se para outros voos: por meio de feitiços, pretendia que João V se tornasse amante de uma irmã de sua amante, passando assim esta a ocupar o lugar influente de Madre Paula.

As bruxas e suas cúmplices seculares foram apanhadas mas o padre Bartolomeu conseguiu

alcançar terras de Espanha. No forro dum dos vestidos das bruxas foram achados peitos de perdizes e galinhas abocanhadas, bocados de marmelada meio comidos, um pouco de sangue e esterco humano já seco da soror. Este quadro "histórico" da Sagrada Família com os seus bruxedos insere-se no anedotário da "pequena história" mas ilumina afinal zonas da história profunda da mentalidade, do quotidiano e até das formas insólitas que revestia a luta pelo poder no ainda tão próximo século XVIII.

PORMENOR DO QUADRO A ÓLEO EXISTENTE NO SEMINÁRIO DE ALMADA REPRESENTANDO A SAGRADA FAMÍLIA



SESIMBRA: CAMPANHA DE RECUPERAÇÃO DAS CEGADAS

*Isabel Mota e
Fernando Carvalho**

I — Introdução

As cegadas ou brincadeiras, tal como os “testamentos”, ou “bailes de entrudo” e outras paródias carnavalescas, são uma das muitas formas de manifestações de crítica social, que revelam o sentido satírico e humorístico do nosso povo, num cenário de celebrações cíclicas, bem características entre nós — O Carnaval.

Com tradições no sul do país, como refere Ernesto Veiga de Oliveira “No sul de um modo geral temos notícia, em relação a vários lugares — Sesimbra, Ourique, Odemira, etc — das “paródias ou cegadas” de Carnaval, que por vezes figuram acontecimentos cómicos ocorridos a alguém durante o ano, e servem de pretexto para os participantes proclamarem a respeito de todas as pessoas aquilo que não quer que se diga”.

II — Campanha de Recuperação

Em Sesimbra, as cegadas são tão antigas quanto a memória dos vivos permite recordar. Com grandes tradições na zona rural do concelho, as cegadas, como quase todas as mais genuínas manifestações de cultura popular foram perdendo parte da sua expressão, deixando de ser representadas em muitas das aldeias que foram seu berço.

Há cerca de 20 anos atrás saíam cerca de 20 grupos de cegadas, representando praticamente em todas as aldeias rurais, chegando-se a 1980 apenas com a saída de um grupo.

É assim que a partir de 1981, a Câmara Municipal de Sesimbra inicia uma acção de sensibilização junto dos grupos de cegantes, tendo como objectivo a sua recuperação. Os primeiros resultados obtidos foram desde logo satisfatórios, tendo-se conseguido a participação, nesse ano, de 3 grupos de cegadas.

A recolha de abundante material fotográfico e o registo sonoro das representações

permitiram a realização de diaporamas que, desde então têm vindo a percorrer os mais diversos locais do concelho, desde colectividades a escolas.

Com este trabalho, para além da sensibilização dos próprios grupos, pretendeu-se ainda divulgar esta tradição junto de toda a população do concelho, tendo-se os grupos passado a deslocar à sede do concelho, com actuações muito participadas, e obtendo-se muito êxito, para além de percorrerem como era habitual as aldeias rurais.

Uma das dificuldades mais sentidas pelos grupos relaciona-se com o arranjo de textos e a procura de músicos para o acompanhamento das cegadas.

Os textos actualmente vendidos por particulares atingem custos elevados (cerca de 10 000\$00), eram a principal barreira para a continuação das cegadas.

Face a estas dificuldades, a Câmara Municipal, decidiu subsidiar os grupos, com a atribuição de uma verba que permitisse reduzir os custos com a obtenção dos textos e também as despesas com a contratação dos músicos que nem sempre fazem parte dos próprios grupos. Entretanto, e fruto deste trabalho de sensibilização, é também de salientar o interesse demonstrado pelos professores da Escola Preparatória e dos Cursos de Alfabetização, que se propõem trabalhar com os alunos na feitura de textos e na sua representação.

III — Cegada

A estrutura de uma cegada, envolve regra geral os seguintes aspectos:

1 — Entrecho

De todos os textos de cegadas conhecidos, podemos dividi-los em dois grupos:

— As cegadas sentimentais ou dramáticas que focam episódios tirados da vida real, como por exemplo: a ida para a guerra; o filho órfão e o pai casamenteiro; o pai tirano, etc.

— As cegadas cómicas ou brejeiras que ridicularizam os costumes da sociedade e acontecimentos da época, envolvendo por vezes pessoas da sua aldeia: por exemplo;

* Animadores culturais da Câmara Municipal de Sesimbra.

o casamento interesseiro e o seu insucesso; o marido enganado; o tráfico de droga; os contos do vigário, etc, onde não faltam os ditos maliciosos que tornam a peça mais viva.

2 — Proveniência

Segundo parece os textos de cada cegada tinham origem na aldeia que a representava. A cegada podia ser encomendada a um particular pelo grupo de cegadas, ou podia ser criada pelos próprios elementos do grupo. Em Sesimbra há conhecimento de que as cegadas se realizavam há pelo menos cem anos, com representação de grupos de praticamente todas as aldeias:

Alfarim

Aiana de Cima

Aiana de Baixo

Zambujal

Pedreiras

Maça

Aldeia do Meco

Almoínha

Caixas

Na vila também se registou a saída de alguns grupos, estes com raízes menos profundas, pelo que desapareceram por completo.

3 — Organização

Cada grupo é identificado pelo nome da aldeia de origem ou pelos nomes dos seus intervenientes, caso haja mais do que um grupo numa aldeia.

Quanto à composição do grupo, este revela uma certa unidade sendo pouco frequente a deslocação de um elemento de um grupo para outro.

Se por qualquer motivo, um dos cegantes não pode acompanhar o grupo, a cegada regra geral, acaba por não sair.

Os novos membros costumam ser escolhidos pelos cegantes mais experientes que, de uma maneira geral são os ensaiadores do grupo.

Noutras ocasiões poderá ser o autor da cegada o próprio ensaiador.

4 — Participantes

A cegada é representada por 4 a 5 indivíduos do sexo masculino e acompanhada, regra geral, por dois músicos.

A distribuição dos papéis é feita de acordo

com as características e idades de cada elemento: se um deles tem a voz mais aguda e uma figura mais fina, faz o papel de mulher; se tem uma voz grossa e uma figura austera, faz o papel de vilão ou polícia; o mais velho faz o papel de pai; etc.

Há casos em que o mesmo cegante, representa consecutivamente o papel de mulher, o mesmo se aplicando a outras figuras, como por exemplo, o agente da autoridade (polícia, GNR, etc).

5 — Indumentária

A indumentária varia de acordo com a sensibilidade de cada grupo.

Enquanto uns dedicam muita atenção à indumentária, esmerando-se com a caracterização dos personagens (a mulher bem pintada e vestida a rigor; o polícia com a respectiva farda, etc).

Outros preferem actuar com a roupa do dia a dia, utilizando apenas, para identificar os personagens, alguns adereços (chapéu alto, barrete, uma peruca, uns óculos ou uns bigodes postiços).

6 — Música

O acompanhamento musical das cegadas costumava ser feito por elementos da própria aldeia.

Segundo a opinião de alguns cegantes, os instrumentos que tradicionalmente acompanhavam a cegada eram a viola e a guitarra.

Outros afirmam ter sido o banjo e a flauta os instrumentos mais característicos.

Actualmente encontramos executantes de instrumentos de sopro e de corda em quase todos os grupos de cegadas.

As músicas escolhidas são aproveitadas de cantigas e fados já conhecidos.

7 — Espectáculo

A época de representação é a quadra carnavalesca, principalmente no sábado e domingo gordo e na segunda e terça-feira de Entrudo.

O local de representação é improvisado, basta um salão de colectividade, uma taberna ou um largo.

Antes do 25 de Abril chegavam a representar



em cima de camionetas, para que pudessem escapar mais facilmente à GNR que na altura perseguia este tipo de actuações.

Deslocavam-se de aldeia em aldeia, em actuações sucessivas que chegavam a atingir 6 e 7 horas de representação. O início do espectáculo fazia-se normalmente à tarde, cerca das 16 ou 17 horas, prolongando-se até às 22 ou 23 horas da noite.

Cada cegada tem a duração aproximada de uma hora.

Inicia-se com uma marcha de abertura, onde fazem a apresentação da aldeia e dos elementos que compõem o grupo, desde os actores, aos tocadores e por vezes ao autor da cegada.

— Nesta marchinha que cantamos a seguir
É para vocês e pedimos para ouvir
Pedimos só um pouco de atenção
Que a nossa Aldeia
Vai seguir neste refrão
É uma Aldeia
Bem bonita de encantar e
Situada à beira mar

REFRÃO (BIS)

Aqui vai a bela Aldeia do Medo
Tão formosa que não há igual
No estrangeiro todos te conhecem
E contigo merecem estar em Portugal
E a seguir
Agora que aqui chegamos
Vamos dizer como todos nos chamamos
Faça favor de chegar à frente
É o conhecido amigo Carlos Vicente
E não costuma haver
Duas sem três
O amigo Pedro é a
Primeira vez

REFRÃO

Continuando
Todos conhecem o Fino
Acompanhando
O amigo Marcolino
Os tocadores fazem
Parte da gente
Tocando banjo

MARCHA

Está o Joaquim Vicente
E na viola está
Uma vez por ano
O nosso amigo António Feliciano
(Cegada Aldeia do Meco — 1984)

— Esta Cegada
Faz a sua entrada
Sempre feliz e contente/porque afinal
Mais um Carnaval
Cantamos para toda a gente
Moços sorridentes
Alegres, contentes
Cantam do princípio ao fim
E fazem lembrar a tão popular aldeia que
é Alfarim
Não queremos porém
Ofender ninguém
Se algo falhar
Façam o favor de desculpar
A todo este povo
Seja velho ou novo
Que o sonho se realize
Fiquem com a certeza
Que não são tristezas
Que fazem passar a crise
Então haja alegria
porque neste dia
Abençoado vos é
Alegria a rodos
Porque lembrar a todos
Que o Carnaval não morreu

(BIS)

A todos presentes
Queremos ver contentes
Desejamos mais
Que tenham muitos Carnavais
Seguindo em frente
os nomes da gente
Queremos apresentar
Glicínio e Noel
Com o seu papel
Têm que se desenrascar
Francisco e Tibério
Rapaz muito sério
Tem muito que se lhe diga
Para acompanhar
Henrique Soares
Com a sua velha amiga
Honestos, capazes
São estes rapazes
Que hoje aqui estão
Trazendo boa disposição
Todo o pessoal
Não levem a mal
Povo que eu me orgulho
Fiquem com certeza
Tenham a gentileza
De não fazerem barulho
A rapaziada
Apresenta a cegada
Que é leal aberta e franca
Já não será a nova banqueira do povo
Que é essa tal D.^a Branca
Cá vamos então
Prestem atenção
Não voltando atrás
Desejamos saúde e paz

Cegada — Alfarim 1985

Depois da marcha de abertura tem lugar a cegada propriamente dita que se divide em 3 a 4 partes, declamações (actos), intercaladas por igual número de fados ou cantigas e termina com a marcha de despedida.

Cegada — Aldeia do Meco 1984

Personagens

- 1 — Finório
- 2 — Dr. Machado
- 3 — Morais
- 4 — Vasco da Gama

Finório:

Ai que dia desgraçado que está aí
Já bebi alguns bagaços
E ainda não aqueci
São praí uma oito e meia
O Dr. ainda deve estar fechado
Só abre à hora que quer o
Sacana do Machado
Bem enfim enquanto não chega a altura
Vou beber mais um calmante
Para ver se sobe a temperatura

Morais:

Ceguei mesmo em boa altura
Sr. Finório como é que vai

Finório:

Isto balança mas não cai
Já viu isto amigo Morais

Morais:

É pá olha que tu ainda cais

Finório:

Cáio eu, cai as finanças, cái a agricultura
Cái o escudo, cái o País
Gente a cair é o que há mais

1.º FADO

1

Vasco da Gama:

Vamos a isto meus queridos
Em jeito de desgarrada

Finório:

Mas onde estamos metidos
Não me percas os sentidos
Que ele quer fazer cacada

2

Morais:

Ele não se safa comigo
Enquanto eu aqui estiver

Vasco da Gama:

Cuida bem do teu amigo
Que ele à solta é um perigo
Atira-se a um qualquer

Finório:

Cuidado com a língua menino
Que não seu se és ele ou ela
Olha que sou esquerdino
E Finório é mais esquerdino
Por isso põe-te à tabela

MARCHA DE DESPEDIDA

10

Todos:

Cantamos este final
De mais este carnaval
Todos juntos e em câoro
É como o povo diz
Que a cura deste país
Está a balões de soro

11

Todos:

Agora vamos à vida
Isto está a terminar
E vamos dar a partida
Daqui para outro lugar

12

Todos:

O que acabamos de ouvir
É afinal uma festa
Obrigado por aplaudir
A saudação que nos resta

13

Todos:

Se às vezes nos enganamos
Perdoem o nosso engano
Porque todos nós erramos
Porque errar é humano

14

Todos:

O autor desta ideia
De todos nós é vizinho
Mora lá na nossa aldeia
E agente chama-lhe Márinho

15

Todos:

O nosso adeus aqui vai
São horas de abalar
Para o ano seremos mais
E havemos de cá voltar

16

Todos:

Passem todos muito bem
Criança, homem, mulher
Até para o ano que vem
Se o nosso deus quiser

REFRÃO

Cantaremos cantaremos
Todos juntos neste Carnaval
No país em que vivemos
Só ele nos levanta a moral

A par desta marcha, acompanhantes do grupo, de boné na mão, dirigem-se à assistência fazendo o peditório habitual.

A quadra carnavalesca termina para os cegantes com "a caldeirada" do grupo custeada pela receita dos peditórios.

Bibliografia:

Ernesto Veiga de Oliveira,
Festividades Cíclicas de Portugal,
1984, Lisboa
Abelho, Azinhal, Teatro Popular Português
S/d, Lisboa



CEGADAS, SESIMBRA, Fevereiro de 1982

TRADIÇÃO ORAL EM GRÂNDOLA

Alcídio Oliveira*

Se um novo vento soprar
Sufocando-te a garganta,
Opõe-te, diz-lhe a gritar:
É Grândola que a gente canta.

Foi assim, quando dos III Jogos Florais da Feira Anual de Agosto (84), que Sandra Maria Dias, de 11 anos, ganhou o 1.º Prémio na modalidade de Quadra. Serve isto, para dizer que o culto da poesia nesta forma, em décimas, etc., é comum entre nós, mesmo entre os mais jovens.

A Câmara Municipal de Grândola, alertada para os valores poéticos do Concelho, levou a efeito em 1982 um levantamento de poesia popular e tem vindo a promover os Jogos Florais.

No Plano de Actividades para 1985, prevê-se a promoção dos IV Jogos Florais, bem como retomar o levantamento da poesia popular.

A poesia popular e as décimas, são quase a mesma coisa nesta Região do País.

É a forma mais enraizada de expressão poética conhecida. Sob o ponto de vista formal, o Poeta faz, oferecem-lhe ou desafiam-no com um Mote — Quadra, com rima cruzada e sete sílabas — que desenvolverá em quatro décimas com a mesma métrica, acabando no entanto, cada uma com um verso do Mote, por ordem respectivamente. A rima da décima

é a seguinte: A, B, B, A, A, C, C, D, D, C. No entanto, a apreciação da poesia popular, não poderá deixar de se fazer no seu contexto natural de produção, ou seja, citando Manuel da Fonseca, no prefácio do "Poema chamado Grândola": "ao dizê-la, criando-a tantas vezes repentina e espontaneamente em reacção e circunstâncias do momento, ou repetindo-a, já elaborada e guardada na memória, o ritmo das sete sílabas que lhe é próprio, mantém-se ou renova-se num outro ritmo, que com aquele se case, pela maneira de dizer do poeta, adequado alargamento, brevidade ou até eliminação de sílabas, entoação intencional a que alguns juntam o movimento discreto ou teatral dos braços, superficiais ou bem marcadas expressões do rosto — esclarecendo

e acentuando assim os objectivos de cada poesia".

Por quanto a poesia, ora de temática social, lírica ou outra, é marcada com uma certa identidade, denunciando o modo de sentir e de dizer do poeta e uma manifestação eminentemente artística, bem diferente na sua essência de outras tradições orais, como sejam as mézinhas e benzeduras.

Esta tradição, em vias de desaparecimento, por razões óbvias, remonta às raízes culturais mais profundas. Contém em si, pelo simbolismo da linguagem, a

transcendentalidade do agente de acção e sua obscuridade elevam-no à categoria de mito.

O drama e a profecia, são características omnipresentes da generalidade dos "bruxedos" e outras "encomendações", além da crença ancestral nas curas e outros males como o "mau olhado": "eu te benzo/da Lua e do olhado/desse mal de costado/Deus é verbo e verbo é Deus/tens olhado benza-te Deus/Em louvor de Deus e da Virgem Maria/Padre Nosso Avé Maria".

Estamos em presença de uma tradição ancestral, transmitida oralmente, em geral entre as mulheres, de mãe para filha, uma vez que os "iniciados" nestas artes, são sempre as mulheres, da memória de quem, aliás, temos vindo a recolher a poesia, o canto e a crença.



MANUEL FERNANDES CASIMIRO
POETA, ARTESÃO E MAIORAL
CANAL CAVEIRA — GRÂNDOLA

* Animador cultural da Câmara Municipal de Grândola.

RENDAS DE SETÚBAL

“Onde há redes há rendas”, diz a sabedoria popular

*Idília das Mercês**

Conta já setenta e sete anos de idade. A sua cabeleira branca casa-se bem com a sua actividade: faz artísticas rendas — “rendas de bilros”.

A Sr.^a D. Virgínia Natália Xavier que é natural de Palmela, mas vive desde a mais tenra idade em Setúbal, aprendeu esta arte com a sua Professora de Instrução Primária, tinha apenas oito anos de idade.

Perguntámos-lhe:

— A Senhora tem ensinado a fazer estas rendas? É lamentável que se percam estas manifestações artísticas do nosso Povo.

— Oh, sim. Muitas crianças e mulheres têm sido ensinadas por mim, mas nem todas as fazem para ganhar a vida; não fazem disso profissão, apesar de se venderem actualmente muito caras e os estrangeiros as apreciarem muito.

E em tom de confiança acrescenta:

— Há pouco tempo veio falar comigo um senhor advogado para eu lhe ensinar a fazer estas rendas...

Sabe, eu fui Professora de rendas de bilros durante treze anos na “Casa de trabalho” que hoje depende da Câmara Municipal; estou reformada há oito anos.

Mostra-nos, enquanto vai conversando connosco, mimosas rendas que têm várias aplicações: em naperons, lençóis, toalhas, lencinhos de mão e até, segundo nos disse, “antigamente enfeitavam-se as roupas interiores com elas”.

— Agora já não se usam esses enfeites tão bonitos e nem sequer essas peças íntimas, diz.

As rendas que nos mostra são autênticas preciosidades e, como tal, vendidas por bom preço.

— É que as linhas hoje são carríssimas, lamenta, e o trabalho muito moroso.

Mostra-nos os materiais necessários para a sua execução:

Os *bilros* que são pequenos objectos de aproximadamente 10 cms, em geral de madeira (mostrou-nos uma dúzia de marfim lindamente trabalhados e todos diferentes), de haste longa e terminados por uma pequena forma esférica; pois essas pequenas peças enchem-se de linha e são elas que servem para urdir, movimentadas pelas hábeis mãos da rendeira que, trocando-as por entre os dedos com ligeireza, extrai desses movimentos um tilintar musical.

A *almofada* de forma cilíndrica, cheia de palha de centeio para ficar rija, assenta sobre uma *banquinha de madeira*.

A rendeira senta-se frente a esse conjunto e, sobre a almofada vai dispondo tiras de cartolina chamadas “piques” onde previamente foram desenhadas as rendas a executar e que estão picadas em pontos estratégicos.

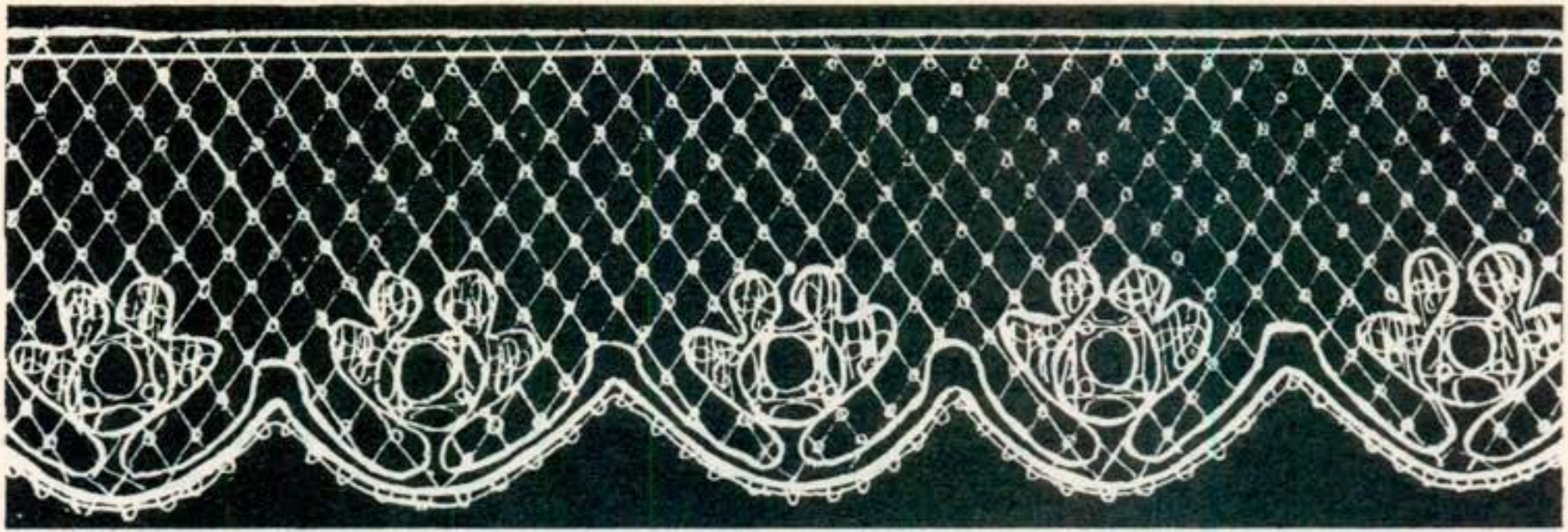
Depois, com *linha e muitos alfinetes*, fazendo girar os bilros, é ver crescer estas rendas de maravilha.

Vamos admirando as variadas urdiduras dessas rendas que nos mostra a Sr.^a D. Virgínia, que esclarece:

— As rendas têm nomes variados conforme o ponto empregado: são rendas de pavão, ponto de carrapato, ponto inteiro, meio ponto, ponto de tule, de palhinha, etc. Esta Senhora ainda faz com perfeição estas finas e preciosas rendas, como tivemos ocasião de observar.



RENDAS DE BILROS — SETÚBAL, 1985



Mas quem continuará a sua arte que faz parte da nossa cultura popular?

“Onde há redes há rendas...”

Enquanto esperam que os homens regressem da faina da pesca, as mulheres vão entretecendo o tempo nas finíssimas teias das rendas de bilros.

As típicas rendas de Setúbal são diferentes de todas as que se fazem noutras localidades do litoral do nosso País.

Levam um fio conduzido por um bilro, geralmente de madeira mais escura, chamada “guião” e que vai levar uma linha mais grossa (“perlè”), a contornar alguns motivos da renda, dando-lhe assim um certo relevo.

É essa característica que principalmente as distingue das outras rendas de bilros e também os desenhos são diferentes. É uma arte tipicamente setubalense que convém não perder.

Existe uma “Oficina” em Setúbal onde algumas mulheres vão continuando a tradição. A Sr.^a D. Virgínia gosta de ensinar. É um trabalho gratificante, já pela sua beleza, já porque é bem pago pelos conhecedores.

Aquela Senhora de belos cabelos brancos e sorriso menino disse-nos do prazer de toda a sua vida — a de criar com as suas mãos belíssimas rendas de bilros.

Setúbal à beira-Sado não pode deixar morrer esta arte que é uma riqueza do seu património artístico.

NOTAS: A “Oficina de Artes e Ofícios” onde trabalhavam actualmente cinco artesãos e onde se executam as rendas de bilros e também os tapetes de ponto de Arraiolos, é apoiada e depende directamente dos Serviços de Acção Sócio-Cultural da Câmara Municipal de Setúbal.

M. M. Portella refere no seu “Diário Histórico Setubalense” que em 1864 foi concedida uma medalha de prata à Câmara Municipal de Setúbal pelas rendas de bilros feitas nesta cidade e que haviam sido apresentadas na Exposição da Indústria Nacional no ano anterior.

No jornal setubalense “A Voz do Progresso” de 12 de Junho de 1864 vem referido este facto.



AO LADO DA RENDILHEIRA SENTAVA-SE A PRINCIPIANTE.

O DISTRITO DE SETÚBAL E AS SUAS ÁREAS PROTEGIDAS

Reservas Naturais do Estuário do Sado e do Tejo e Parque Natural da Arrábida

*Antunes Dias**

Na área abrangida pelo Distrito de Setúbal de que é parte integrante a quase totalidade do território limitado pelos dois grandes estuários do Tejo e Sado, a natureza foi pródiga na revelação de alguns recursos de grande valor ecológico, estético, paisagístico, científico e económico.

A testemunhar o que acaba de afirmar-se está o facto de neste distrito se incluírem duas grandes áreas protegidas — Reserva Natural do Estuário do Sado e Parque Natural da Arrábida — e ainda parte de uma 3.^a, a Reserva Natural do Estuário do Tejo. O conceito de 'áreas protegidas' não significa nem pretende o afastamento do homem dessas parcelas de território, mas antes a sua integração harmoniosa de maneira a saber gerir e usufruir correctamente os recursos naturais a fim de proporcionar, de forma perene, os maiores benefícios às gerações actuais sem comprometer o seu potencial para satisfazer as necessidades e aspirações das gerações vindouras.

Assim sendo e dado as áreas protegidas abrangerem zonas onde a influência humana ainda as não perdeu irreparavelmente, elas surgem como instrumento de salvaguarda de um património que é de todos, integrando-se num contexto mais amplo de gestão equilibrada de recursos onde é fundamental o ordenamento adequado do território.

Duas das áreas referidas estão implantadas em estuários, zonas húmidas por excelência.

Mas o que vêm a ser zonas húmidas?

São "extensões de pântanos, turfeiras, charcos e águas naturais ou artificiais, permanentes ou temporárias, estáticas ou correntes, doces salobras ou salgadas, incluindo as águas do

mar de profundidade igual ou inferior a seis metros na baixa-mar". Assim, os estuários, lagunas, deltas, paúis, lagoas, ribeiros, rios e suas margens inundadas, regolfos de barragens, zonas de marés, etc. são englobados na definição de "zonas húmidas". A sua conservação justifica-se a muitos títulos: grande diversidade de fauna e flora, enorme produção biológica, capacidade de produção de proteínas animais sem erosão acelerada do solo, regulação hídrica, actividades lúdicas que suportam, habitat que facultam à nidificação, hibernação, passagem e muda (de pena) de muitas aves, etc.

Postos estes considerandos de ordem genérica passemos agora a abordar especificamente a importância de cada uma das três áreas protegidas aqui mencionadas.

Reserva natural do Estuário do Tejo

A Reserva Natural do Estuário do Tejo, com uma superfície aproximada de 14.560 hectares, abrange a chamada zona dos mouchões (mouchão da Póvoa, mouchão do Lombo do Tejo, mouchão das Garças, mouchão de Alhandra) e o sapal de Pancas que são as áreas mais ricas em aves aquáticas de todo o estuário.

Foi criada pelo Decreto-Lei n.º 563/76 de 19 de Julho e tem como principal objectivo salvaguardar todo um importante recurso de aves aquáticas que nas suas migrações periódicas atravessam fronteiras e devem portanto ser consideradas como património internacional. Este aspecto foi, aliás, recentemente reforçado pelo Governo Português ao aprovar, através do Decreto n.º 101/80 de 9 de Outubro, a Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância

* Director da Reserva Natural do Estuário do Tejo.
Presidente da Comissão Instaladora da Reserva Natural do Estuário do Sado.

Internacional especialmente como Habitat de Aves Aquáticas.

Na área da Reserva, por razões de ordem alimentar, concentram-se durante o Inverno vários milhares de aves, atingindo o seu conjunto um valor global da ordem dos 60 000 indivíduos (55 000 limícolas e 4500 patos). Provêm na sua maior parte de todo o norte da Europa e é importante salientar que, de entre as espécies e com concentrações de significado internacional, em termos de percentagem, como por exemplo o pilrito-de-peito-preto, o maçarico-de-bico-direito, a tarambola-cinzenta, o perna-vermelha, etc., se destaca o alfaiate com cerca de 75% de toda

a população invernante na Europa, sendo por esse motivo a ave escolhida para símbolo da Reserva.

Outras aves como os flamingos, que não vêm do norte da Europa mas sim do norte de África, também nos visitam e aparecem regularmente na Reserva por períodos de tempo determinados, tendo o seu número já atingido os 750 indivíduos.

Todas estas aves, que nas suas rotas migratórias percorrem milhares de quilómetros, necessitam de se alimentar conveniente e sossegadamente na Reserva a fim de reporem as energias gastas no percurso e poderem, quando tiverem de encetar a viagem de regresso, estar em condições de chegar aos seus locais de destino, sem o que morrerão pelo caminho.

Dentro da Reserva Natural estão definidas duas reservas integrais — a Reserva Integral do Mouchão do Lombo do Tejo constituída por uma pequena lagoa com cerca de 29 hectares e a Reserva Integral de Pancas, formada por uma zona de lamas e sapal com cerca de 1013 hectares. São áreas onde todo o acesso é interdito, salvo em casos especiais devidamente autorizados, que têm por objectivo primordial: a primeira proteger a nidificação de patos e a segunda defender as aves limícolas que aqui principalmente se concentram.

Pelo que ficou dito, a Reserva Natural do Estuário do Tejo é uma importante realidade de valor internacional, sendo necessário que todos nós, alertados para este facto, possamos, em consequência, compreender, respeitar e colaborar na sua defesa.

Reserva natural do Estuário do Sado

A Reserva Natural do Estuário do Sado, criada pelo Decreto-Lei n.º 430/80 1 de Outubro, estende-se por uma área de 23 160 ha, abrangendo a maior parte do estuário e da sua zona envolvente.

É fundamentalmente uma zona húmida por excelência como o são aliás todos os estuários e porque estes se incluem entre as áreas naturais mais ricas e produtivas do Globo, ela assume valor e importância de interesse nacional.

Da sua área estuarina, cerca de 13 500 ha, fazem parte integrante as áreas marginais que cobrem e descobrem com as marés as quais englobam na sua parte superior a vegetação rasteira dos terrenos salgados que constitui os chamados sapais. Estes, no seu papel ecológico, são a base de uma cadeia alimentar baseada em detritos orgânicos que funciona nos estuários, e têm outras funções importantes como sejam: Depuração das águas estuarinas, nichos de desenvolvimento de formas larvares de peixes e crustáceos, locais de abrigo e repouso de aves aquáticas.

Na área envolvente do estuário, a Reserva tem outras particularidades igualmente de grande interesse:

— As dunas da Península de Tróia onde existe uma vegetação rica, colorida e diversificada a quem cabe um papel relevantíssimo no processo de fixação das correspondentes areias. Pela função acabada de referir e por ser altamente vulnerável, esta vegetação tem de ser cuidadosamente protegida.

— As lagoas da Herdade do Pinheiro, onde a presença de água doce é permanente e onde existe uma flora e fauna muito diversificadas.

— A arquitectura rural da Herdade do Pinheiro, Zambujal, Carrasqueira e Comporta onde é possível encontrar conjuntos arquitectónicos bem equilibrados, estéticos, harmónicos, favorecendo a convivência entre os seus habitantes — testemunhos contra a uniformização e despersonalização que acompanham os conjuntos das construções cidadinas.

Ainda perduram, na Carrasqueira, habitações em cuja confecção se utiliza as canas, caniço e o “bracejo” — exemplo inteligente de como o homem soube tirar partido dos materiais

(plantas gramíneas) que a natureza fazia crescer à sua volta.

— O Moínho de maré da

Mourisca — testemunho do aproveitamento de um tipo de energia renovável e ensinamento do passado necessário às gerações do presente e do futuro.

— A ocupação humana antiga das margens do estuário representada num 'concheiro', próximo da Carrasqueira, a atestar que a zona foi habitada há cerca de 5000 anos por uma população que vivia essencialmente da pesca e da recolha de marisco.

Igualmente testemunham essa ocupação os fornos romanos da Herdade do Pinheiro ligados à fabricação de ânforas — recipientes oblongos, cilíndricos ou fusiformes, munidos de duas asas e com o fundo em bico, onde eram exportados produtos de salga fabricados nas margens do estuário (Tróia Setúbal e Comenda) durante a Época Romana entre os séc. I e IV d.C. (depois de Cristo).

— Vistas paisagísticas de grande beleza como a que se desfruta do Monte do Pinheiro sobre a Ilha do Cavalo e grande parte do estuário. Sendo essencialmente uma zona estuarina é importante lembrar, para além do já referido, que os estuários são viveiros de repovoamento da zona costeira para além de serem locais privilegiados de pesca (o porto artesanal de pesca da Carrasqueira é exemplo bem significativo deste último aspecto).

É assim compreensível destacar, de entre as várias actividades económicas tradicionais da Reserva, a pesca e a exploração de sal que, mantendo embora peso significativo, tiveram



FLAMINGO, *PHOENICOPPEPUS-RUBER* RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO

outrora grande valor e importância para o País.

Os estuários são como que fábricas naturais de produção de proteínas (aqui se reproduzem muitas espécies e crescem outras que se reproduzem no mar) onde a natureza faz tudo gratuitamente aparecendo o homem apenas na fase de colheita.

São assim estruturas naturais tão importantes para o homem que a nenhum título será lícito degradá-los.

Parque natural da Arrábida

— O Parque Natural da Arrábida, foi criado pelo Decreto-Lei N.º 622/80 de 28/ de Julho e a sua regulamentação feita pela Port.ª

N.º 26/F/80 de 9 de Janeiro. Fica situado na península de Setúbal, entre esta cidade e o Monte de Palmela, a vila de Sesimbra e o mar, onde se eleva uma cadeia calcária constituída pelas Serras da Arrábida; S. Luis, Gaiteiros, S. Francisco e Louro, que se designa por — Arrábida. Esta área — cerca de 10 800 hectares — foi escolhida para Parque Natural por reunir determinadas condições em que é visível a integração harmoniosa do homem com o ambiente que o cerca e devido à existência de zonas onde se mantêm formações vegetais no estado natural e seminatural.

— Na região metropolitana Lisboa-Setúbal cada vez se acentua com maior intensidade a pressão demográfica e as consequências do crescimento urbano e industrial; a Serra da Arrábida, como área verde desta região, constitui uma zona privilegiada da rede de recreio e cultura que importa preservar.

— Porém, outros motivos e não menos importantes — de ordem científica, cultural, histórica, paisagística — fazem da Serra da Arrábida uma zona a proteger da degradação a que tem estado submetida, (clandestinos, algumas pedreiras etc.) com vista ao aproveitamento integral de todos os seus recursos e potencialidades.

— Sob o aspecto botânico, esta serra apresenta-se como uma reliquia única do

maquis mediterrâneo, nela subsistindo vegetação natural de importância, não só nacional como internacional.

— O interesse de ordem geológica traduz-se nos acidentes de relevo, nos afloramentos rochosos, em especial dos calcários brancos do Sul e os cinzentos do Norte e na existência da conhecida brecha da Arrábida. (Convento de Jesus em Setúbal etc.)

— Os motivos de ordem zoológica são de muito valor no que se refere à fauna terrestre e muito especialmente à fauna marinha, não só da Pedra da Anicha, como ao longo de todo o recorte da costa.

— Não se pode deixar de referir que a zona costeira da Arrábida faz parte do recorte de uma baía que constitui um dos principais mananciais do Atlântico Norte, absolutamente indispensável à criação e manutenção de espécies marítimas e vegetais.

— Constitui ainda a Serra da Arrábida um extraordinário componente natural de grande valor paisagístico, encenando panorâmicas de grande beleza natural e de secular humanização. Nela se detiveram ao longo de séculos poetas e pensadores contemplativos, estudiosos e eremitas, (Frei Agostinho da Cruz, Sebastião da Gama etc.) e não é por acaso que ali se ergue o Convento da Arrábida, com uma importante biblioteca franciscana.

“Os parques naturais surgem como a exaltação do mundo rural, procurando promover valores locais, da natureza, da comunidade.

Harmonia do prado, da mata, do campo, dos caminhos, harmonia também de casas, quintas e hortas; certas paisagens que justificam a criação dum parque ou reserva são e serão obra de gerações de camponeses”.

O parque natural embora orientado pelo Estado, pertence sobretudo à população da região. É à população camponesa que construiu durante gerações determinada paisagem, amando a natureza quase sem o saber, na sua labuta diária, é a ela que é preciso fazer sentir e tomar consciência do valor que encerra o seu habitat tradicional e, mediante informação e auxílio técnico e financeiro do Estado, permitir que esse habitat evolua de forma equilibrada, preservando o essencial dos ecossistemas locais e auferindo novas fontes de receita, através do recreio que é possível desenvolver com base no usufruto das paisagens.

Se uma população existiu ao longo dos séculos em determinada região, vivendo e trabalhando em estreita dependência e harmonia com a natureza, adaptando a sua economia aos ecossistemas naturais, é porque essa economia e essa população são capazes de subsistir e evoluir adequadamente sem que tal signifique a destruição ou a degradação do equilíbrio ecológico.

Falámos de áreas protegidas. A sua importância é tão grande quanto nós sabemos ser impossível a existência de sociedades humanas equilibradas sem o contacto com a natureza e ser um tormento a vida da cidade sem o reencontro com a paisagem natural porque o homem se torna presa de desequilíbrios psicológicos e o seu bem-estar é facilmente perturbado pelo tipo de existência que leva num meio ao qual se adapta com dificuldade.

Artigo 66.º

— Constituição da República Portuguesa

(Ambiente e qualidade de Vida)

1. Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.

2. Incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo e apoio a iniciativas populares:

a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão;

b) Ordenar o espaço territorial de forma a construir paisagens biologicamente equilibradas;

c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico;

d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica.

EPÍLOGO DE UM CASO EXEMPLAR

Autarquias do Distrito adquirem Sítio e Conventos de S. Paulo e Capuchos

*Arlindo Mota **

Imaginar Sintra às portas de Setúbal, com as suas árvores centenárias e uma paisagem exuberante, poderá ser abusivo, mas foi a imagem que mais facilmente ocorreu ao jornalista que desprevenidamente ali se deslocou, conduzidos por nós, no já longínquo ano de 1981.

De resto, o Parque de S. Paulo e os seus dois conventos, representam mais do que um local maravilhoso, de onde se pode fruir uma vista soberba, passar agradáveis tempos livres ou servir de retiro para meditação.

O Sítio constitui um manancial histórico não desprezível e em seu redor se foram tecendo lendas populares, hoje quase esquecidas, mas perpetuadas em livro ou em pedra, que os anos são muitos e a memória perecível.

Provavelmente ali se deteve NUNO

ÁLVARES, na sua marcha do Alentejo para Lisboa (onde correu um curioso episódio com os Homens-Bons de Setúbal); ali se instalaram duas comunidades de frades, uma mais antiga ligada à Congregação da Serra d'Ossa, outra, posterior, dos Arrabidinos, que permite evocar aspectos da organização medieval e da vida monástica que iluminam a mentalidade de toda uma época; por ali passaram os franceses quando invadiram Portugal, por ser sítio estratégico para instalar a sua artilharia; ali se realizaram numerosas manifestações de religiosidade popular atraídas pela "milagrosa" água da "Fonte Santa" de que temos relatos ainda na imprensa da 2.^a metade do século XIX. São pontos de referência suficientemente ricos para justificar a curiosidade do visitante e fazer despontar o apetite do erudito.

Mas se foi o Homem quem, escolheu o sítio, o foi enriquecendo com a sua presença ao longo dos anos, também foi ele o grande responsável, primeiro pela incúria com que deixou degradar o Convento dos Capuchos, depois, mais grave ainda, pela forma

devastadora e criminosa como delapidou célere e irremediavelmente uma obra de séculos, umas vezes por ignorância, outras por cobiça, no mais das vezes por simples vandalismo.

De facto, o património edificado do Parque de S. Paulo é hoje um conjunto arquitectónico no mais completo estado de degradação. Neste domínio, pouco mais se poderá fazer do que conservar a memória do tempo, consolidar as ruínas, estancar a delapidação, proteger o que ainda resta.

Mas nem por isso, o Sítio perdeu o seu fascínio. O admirável espaço público que as Autarquias do Distrito de Setúbal agora adquiriram após denodadas negociações, oferece potencialidades que o leitor dificilmente poderá imaginar, por muito que o cronista o enalteça.

Uma campanha que valeu a pena: S. Paulo devolvido às populações

Foi a SALPA (Associação Para a Salvaguarda do Património da Região de Setúbal) quem, há cinco anos, perante o quadro deprimente da degradação e delapidação a que estava sendo sujeito o conjunto arquitectónico e o Sítio do Convento de S. Paulo, lançou uma campanha junto da opinião pública e das entidades oficiais, de forma a sustentar a situação e conjugar esforços para uma solução.

Após proceder a um levantamento fotográfico e à realização de um filme que apresentou aos participantes no III ENCONTRO DAS ASSOCIAÇÕES de DEFESA do PATRIMÓNIO realizado em Torres Vedras, organizou visitas-guiadas, convívios no local, tendo como objectivo sensibilizar a população e os diversos agentes envolvidos para o estado deplorável a que havia chegado aquele magnífico Parque.

Concomitantemente a SALPA organiza um seminário sobre o Sítio do Convento de S. Paulo, onde, pela primeira vez, se sentam à mesa as entidades com jurisdição naquela área (Câmaras Municipais de Setúbal, de Palmela e

* Presidente da SALPA. Director da Revista "Património".

Parque Natural da Arrábida), urbanistas e simples interessados na salvaguarda daquele valiosíssimo património. Entre as conclusões ressaltava uma dificuldade; o desconhecimento da identidade dos verdadeiros proprietários e as suas eventuais intenções, o que dificultava grandemente as acções possíveis.

Tomámos entretanto conhecimento de que a Quinta fora vendida a intermediários de terrenos. O perigo era óbvio: apesar dos entraves que o Parque Natural e os Municípios poderiam levantar, a divisão da propriedade e a correspondente privatização de um admirável espaço público, vislumbrava-se no horizonte, a curto ou a médio prazo.

Perante este quadro, a SALPA alertou a opinião pública através da imprensa e comunicou as suas apreensões às entidades mais directamente implicadas, para além de fazer correr um abaixo-assinado junto da população que recolheu milhares de assinaturas.

Os seus proprietários, temerosos pela repreensão pública que o assunto tomava entraram de imediato em contacto com a direcção da Associação e negaram qualquer intenção de divisão da propriedade, prometendo que manteriam as Câmaras Municipais e a SALPA ao corrente da situação, em caso de negociações para venda. Pela nossa parte continuámos a instar o Poder Local no sentido de que rapidamente se

estabelecesse um diálogo entre as partes interessadas que não perdesse de vista o fundamental: *a salvaguarda de S. Paulo como Sítio histórico e reserva paisagística no interesse das populações.*

A SALPA sempre confiou que se saberia encontrar uma solução adequada e, na medida das suas possibilidades, não deixou de pugnar pela sua concretização. A solução encontrada, que resultou do esforço conjugado das treze autarquias agrupadas na sua Associação de Municípios, projectou S. Paulo como um valor regional e não apenas concelhio, para o qual reúne, indiscutivelmente, excepcionais condições.

É evidente que todos nós estamos conscientes de que apenas foi dado um primeiro passo embora importante e decisivo. Torna-se necessário elaborar um projecto idóneo de recuperação e aproveitamento dos espaços. Qualquer intervenção "ad-hoc" corre o perigo de constituir um atentado irremediável. É necessário o contributo de uma equipa multi-disciplinar. É necessário ainda firmeza para não cair nas soluções fáceis, demagógicas, irresponsáveis, populistas.

Estaremos atentos. Mas pelo que nos foi dado a conhecer até agora, S. Paulo está entregue em boas mãos, e a médio e a longo prazo o Distrito de Setúbal vai poder apresentar com orgulho uma obra que será o espelho da união de vontades em torno de um projecto colectivo ao serviço das populações.



ASPECTO EXTERIOR DO CONVENTO S. PAULO.



A IGREJA DE S. PAULO ENCONTRA-SE EM ESTADO DE DEGRADAÇÃO TOTAL.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

Rita Caldas*

Em meados de Abril de 1982, com o acordo explícito do executivo Autárquico, deu-se início ao que designámos por montagem da “Biblioteca Municipal de Alcácer do Sal”. Partiu-se de um acervo antigo (cerca de 1500 Títulos) existentes no Sótão da Câmara Municipal, cujas obras e manuscritos se situavam entre os séculos XVI e XIX. Na sua maioria doações de antigos residentes do Concelho, contribui hoje esse espólio⁽¹⁾, para o Arquivo Reservado da futura Biblioteca Municipal. Os fundos bibliográficos foram durante 1983-85 enriquecidos, embora modestamente, com a entrada de ofertas e/ou permutas de publicações e periódicos, cerca de 3500 livros e de 500 publicações periódicas. É-nos evidente, mau grado o esforço efectuado, que a Biblioteca Municipal está longe, ainda, de possuir as obras necessárias

* *Bibliotecária da C. M. de Alcácer do Sal.*

para o desempenho da função que lhe competirá.

A não existência de uma Biblioteca Municipal no Concelho de Alcácer do Sal, cuja população se cifra em cerca de 17 000 habitantes, e apresenta um índice de analfabetismo na margem de 40%⁽²⁾ era uma das muitas carências que subsistiam (e subsistem), pós 25 de Abril.

Num Concelho em que as populações estão concentradas em núcleos muito afastados uns dos outros, os quais são predominantemente de características rurais, é urgente a criação de motivações culturais que permitam um desenvolvimento sociocultural, desenvolvimento esse que possibilitará às populações rurais reduzir, ou pelo menos não aumentar, o nível das desigualdades, entre os campos e a cidade, neste caso concreto ao nível do conhecimento e do acesso a esse conhecimento.

A vida em sociedade exige, cada vez mais, o domínio da comunicação (meios e técnicas).



BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL — SOLAR DOS SALEMAS

Uma das fases mais importantes de aquisição desse domínio, é a ida da criança à Escola, onde aprende a ler. Mas essa aprendizagem poderá ser dificultada, travada ou mesmo impossibilitada, se a criança não tiver os meios que possibilitem essa aprendizagem (os meios de ordem cultural, social, económico, ...), e se não for acompanhada com o descobrir da herança cultural e social das gerações passadas. A Biblioteca Municipal constitui aqui um dos recursos elementares disponíveis, possibilitando apoios que ajudam à tomada de consciência do que culturalmente herdamos e facilitando o acesso ao livro, num Concelho onde não há uma livraria sequer.

Uma Autarquia como a de Alcácer do Sal que tem desenvolvido trabalho tão importante noutros campos, também eles básicos, não poderá poupar-se a esforços, para superar a marginalização cultural a que o povo (e particularmente o povo Alentejano), foi votado pelas caducas estruturas do "Antigamente", que, aliás, estiveram sempre ao serviço das classes privilegiadas.

A Biblioteca Municipal de Alcácer do Sal que se encontra na última fase do seu projecto inicial, (o de montagem) tem como objectivo último tornar-se uma instituição indispensável tanto no desenvolvimento da personalidade da juventude Alcacerense, como na dinâmica cultural da generalidade da população do Concelho. Ler, ler, ler sempre é uma prática social importante para o desenvolvimento sociocultural de todos nós. Nessa prática estamos tão empenhados, como as outras "jovens Bibliotecas", que têm vindo a nascer no Alentejo.

Assim, para lá do Arquivo Histórico, todo

o nosso esforço actua no sentido de apresentar aos futuros utentes, material bibliográfico que abranja os aspectos científicos, técnicos e culturais de todo o saber humano.

E, mesmo sem estar ainda aberta ao público, conta já como utentes, toda uma população escolar interessada, que por aqui vai passando, lendo e investigando, dentro das limitações a que o trabalho de Montagem tem obrigado. A futura "Biblioteca Municipal" desenvolver-se-á em duas salas do Solar dos Salemas, edifício original do séc. XVI, que foi recuperado pela Câmara Municipal, tendo como objectivo tornar-se pólo de desenvolvimento cultural do Concelho. Possui uma varanda, virada a poente e debruçada sobre o rio, propícia para a leitura e convívio mais amplo, talvez, das camadas mais jovens, podendo constituir uma terceira zona de leitura, ao ar livre e o mais informal possível. Espera-se que possa ser inaugurada no próximo mês de Junho.

(¹) Devido ao incêndio ocorrido em 1965, a Câmara Municipal perdeu todo o seu Arquivo.

(²) Num inquérito realizado em 1982, e que abrangem 54,7% da população, foram levantados os seguintes dados: Analfabetos, 38,2%; Sem a 4.^a classe, 54%; Com a 4.^a classe, 33,2%; Com Ciclo Prep.^a, 8,1%; Com 9.^o ano, 2,5%; Com 11.^o ano, 1,3%; Com cursos médios, 0,6%; Com Cursos Superiores, 0,3%;

NOTA — A percentagem dos que não possuem a 4.^a classe inclui a dos analfabetos.

In — Perspectivas para a organização do trabalho de Educação de Adultos no Concelho de Alcácer do Sal, CEBA'S. 1985.

COMEMORAÇÕES DO 8.º CENTENÁRIO DO FORAL DE PALMELA

Em Março de 1185 (ou 1223 da era de César, então vigente na contagem dos anos), D. Afonso Henriques concedeu foral a Palmela que havia arrebatado aos Sarracenos e desejava restaurar e povoar. Assim o declara nas frases de abertura do importante documento que vai agora completar oito séculos. Isto significa ser Palmela um dos mais antigos concelhos do sul do Tejo, e, de certo modo, até, de Portugal inteiro. Tal facto, por muitas e variadas razões, torna-se digno de atenta e consciente comemoração.

Sob a égide da Câmara Municipal e a partir dum encontro para que foram convidados todos os organismos que, no concelho de Palmela, de alguma maneira, desenvolvem actividade associativa ou comunitária, foi instituída uma comissão que, expressamente à margem de ideologias ou sectarismos, se dispôs organizar um ciclo de comemorações centrado no histórico acontecimento que foi a concessão do foral.

Por coincidência, outros dois centenários correlacionados a Palmela se registam no mesmo período e, assim com absoluta naturalidade a sua evocação se integra no programa comum: o sexto centenário da chegada de Nun'Álvares numa tentativa de auxílio a Lisboa, acendendo no castelo de Palmela, "logar tam forte e tam mao de filhar", como o definiu Fernão Lopes, grandes almenaras com que alentou a capital, cercada pelos castelhanos; o primeiro centenário da travessia do continente africano "de Angola à Contracosta", por Hermenegildo Brito Capelo, que nasceu no mesmo castelo.

Não podia o concelho de Palmela deixar em silêncio tão significativas efemérides. Nem devia, também, limitá-las a uma evocação ligeira, sumida, como quem forçosamente cumpre um dever sem vigor nem entusiasmo. Desperdiçar oportunidades assim ricas, singularmente adequadas a espontâneo e atraente debruçar sobre o passado — não esquecendo que, como alguém notou, "o passado é um grande tesouro de

novidades" — constituiria, ao mesmo tempo, tristeza, estultícia e vergonha.

Evidentemente, não se pretende, nem é possível, um programa esplendoroso exigente de grandes capacidades de organização que só quadros profissionais e disponibilidade de elevadas verbas permitem concretizar.

A Comissão Executiva, quase anónima (e só não o é de facto porque as circunstâncias e a assunção de inerentes responsabilidades o impedem), desprovida de "nomes sonoros" ou "figuras de prestígio", trabalhando com muito amorismo (em sentido integral do termo que enraíza em amor à causa...), elaborou o programa que a seguir se discrimina. Com o desejo de servir. Com o desejo de este ciclo comemorativo se converter efectivamente, com oportunidade e sem oportunismos, numa fecunda campanha de cultura popular.

Janeiro, 4, 11, 28, 25

— Sucessivamente, em cada uma das sedes de freguesia, COLÓQUIOS ACERCA DA HISTÓRIA DO CONCELHO E, EM PARTICULAR, DA RESPECTIVA FREGUESIA, servindo para esclarecimento da data julgada mais propícia para a de FERIADO MUNICIPAL.

Janeiro, 17

— Com participação das equipas seleccionadas a nível de freguesia, GRANDE FINAL DO CONCURSO "PALMELA, UM CONCELHO DE 800 ANOS".

Fevereiro

— "PALMELA RIMA COM TELA E AGUARELA", CONCURSO, em moldes

de singular atracção para os concorrentes. DE DESENHO E PINTURA centrado em motivos do concelho de Palmela.

Fevereiro, 10

— COMEMORAÇÕES DO 57.º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DAS FREGUESIAS DE PINHAL NOVO E QUINTA DO ANJO.

Março, 15

— Abertura da exposição dos trabalhos apresentados ao concurso “PALMELA RIMA COM TELA E AGUARELA”.

Março, 29

— Inauguração da “PENTA-EXPOSIÇÃO PALMELA 9 x 85”, constituída pelas seguintes secções todas presentes no castelo até ao fim de Junho:

1. DE ARMAS ANTIGAS

Correspondentes do período em que o castelo de Palmela funcionou como praça de guerra: Séc. XII ao XIX. Particular e especialmente valiosa colaboração é dispensada pelo notável coleccionador Sr. Rainer Daehnhardt.

2. DA VIDA E OBRA DE HERMENEGILDO CAPELO

Na casa em que nasceu este famoso explorador do sertão africano e, por coincidência, na altura em que se comemora o centenário da conclusão da sua travessia do litoral de Angola ao de Moçambique, na companhia de Roberto Ivens.

A Sociedade de Geografia associa-se activamente a esta evocação-homenagem.

3. DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA AGRICULTURA EM PALMELA

Apoiada em mapas, fotografias, diagramas reprodução de documentos, produtos, ferramentas, etc.

4. DO ARTESANATO REGIONAL DE PALMELA

“Ensanduichado” entre duas fortes zonas industriais (as do estuário do Tejo e do Sado), o concelho de Palmela, *resto de província*, que o teima em ser, ainda conta interessantes manifestações de artesanato a sério que merece divulgar e apreciar.

5. DOS TRANSPORTES DE PALMELA AO LONGO DOS SÉCULOS

Particularmente justificada porque, mercê de acasos ou aglutinação de coincidências, Palmela dispõe, neste campo, de um historial de curiosas singularidades.

O início da cerimónia de abertura da PENTA-EXPOSIÇÃO será assinalado pelo disparo de uma peça de artilharia do séc. XVI (referência às armas antigas). O encerramento por um festival de acrobacia a cargo da famosa esquadilha da Força Aérea Portuguesa, “ASAS DE PORTUGAL” (referência aos transportes).

Março, 30

— SESSÃO SOLENE EVOCATIVA DA CONCESSÃO DO FORAL com a presença de altas entidades administrativas, militares, eclesiásticas e culturais.

Abril, 14

— “ROMAGEM DAS ORDENS”. Excursão em ambiente turístico mas com criterioso aproveitamento instrutivo ao circuito PALMELA-AVIS-CRATO-TOMAR-PALMELA, visitando as mais significativas “cabeças” das Ordens Militares Portuguesas.

Abril, 28

— Disputa de um TORNEIO MEDIEVAL com rigorosa observância do ambiente e regras que caracterizavam estes festivais mistos de competição desportiva, ocupação de tempos

livres, preparação guerreira e exibição de poderio senhorial.

A actuação hípica será desempenhada por um grupo de alunos do Centro Equestre da Lezíria (Vila Franca de Xira).

Maio, 11

— Na praça de armas do castelo, com toda a fidedignidade histórica acessível:

— **SESSÃO DE CORTES EM QUE OS PROCURADORES DE PALMELA FARÃO A DEFESA DOS SEUS "AGRAVOS"**, isto é, dos problemas de interesse para o povo do concelho;

— **IMPOSIÇÃO DO HÁBITO A UM CAVALEIRO DE SANT'IAGO**, com o esplendor e solenidade de que a cerimónia se revestia.

Junho, 3

— **GRANDE CORTEJO HISTÓRICO-ETNOGRÁFICO**, constituído por dezenas de quadros e centenas de participantes em evocação da vida do concelho de Palmela ao

longo dos séculos, focando os principais acontecimentos, as figuras mais notáveis, "artes e ofícios" desaparecidos, cários e romarias seculares.

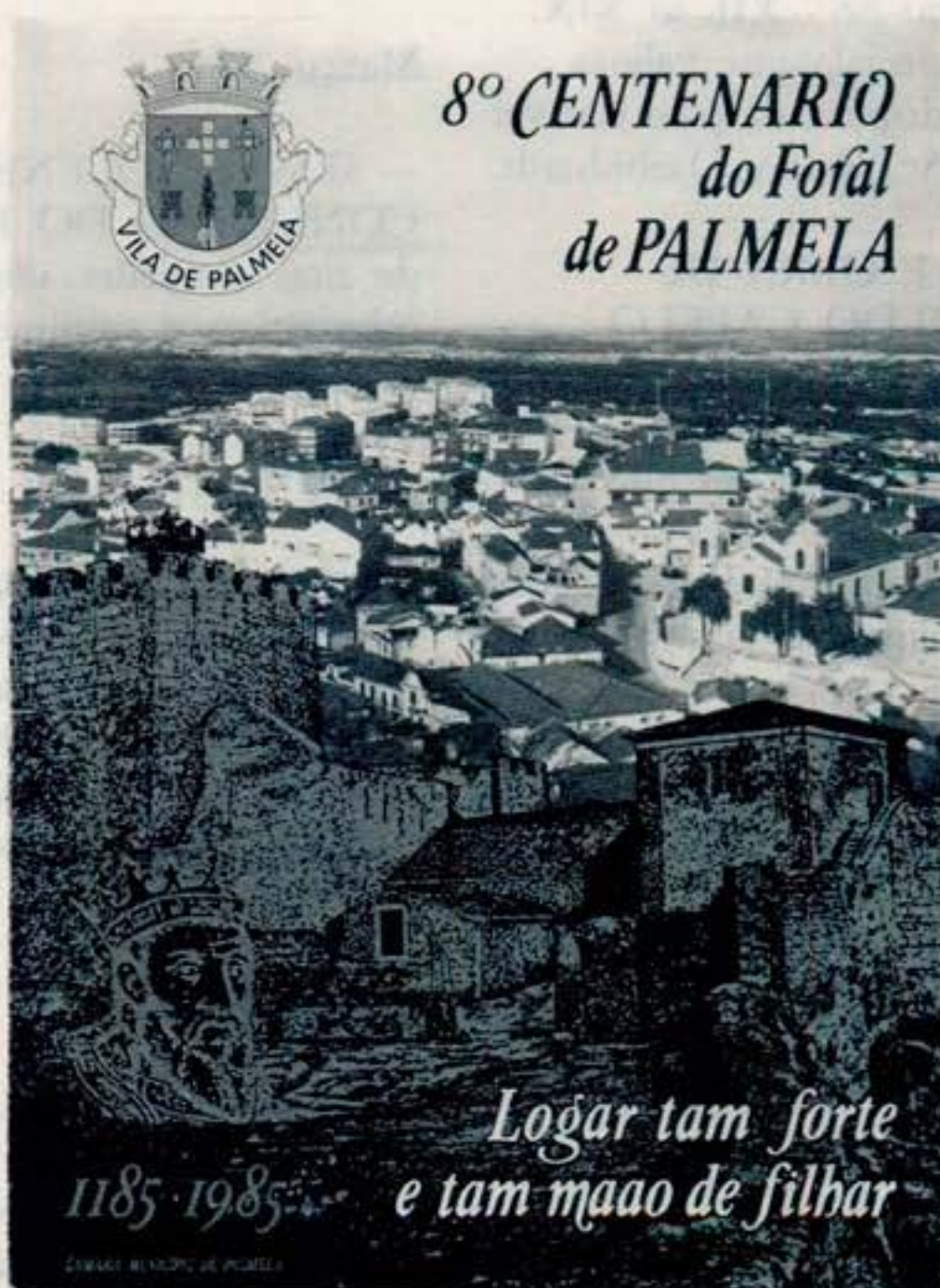
Junho, 24

— **PIC-NIC MOLEIRO**. Festa "à portuguesa" num recanto da Serra do Louro, promovida pela Associação dos Amigos dos Moínhos e aberta a toda a gente que deseje participar. Espera-se que, pelo menos nesse dia, dois ou três moínhos há muito paralisados voltem a girar as suas velas.

Julho, 23 a 26

— **"CAMINHOS DE SANT'IAGO"**. Visita com todo o possível aproveitamento histórico-cultural a Sant'Iago de Compostela (Espanha), em rememoração do culto ao apóstolo ali sepultado e que teve grande expressão em Palmela.

C.M. Palmela



AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

Valente Fernandes*

A vivência quotidiana no habitat artificial representado pela Cidade que requiere algumas condições essenciais para que ao ser humano seja possível manter-se em condições aceitáveis de saúde.

No entanto, os maiores aglomerados urbanos do distrito de Setúbal tipicamente não cumprem estas condições mínimas que podemos considerar segundo as perspectivas da salubridade/segurança e funcionalidade/beleza ambiental.

As características actuais destas comunidades urbanas revelam agressões múltiplas sobre os indivíduos repercutidas ao nível das vivências familiar e profissional, devido às acentuadas perturbações de tipo económico e social que atravessam a sociedade portuguesa. Estas agressões têm importante impacto na esfera psíquica do ser humano impedindo-o de usufruir de adequadas condições, propícias à sua higiene mental.

A permanência destas perturbações mantém-se como factor impeditivo de obtenção de merecido bem-estar e de realização profissional tanto pelo indivíduo como pela sua comunidade.

Além da comunidade de habitação o desenrolar quotidiano da actividade humana passa também pela actividade profissional, pelos tempos de transporte e o eventual período de lazer. Frequentemente a profissão é elemento perturbador da saúde individual, especialmente se respeita a actividades industriais em condições ambientais agressivas nomeadamente devido a ruídos intensos e à poluição do ar. Não devem particularmente ser subestimadas as repercussões no indivíduo dos graves desfasamentos psicoeconómicos existentes em muitas comunidades de trabalho do distrito. Verifica-se também que os trabalhadores que laboram no sector terciário vêm, habitual e injustamente, as suas actividades serem menosprezadas no componente de salubridade. Os factores insalubres locais repercutem-se frequentemente na sua área habitacional, nomeadamente quando esta se situa nas

Se reside longe do local de trabalho, o ser humano sofre então a influência de novos elementos de perturbação, originados nas condições inadequadas em que frequentemente decorre a utilização dos meios colectivos de transporte.

Outra importante vertente de agressividade para o indivíduo resulta da toxicidade inerente a múltiplos nutrientes que constituem a sua alimentação. Toxicidade menosprezada ou insuficientemente detectada e devida a substâncias químicas que foram espalhadas nos terrenos de cultivo ou incluídas nas rações da pecuária. Insalubridade também consequente a aditivos múltiplos utilizados como conservantes ou simplesmente para alterar o sabor, o aroma ou a aparência dos alimentos.

Nos períodos de descanso, de recreio, o indivíduo procura reencontrar a sua dimensão humana, tentando neutralizar os deformantes e agressivos condicionalismos que perturbam a sua restante vivência quotidiana, reencontro facilitado no contacto com o natural, a Natureza.

No entanto não existe penetração continua de corredores verdes nos espaços residenciais destas cidades, corredores que promovam a presença da Natureza na cidade. As novas áreas habitacionais afogam geralmente as áreas antigas num mar de edifícios de crescimento desordenado.

O ser humano dos grupos etários extremos, os velhos e as crianças, são potencialmente os maiores usufruidores dos espaços verdes — sobre eles é pois exercida mais violentamente esta coartação, a acrescentar a todas as outras impostas no nosso viver colectivo.

O principal objectivo do Desenvolvimento é a melhoria da Qualidade de Vida das comunidades. Devido a estes condicionalismos, os mais evidentes progressos na área ambiental têm-se verificado nos pequenos agrupamentos humanos do distrito, cujas condições de saneamento básico melhoraram significativamente nos últimos dez anos. Tal melhoria (devida fundamentalmente aos investimentos das autarquias neste sector) facilitou a estas comunidades o acesso à água, à utilização de esgotos e à recolha de lixos, como etapa insofismável de Desenvolvimento.

* *Medico.*

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA DA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SETÚBAL DA INVESTIGAÇÃO À DIFUSÃO CULTURAL

*Joaquina Soares**

A concepção de museu posta em prática no Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal (MAES) afasta-se do modelo "clássico", debruçado "onfalicamente" sobre as suas colecções. Tem-se dado corpo a um museu de exterior, disseminado pela região. Mais do que agigantar instalações e colecções procura-se seguir um preceito diverso que considera deverem os objectos arqueológicos e/ou etnográficos permanecer, sempre que as condições de conservação e segurança o permitam, no seu contexto cultural e ambiental: na jazida arqueológica, no santuário campestre ou na oficina do artesão.

* *Directora do M.A.E.A.D.S.*

Este desprendimento do museu relativamente às suas instalações propriamente ditas esteve presente desde a fundação do MAES em 1974. Enquanto se inventariavam e organizavam colecções, lá fora, por todo o Distrito (Fig. 1), circulava uma exposição itinerante sobre o tema "Origem e evolução do Homem", acompanhada de debates, palestras, seminários.

A implementação da actividade de divulgação cultural que desde o primeiro momento caracterizou este museu, projectando-o na região como um organismo activo na esfera da educação, foi secundada por uma actividade de pesquisa arqueológica constante.

A investigação, fonte de renovação do museu, assegura a correcção e actualização da informação que aquele veicula no seu trabalho



Fig. 1 — ASPECTO DA EXPOSIÇÃO ITINERANTE "ORIGEM E EVOLUÇÃO DO HOMEM", APRESENTADA NA FEIRA DE SANT'IAGO.

com a comunidade; garante a mobilidade de intervenção do organismo em novas áreas culturais necessárias ao desenvolvimento da região; e, obstando à estagnação, oferece contribuições para o avanço do conhecimento, em termos gerais. Investimos pois decisivamente nesta função que consideramos fundamental à vitalidade da instituição museológica.

Investigação Arqueológica

Servida por um Centro de Estudos Arqueológicos, dirigido pelo arqueólogo Carlos Tavares da Silva, e que conta com Laboratórios de Sedimentologia e Restauro e Gabinete de Desenho, a investigação desenvolvida tem sido orientada segundo duas linhas de força. Uma que abrange situações de emergência e de salvamento arqueológico e outra que integra projectos de investigação em continuidade.

Desde a sua fundação, o MAES promoveu e participou em escavações de salvamento em jazidas do Mesolítico (*habitat* de Vale Marim, Sines), do Neolítico Antigo (povoado da Gaspeia, Alvalade do Sado), do Neolítico médio-recente (Ramalha, Almada e “concheiros” da Comporta) do Calcolítico (Monte da Tumba e Castelos, Torrão) (Fig. 2), da Idade do Bronze (necrópole das



Fig. 2 — POVOADO CALCOLÍTICO DO MONTE DA TUMBA (TORRÃO) COM CERCA DE 4600 — 4000 ANOS. SECTOR SUL DA FORTIFICAÇÃO CENTRAL.



Fig. 3 — ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO CASTELO DE ALCÁCER DO SAL. IDENTIFICARAM-SE NÍVEIS DE OCUPAÇÃO HUMANA COMPREENDIDOS ENTRE O NEOLÍTICO FINAL E A IDADE MODERNA, ESTANDO MUITO BEM REPRESENTADOS OS DA IDADE DO FERRO (SÉC. VII-I a.C.) E DA ÉPOCA ROMANA.

Casas Velhas, Melides e Pontes de Marchil, Faro) da Idade do Ferro (área urbana de Setúbal, Castelo de Alcácer do Sal e Garvão) (Figs. 3, 4 e 5), da Época Romana (área urbana de Setúbal). (Figs. 6 e 7).

Actualmente co-participa em três projectos de investigação: “Origem e evolução de Setúbal”; povoamento calcolítico do Baixo Alentejo; a transição do Mesolítico para o Neolítico no Alentejo Litoral.

Colabora ainda em escavações promovidas



Fig. 4 — DEPÓSITO VOTIVO DE GARVÃO, 1982. ASPECTO DA ESCAVAÇÃO DOS SECTORES 4 E 5.

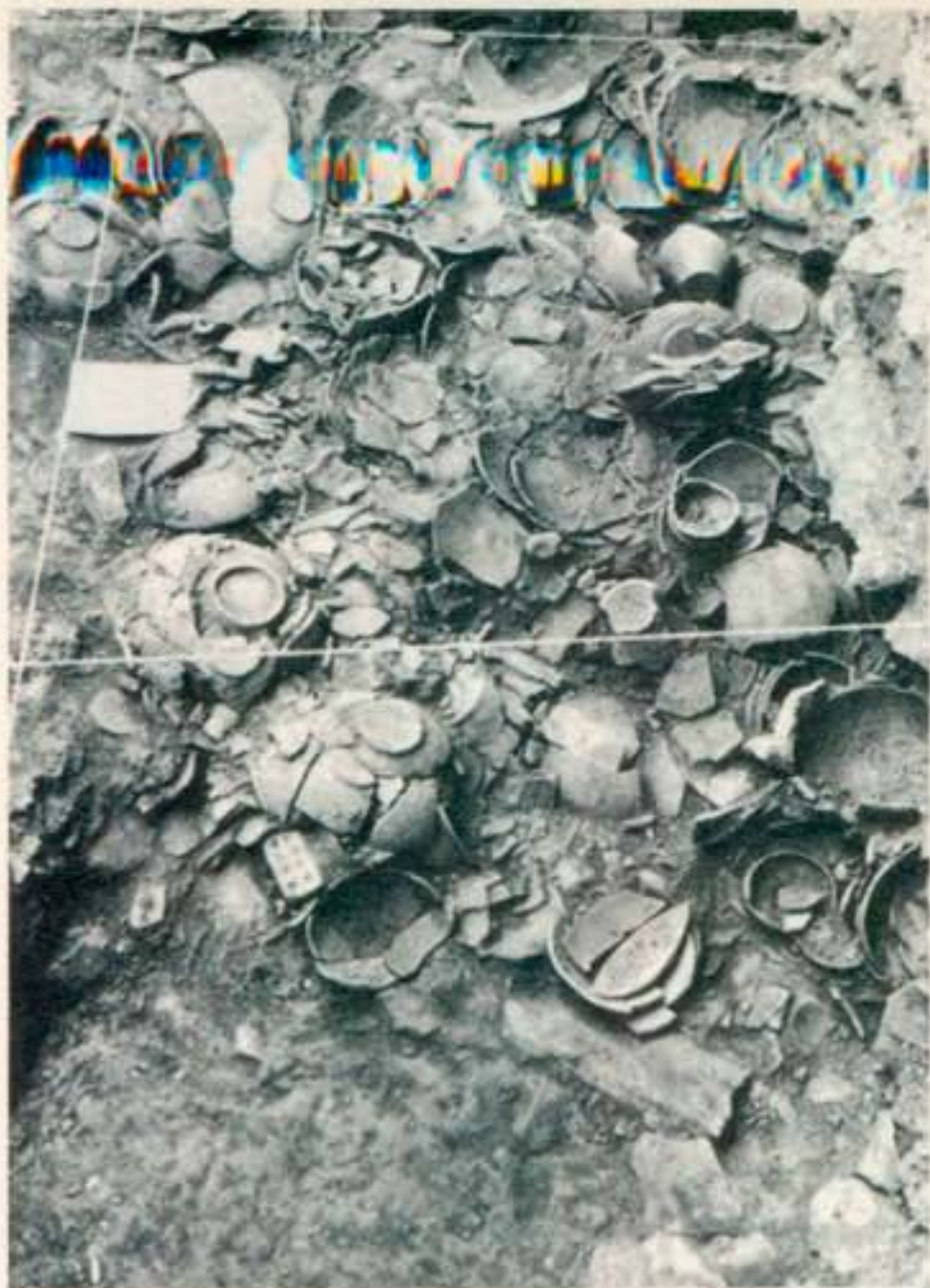


Fig. 5 — DEPÓSITO VOTIVO DE GARVÃO, 1982. SÉC. III a.C.



Fig. 6 — INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA DE EMERGÊNCIA NA PRAÇA DO BOCAGE (SETÚBAL).

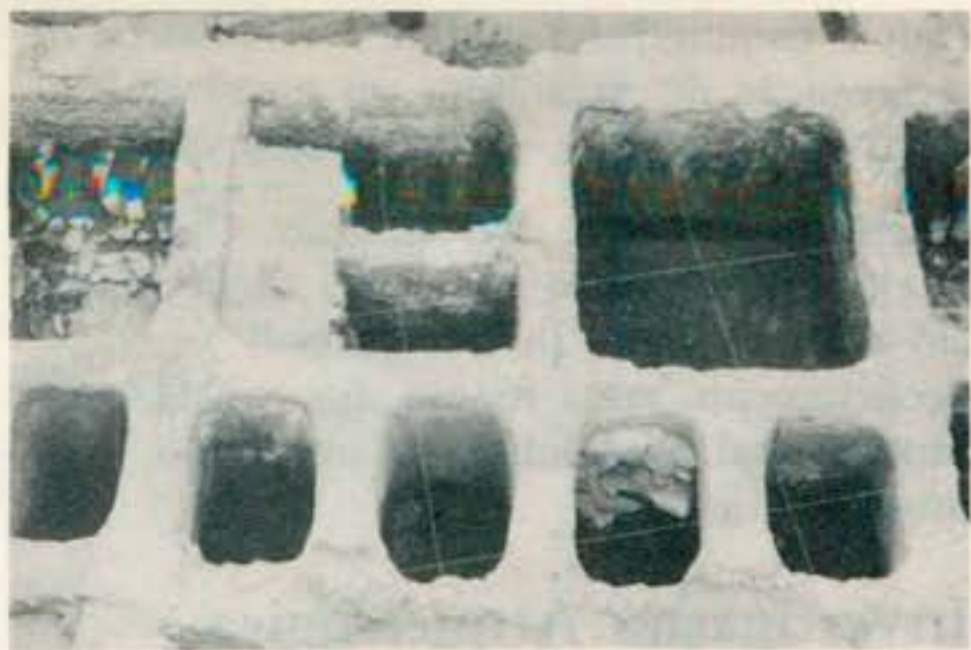


Fig. 7 — FÁBRICA DE SALGA DE PEIXE DA ÉPOCA ROMANA POSTA A DESCOBERTO NA TRAVESSIA DE FREI GASPAR (SETÚBAL).

pelo Gabinete da Área de Sines nomeadamente na estação romana da Ilha do Pessegueiro e no sector da Idade do Ferro de Miróbriga. Publicar os trabalhos de campo é tão indispensável quanto realizar as próprias escavações. Este um dos lemas orientadores do Centro de Estudos Arqueológicos do MAES. Assim, possui uma revista da especialidade, anual — “Setúbal Arqueológica” — , único órgão do género existente no Distrito. (Fig. 8).

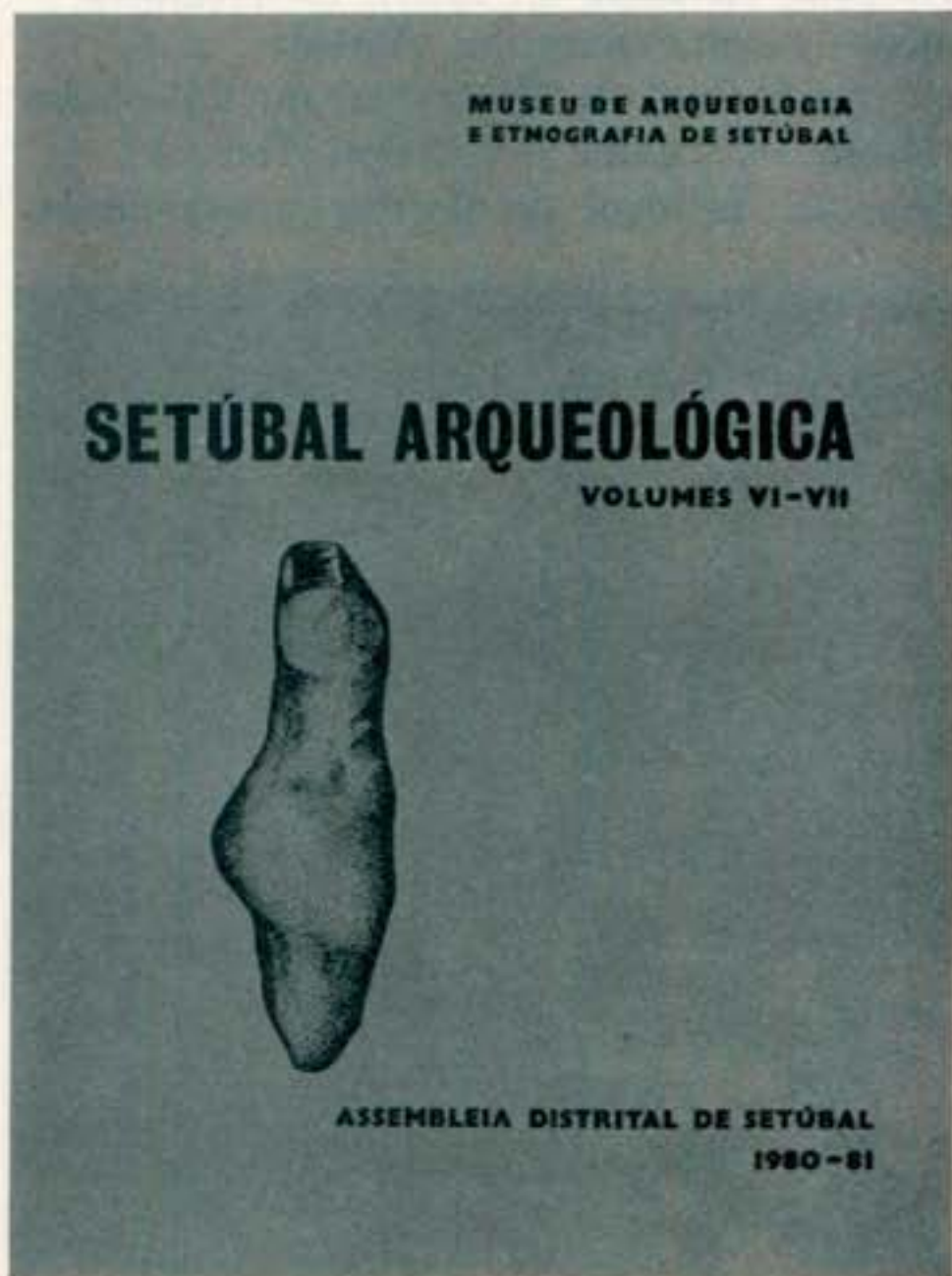


Fig. 8 — A REVISTA ANUAL “SETÚBAL ARQUEOLÓGICA”, DA RESPONSABILIDADE DO MAES, VEÍCULA OS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO PROMOVIDA POR ESTE ORGANISMO.



Fig. 9 — ASPECTO DA QUEIJARIA TRADICIONAL DE AZEITÃO.

Não só o estudo e publicação das suas próprias escavações constituem preocupações do MAES, mas também a revisão dos materiais de escavações antigas realizadas no Distrito e de marcada importância para o conhecimento arqueológico da região. Neste âmbito, trabalhou-se no espólio proveniente das escavações antigas efectuadas em Miróbriga e depositado no Museu de Santiago do Cacém; estão em curso os estudos dos materiais provenientes das grutas neolíticas de Melides, depositados no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, e da ocupação da Idade do Ferro do povoado de Chibanes (Palmela), depositados no Museu Nacional de Arqueologia, pois são conjuntos arqueológicos cujo conhecimento é indispensável para o preenchimento de importantes lacunas nas sequências culturais e cronológicas da Pré e Proto-história regionais.

Recolhas Etnográficas

As recolhas etnográficas empreendidas abrangem actividades e instrumentos pouco ou não documentados e, sobretudo, ameaçados de extinção. Têm frequentemente integrado acções de revitalização de actividades tradicionais. Destacam-se os levantamentos, a nível do Distrito, dos murais do pós 25 de Abril (1974), das olarias de Melides, das

técnicas de fabrico do queijo de azeitão, de literatura oral do Torrão.

A partir da recolha etnográfica efectuou-se, em 1981, um ciclo destinado à implementação do fabrico do queijo de azeitão, com a colaboração do Parque Natural da Arrábida, tendo-se contribuído para a reabertura de antigas queijarias (Fig. 9). Em 1983, a prioridade recaiu sobre formas de trabalho artesanal urbano; foi escolhida a cidade de Setúbal como campo prospectivo. Esta recolha serviu um ciclo de realizações virado especialmente para as escolas de Setúbal e que incluiu, além de uma exposição (Fig. 10), visitas a artesãos. Do ciclo saiu uma recomendação que propunha a criação de uma



Fig. 10 — EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA DEDICADA ÀS "ACTIVIDADES ARTESANAIS DA CIDADE DE SETÚBAL".



Fig. 11 — RENDA DE BILROS DE SETÚBAL

oficina de rendas de bilros que trabalhasse sob a orientação do MAES. Este organismo controlaria a qualidade da produção, promoveria a sua divulgação e faria o aproveitamento pedagógico da actividade. O projecto encontra-se em estudo e da sua concretização dependerá a revitalização de um dos trabalhos artesanais (Fig. 11) mais característicos de Setúbal.

Património Construído

Embora por toda a Europa as noções de sítio e de Centro Histórico sejam já velhas, a luta que o MAES tem desenvolvido para a afirmação dessas duas figuras está longe de ter atingido plenamente os seus objectivos, pois continua vigorando e dominando o conceito de monumento e o tratamento individual de cada situação sem se atender ao conjunto. Lutou por elas na Comissão de Arte e Arqueologia e, depois, na Comissão Municipal do Património da autarquia local, em seminários realizados todos os anos e destinados a professores de diversos graus de ensino, nas inúmeras visitas guiadas ao Centro Histórico de Setúbal, através de ciclos de

conferências, de exposições e publicações que abrangeram tanto o Centro Histórico de Setúbal na sua globalidade ("Casas e Ruas na História de Setúbal") como se detiveram sobre determinados períodos ("Muralhas Medievais de Setúbal", "Património Construído de Setúbal na Época dos Descobrimentos"). Durante a feira de Sant'Iago de 1984 apresentou uma extensa exposição documental sobre a evolução urbana de Setúbal, desde a I Idade do Ferro até aos finais do séc. XIX que foi visitada por milhares de pessoas. Ainda no domínio do património edificado, colaborou no levantamento dos vestígios arquitectónicos com interesse histórico-artístico do concelho de Almada. Nos finais de 1984, inventariou os bens culturais existentes nas quintas de Setúbal, cronologicamente situados nos sécs. XVIII e XIX (Fig. 12) e promoveu, sobre o mesmo tema, uma acção de âmbito alargado que contou com duas exposições, dois debates públicos, visitas guiadas às quintas e um trabalho que envolveu 2000 alunos dos estabelecimentos de ensino de Setúbal. Outras acções serão ainda realizadas com vista à conservação de tão valioso património cultural e natural, pois embora as quintas se situem nos solos de maior valor agrícola



Fig. 12 — RESIDÊNCIA DA 2.ª METADE DO SÉC. XVIII, DA QUINTA DAS MACHADAS (SETÚBAL).

do concelho, estão sendo destruídas devido ao avanço caótico da cidade. Uma associação de defesa do património do Distrito — a DEPA — ofereceu a sua colaboração a este programa cultural.

Tanto a DEPA, em 1980, como a SALPA, em 1979, surgiram a partir do MAES, obedecendo a uma perspectiva de salvamento do património que considera imprescindível a participação activa da população. Em 1985, a principal acção prevista neste domínio diz respeito ao Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel (Sesimbra), do séc. XVIII, que se encontra votado ao abandono e degradação embora ofereça inúmeras potencialidades turístico-culturais. O seu interesse é acrescido pela presença de uma riquíssima jazida de pégadas de dinossáurios. Foi preparado um audio-visual sobre o Cabo Espichel e está em vias de concretização uma sessão tipo destinada à observação de fósseis e explicação da sua formação e significado, tendo em vista servir as escolas do concelho de Sesimbra.

Divulgação Cultural e Serviço Educativo

Este sector assenta na exposição permanente, em exposições temporárias, ciclos de palestras, debates, seminários, cursos, reuniões científicas, diaporamas, visitas guiadas ao museu, ao Centro Histórico de Setúbal,



Fig. 13 — A ESTAÇÃO ROMANA DE TRÓIA CONSTITUI UM DOS MAIS IMPORTANTES CENTROS DE PRODUÇÃO DE SALGA DE PEIXE DO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL. O MAES DEDICOU-LHE UMA PUBLICAÇÃO DE GRANDE TIRAGEM E TEM ORGANIZADO NUMEROSAS VISITAS DE ESTUDO A ESTA JAZIDA.

à jazida romana de Tróia (Fig. 13) e em textos de apoio escolar.

Importa salientar a realização de um Curso de Antropologia Pré-histórica, livre, de carácter superior, com a duração de três anos e em que foram ministradas as seguintes disciplinas: Métodos de Pesquisa Pré-histórica; Aspectos Epistemológicos da Investigação Pré-histórica; Arqueologia Pré-histórica I; Geologia do Quaternário; Matemática Aplicada à Arqueologia; Arqueologia Pré-histórica II; Arte Pré-histórica; Matemática aplicada à Arqueologia II; A I Idade do Ferro no Sul de Portugal; Colonização Romana no Sul de Portugal; Prospecção Arqueológica Aero-fotográfica; Ceramologia Pré-histórica; Tipologia dos Artefactos Líticos; Matemática aplicada à Arqueologia III; Cerâmicas Medievais e Modernas e Desenho Arqueológico.

Das reuniões científicas efectuadas importa destacar o II Colóquio Arqueológico de Setúbal (1975) e a Mesa-Redonda Luso-Espanhola sobre Pré e Proto-história do Sudoeste Peninsular (1979).

Em 1985 (24 a 26 de Maio), o MAES promoverá, com o apoio do Instituto Português do Património Cultural, da Fundação Calouste Gulbenkian, da Região de Turismo de Setúbal (Costa Azul) e da DEPA o I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana.

Exposição Permanente

Dois critérios principais presidiram à organização das colecções: o cronológico e o geográfico.

Uma perspectiva museológica valorizativa das produções comuns, relacionadas estreitamente com o trabalho quotidiano, e a preocupação de integrar os objectos nos seus contextos, recorrendo frequentemente a documentação gráfica e a textos explicativos, nortearam a exposição. A vitrina foi considerada como um mal necessário e sempre que possível dispensada: a comunicação através do objecto é tanto mais fácil quanto mais próximo estiver da mão do visitante. Considerou-se que a exposição deveria tirar partido da forma e côr do objecto, das suas virtudes estéticas pois o primeiro diálogo da peça com o visitante é sem dúvida o sensorial,

o emotivo, mas não sacrificámos, a esta visão, a necessidade de explicar o significado, de mostrar a utilização, de recorrer, enfim, a complementos gráficos, tentando fornecer o contexto em que se processou a génese do espécime em questão, pois considerámos que uma leitura totalizante e inteligível da peça é condição indispensável para não deixar no visitante somente uma vaga recordação de imagens estranhas, vagueando num casarão destinado às raras e grandes aberrações que génios de outrora produziram.

Um museu de região acaba sempre por ter entre as suas colecções espécimes de natureza muito diversa, facto que pode conduzir a situações prolixas difíceis de conciliar com uma informação coerente. O MAES possuía, não fugindo à regra, materiais muito variados. Agruparam-se em arqueológicos e etnográficos e, embora expostos em áreas distintas, criou-se um fio condutor, um elo entre os dois grupos que teve por base uma perspectiva antropológica. Eram produções humanas percorrendo quase toda a aventura da nossa espécie na região. Construir o *puzzle*, mantendo um elo unificador da exposição, seria tarefa indispensável para criar um percurso articulado, inteligível e didáctico. Visitar a exposição permanente de uma só vez, seria pois desejável, tal como ver um filme sem intervalo. Mas também fatigante. Acrescentamos então, para os objectos etnográficos, um outro critério de apresentação — o funcional — do que resultou a criação de espaços expositivos por actividades.

A exposição permanente do MAES assim

organizada pode e cremos que deve ser visitada por etapas. Aconselhamos frequentemente os professores, sobretudo se são de Setúbal, a não prepararem visitas a todo o museu. Tornam-se muito cansativas e pouco rentáveis.

Outro conceito que temos tentado divulgar junto dos agentes de ensino é o de que o museu não se visita, frequenta-se.

A exposição permanente deve ser progressivamente aproveitada de acordo com os programas escolares. As visitas guiadas ao “museu do exterior”, ou seja ao Centro Histórico ou à estação romana de Tróia, p. ex., deverão ser precedidas da projecção dos respectivos diaporamas.

Actualmente, o MAES dispõe das seguintes áreas de exposição permanente abertas ao público:

ARQUEOLOGIA

Recepção — Apresentação do âmbito do Museu através da exposição de uma colecção arqueológica da jazida de S. João dos Azinhais (ara funerária romana, pedras visigóticas) e de um conjunto etnográfico de Sines (jangada de S. Torpes, nassa e trecho da costa Norte de Sines pintado por Celestino Alves).

Processo de Hominização — Painéis gráficos com a evolução física e cultural do Homem desde os australopitecíneos até ao *Homo sapiens sapiens*.

Arqueologia Regional — Sala com vitrina contínua (Fig. 14), cobrindo a área de 16 m², onde se expõem, sem soluções de continuidade, materiais e documentação gráfica



Fig. 14 — ASPECTO DA SALA DE ARQUEOLOGIA REGIONAL.

representativos de culturas compreendidas entre o Paleolítico antigo e a Época Romana. Podem observar-se: instrumentos paleolíticos provenientes de praias levantadas situadas entre Sesimbra e o Cabo Espichel e no litoral de Sines, e de terraços fluviais do Tejo (Alcochete); utensílios líticos e sobre osso dos concheiros mesolíticos do Vale do Sado (Cabeço do Pez) e do litoral de Sines (Vale Marim e Samouqueira); materiais do Neolítico antigo (povoados de ar livre de Vale Pincel I, Cabeço do Pez, Salema, Gaspeia e Fonte de Sesimbra); do Neolítico médio/final (povoados da Comporta e monumentos megalíticos da Palhota e de Fernão Vaz); do Calcolítico (povoados da Rotura, Cabeço da Mina, Cortadouro, Vale Pincel II, Monte Novo, Capuchos, Malhadas e grutas artificiais da Qta. do Anjo); do Bronze do Sudoeste (necrópoles de cistas da região de Sines); do Bronze final (Cerradinha e Pontes de Marchil); da I Idade do Ferro (necrópoles de Ourique e Castelo de Alcácer do Sal); da II Idade do Ferro (Miróbriga e Castelo de Alcácer do Sal) e da Época Romana (área urbana de Setúbal, Tróia, necrópole de Santo André).

No exterior da vitrina existem uma tampa insculturada do Bronze do Sudoeste (Defesa), uma estela do final do Idade do Bronze (Ervidel), materiais de construção da Época Romana e ânforas dos fornos romanos do Pinheiro (Sado).

Metodologia Arqueológica — Painel ilustrando as técnicas e métodos do trabalho arqueológico.

Estação Arq. do Pedrão — Sala monográfica dedicada a uma jazida dos arredores de Setúbal, ocupada no Calcolítico antigo e recente, nos finais da Idade do Ferro e na Época Romana.

ETNOGRAFIA

Presépio do séc. XIX construído por Arronches Junqueiro. Alusão à principal festa rural que ainda hoje subsiste.

Actividade piscatória em Setúbal — Painel gráfico com a evolução das técnicas de pesca e das relações de produção desde o Paleolítico até aos nossos dias.



Fig. 15 — EXPOSIÇÃO PERMANENTE. RECANTO DE UMA DAS SALAS DEDICADAS À PESCA.

Colecção de covos. Painél com anzóis, zagais e aparelhos (Fig. 15).

Óleo de Fernando Santos (1930) representando a partida de um bacalhoeiro. Painel gráfico dedicado a aspectos da evolução urbana do mais antigo bairro de pescadores de Setúbal (Troino). Peças de arte popular



Fig. 16 — EXPOSIÇÃO PERMANENTE. ACTIVIDADES PISCATÓRIA E SALINEIRA.

correlacionadas com a pesca: rendas de bilros e quadros de escamas de corvina (1900). Painél gráfico mostrando aspectos do bairro piscatório das Fontainhas. Roca e fusos usados para fiar o linho destinado ao fabrico de redes. Agulhas de cozer e consertar redes. Miniaturas de artes (redes) utilizadas no Sado. Miniaturas de embarcações do Sado (canoa, saveiro, buque e iate do sal). Trajos de varina e carregador de peixe. Painél com ferramentas e documentos gráficos alusivos à exploração (Fig. 16) e comércio do sal.

Faianças e porcelanas, provenientes da área urbana de Setúbal, dos inícios do séc. XVII, que revelam contactos com a Holanda, principal importador de sal de Setúbal.

Margem Sul do Tejo — Painel gráfico mostrando os principais aspectos da evolução económica dos concelhos da margem Sul do Tejo. Miniaturas de embarcações do Tejo, de carga (fragata e varino) e de pesca (bote do Seixal). Trabalhos de arte popular realizados por operário corticeiro (1900) do Barreiro e por marceneiro de Alcochete. Ex-votos (“milagres”) dos sécs. XVIII e XIX, provenientes do santuário de N.^a Sr.^a do Rosário.

Actividades agro/pastoris — Painél gráfico sobre a evolução da agricultura, das origens até aos nossos dias.

Área dedicada ao pastoreio em que se expõem pelica, safões, cajados, tarros de cortiça, cochos, colheres de madeira e tesoura de tosquia. Ilustração do ciclo agrícola dos

cereais com trabalhos de arte popular sobre cortiça. Arados, cangas, trilho e outros instrumentos de eira.

Utensílios agrícolas de utilização variada. Instrumentos destinados à extracção da resina e dispositivo para a lavra do arroz. Extracção da cortiça e apanha da azeitona.

Fiação e Tecelagem — Conjunto de utensílios destinados ao trabalho do linho e da lã (Melides). Mantas de lã e de retalhos. Tear horizontal de pedais (Fig. 17). Painel gráfico ilustrando a evolução histórica da fiação e tecelagem. Arca rural com algumas peças de uso doméstico. Meias de linha e sapatos femininos de trabalho. Arca de Setúbal (séc. XIX), meias de linha de passeio provenientes de Setúbal e sapatos de homem e mulher do mesmo período e povoação. Diversos tipos de candeias e candeieiros alimentados a azeite e a velas de estearina. Ex-votos (“milagres”) do santuário campestre do Sr. dos Mártires (Alcácer do Sal).

Arte popular e Arqueologia Industrial — Trabalhos de arte popular sobre madeira, de origem rural e peri-urbana. Trabalhos sobre cortiça de um meio industrial.

Miniaturas, algumas animadas, de serração (década de 50), serralharia (década de 60), fábrica de conservas de peixe (1915), quinta do concelho de Palmela, carros de tracção animal típicos de Setúbal, ferramentas antigas de bombeiro, ferramentas de pedreiro, carpinteiro e marceneiro. Miniaturas de embarcações (iate de recreio, arrastão e draga).

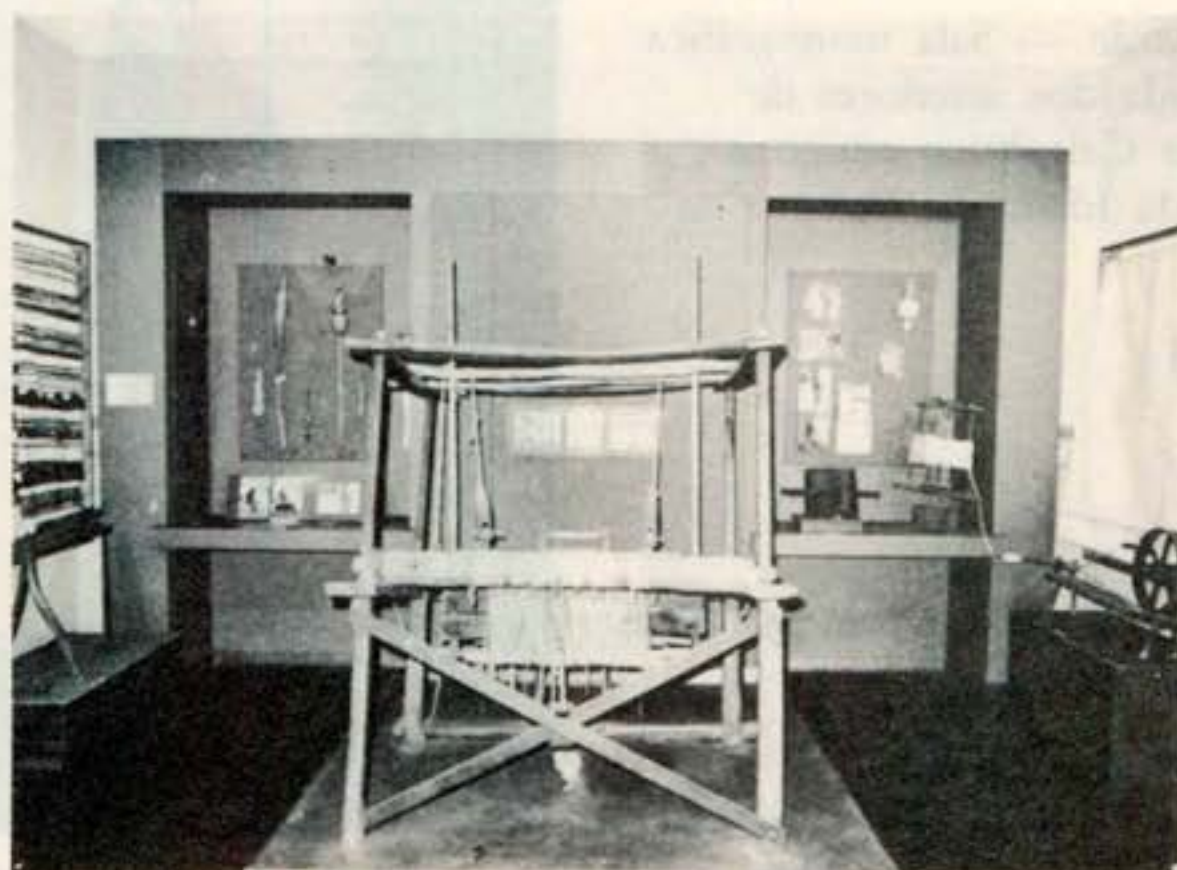


Fig. 17 — EXPOSIÇÃO PERMANENTE. ASPECTO DA SALA DEDICADA À FIAÇÃO E TECELAGEM.

O ROTEIRO MUSEOLÓGICO E O ROTEIRO DAS BIBLIOTECAS E ARQUIVOS HISTÓRICOS MUNICIPAIS DO DISTRITO DE SETÚBAL

*Luís Marques**

O trabalho recentemente concluído, alusivo ao Roteiro Museológico e ao Roteiro das Bibliotecas e Arquivos Históricos, numa iniciativa da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, será muito em breve divulgado publicamente, através de 2 edições de pequeno formato, ilustradas com aspectos gerais das instalações e de espécimes valiosos e raros.

Trata-se portanto, de um novo contributo para o enriquecimento do Levantamento Cultural do Distrito.

Tal iniciativa, visa divulgar de uma forma sucinta, não apenas ao público em geral, mas também aos estudiosos e especialistas o acervo museológico de todos os museus autárquicos aqui situados ou em vias de criação, bem como, o património bibliotecário da região e as bibliotecas existentes ou em vias disso. Estamos convictos de que esta iniciativa facilitará e incentivará o conhecimento desta vasta área geográfica, ocupada por uma complexa população de características diferenciadas, herdeira de valioso património arqueológico, arquitectónico, artístico, etnográfico, paisagístico e documental. Quanto ao Roteiro Museológico, por intermédio da identificação dos Museus, sua localização e respectivo horário; breve historial; descrição sumária das colecções; actividades de extensão cultural e outras informações, ficaremos a conhecer melhor os museus de arqueologia, etnografia, oceanografia, zoologia, botânica e um ecomuseu de desenvolvimento.

Através do seu trajecto histórico, as comunidades locais têm vindo a formar um importante património, traduzido nas mais variadas expressões socioculturais e artísticas. Decorridos 11 anos após o 25 de Abril, as autarquias do Distrito estão conscientes de que também neste domínio, face à inépcia e à incúria que o Poder Central manifesta,

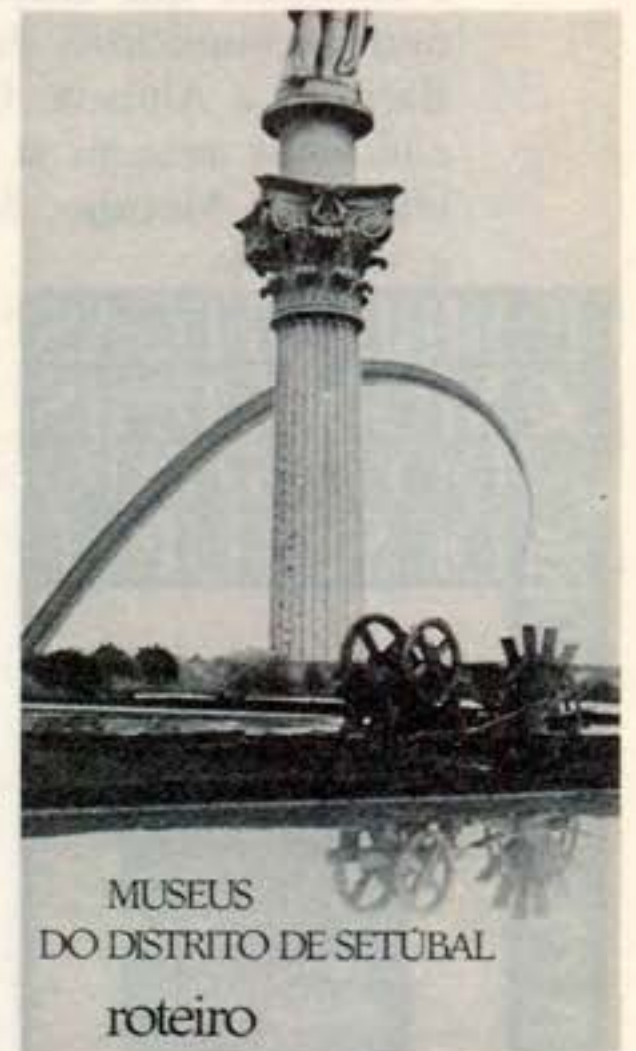
terão de agir com celeridade, procurando devolver às populações, tão retrospectivamente quanto possível, a sua memória colectiva e identidade regional. O conceito de museu está assim cada vez mais associado ao conceito de cultura entendido na sua totalidade. Daí que não se trate de fazer recolha de objectos sem critérios científicos, afastados do viver tradicional das comunidades. As sociedades humanas não vivem fora de um meio geográfico, nem fora de um desenrolar histórico.

Não só os grandes monumentos, as obras de arte ou mesmo os arquivos históricos originam a cultura, mas também todos os artefactos que servem ao homem para habilitar e desenvolver a sua actividade. Por meio da chamada cultura material, consegue-se reconstruir a cultura do passado. Através de vestígios, mesmo fragmentários, dos utensílios mais humildes e da cerâmica, podemos descobrir e ler verdadeiros "documentos".

A concepção museológica prevalecente no Distrito é a de que o museu é uma instituição imprescindível à formação cultural e científica do grande público, sendo uma das principais finalidades quanto à sua dinamização o permitir que um número cada vez maior de pessoas faça as máximas descobertas, alcançando uma compreensão mais profunda da história, do homem e da natureza.

No Distrito existem, por enquanto, 8 museus distribuídos pelos concelhos de Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Seixal, Sesimbra, Sines e Setúbal.

Em fase de ultimação — seguindo as normas



* Técnico responsável Assuntos Culturais da A.M.D.S.

que devem orientar a sua instalação, assegurando a conservação e defesa dos objectos que os constituem, promovendo o estudo e investigação acerca desses objectos, apresentando-os de forma que leve o público a compreender o conteúdo estético, histórico e científico que encerram — encontram-se os museus municipais de Alcochete, Sines, Barreiro e Almada. Quanto aos restantes concelhos existem já planos com vista à sua criação — Montijo, Moita, Palmela e Grândola.

ARQUIVOS HISTÓRICOS E BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DO DISTRITO DE SETÚBAL

subsídios.
para um roteiro



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE SETÚBAL
1984

No que respeita ao Roteiro das Bibliotecas e Arquivos Históricos Municipais, apresenta-se de modo sintético a sua história; estrutura e orgânica respectivas; o plano das suas instalações; a tipologia genérica dos fundos neles conservados; o perfil dos seus utilizadores; a bibliografia activa e passiva disponível e as actividades de extensão cultural eventualmente desenvolvidas.

Por sua vez o Arquivo Distrital foi também incluído, quer por depender parcialmente das autarquias — nos termos do Dec.-Lei 149/83 de 5 de Abril — quer devido à sua dimensão e vocação transmunicipais.

Dos treze concelhos do Distrito, 5 dispõem de bibliotecas municipais abertas ao público (Almada, Barreiro, Seixal, Setúbal e Sines), 3 em vias disso, estando prevista a sua inauguração para o corrente ano (Alcácer do Sal, Moita e Montijo) e 3 de arquivos históricos municipais em idênticas condições. Nos restantes concelhos (Alcochete, Palmela, Santiago do Cacém, Sesimbra e Grândola) existem perspectivas viáveis para a sua implementação, tendo as autarquias na sua maior parte adquirido edifícios para o efeito. Convém ressaltar que antes do 25 de Abril de 1974 apenas se encontravam em funcionamento 3 bibliotecas municipais (Barreiro, Setúbal e Sines).

A biblioteca municipal está a ser encarada no Distrito de Setúbal, como um equipamento cultural da maior importância, capaz de

prestar um inestimável serviço à comunidade. Nesse sentido, tem vindo a ser dimensionada para possibilitar o acesso de todas as camadas sociais às fontes de conhecimento nas suas diversas formas e para permitir a ocupação dos tempos livres ou para se tornar num local de estudo e de trabalho.

A sua ligação às escolas, museus, sindicatos, associações culturais, recreativas e de defesa do património, comissões de moradores, grupos artísticos-culturais, etc. a par de acções de animação cultural têm ajudado a descobrir o gosto pela leitura e a dessacralizar a imagem corrente da biblioteca como um espaço solene e surumbático sem qualquer significado local, distante por isso, dos verdadeiros interesses da população.

A promoção e coordenação de iniciativas diversificadas para incentivar a leitura no Distrito têm ocorrido, constituindo modelos marcantes por parte da A.M.D.S. a realização do 1.º Seminário Sobre o Funcionamento de Bibliotecas (Nov. 1984) e as reuniões periódicas de bibliotecários e responsáveis das bibliotecas municipais que nos últimos anos se vêm efectuando.

Por outro lado, se considerarmos o todo nacional constatamos que actualmente o número de bibliotecas municipais (*) e outras é insuficiente para atingir o conjunto da população.

Portanto, quer-nos parecer que independentemente de tomadas de posição como as que acabámos de expor, se torna urgente definir uma política nacional de leitura pública, não podendo o Poder Central demitir-se das suas responsabilidades nesta matéria, e devendo também salvaguardar-se o papel e competências das autarquias locais. A criação de uma rede de bibliotecas que viabilize e estimule a leitura pública é uma condição indispensável para o desenvolvimento cultural, o bem-estar e o progresso material das populações.

* De acordo com um inquérito às bibliotecas municipais relativo a 1982, da responsabilidade do IPPC e BAD, dos 275 concelhos existentes responderam ao inquérito 265. Destes 265, apenas 81 declararam ter bibliotecas em funcionamento, o que representa 29,5% do total dos concelhos.

Animação cultural

A CULTURA ENTRE OS TRABALHADORES DA LISNAVE — UM CASO

*Fernando Miguel Bernardes**

Um grupo de trabalhadores da Lisnave, dados à poesia e a outras artes nos tempos livres, conjecturou e amadureceu a ideia de levar a efeito na empresa um recital e ao mesmo tempo, de modo a criar-lhe ambiente, uma exposição de trabalhos literários seus e de colegas que o desejassem.

A ideia alastrou. Começou a ser acarinhada. Contactados os Órgãos Representativos dos Trabalhadores, estes não só aprovaram a iniciativa como prometeram — e deram — o seu apoio.

A ideia continuou a alastrar... Houve quem perguntasse: Porquê não se juntarem aos poetas-trabalhadores também artistas das horas vagas que se dediquem a outras formas de arte?

Da sugestão ao aparecimento de operários

com “obra” realizada foi só um passo. Já desejavam participar pintores, gravadores, escultores, artistas do bordado, das rendas, das malhas, da fotografia, da serigrafia, do desenho...

Os ORTs da Lisnave estavam em condições de montar, com a estreita colaboração dos operários-artistas e de outros, a exposição. Contactada a Administração, a princípio pôs entraves. Pois não é a cultura o apanágio das pessoas cultas?! E são-no porventura os trabalhadores? É difícil serem-no, na verdade, mas vão conquistando esse direito...

Preparado o grande refeitório, ele foi, depois de transformado e decorado, o ambiente acolhedor de tantas obras de arte.

À inauguração, com muitos operários, empregados e quadros técnicos da empresa presentes, não quis a Administração, deixar de enviar representante. Presentes também alguns artistas de fora e outros convidados: críticos de arte, jornalistas,

* *Escritor. Engenheiro na Lisnave.*



EXPOSIÇÃO “A NOSSA ARTE A 10 ANOS DE ABRIL”

escritores, músicos, actores, encenadores, eleitos de autarquias, etc.

A quantidade de peças expostas rondou as 270.

Os visitantes contaram-se por milhares, não tendo faltado os familiares dos expositores, crianças das escolas do concelho e professores. As obras expostas foram bastante apreciadas, eram arte de trabalhadores para trabalhadores. A ligação directa da arte com o trabalho profissional estava bem patente nas inúmeras peças de artesanato expostas, muitas delas concebidas e realizadas por operários em greve, durante a paralisação com concentração à portaria que se prolongou por 7 semanas. Os operários não gostam de perder tempo...

As suas mãos estão habituadas a fazer, e nem que seja trabalhar um caroço de cereja ele sai afagado e transformado em asa, em ave, em cesta, em âncora...

A exposição esteve patente durante 5 dias, tendo alguns visitantes manifestado o interesse de levá-la a outros locais, como grandes Colectividades e Autarquias do Distrito. No final, houve uma sessão de encerramento com leitura de poemas e contos e com debates sobre o papel da cultura, nomeadamente da cultura operária, no movimento democrático nacional. Presentes alguns jornalistas que, tomando a palavra, nos felicitaram e incitaram a continuar. A não desfalecer. Assim foi prometido e será cumprido, garantiram-nos.



PORMENOR DA EXPOSIÇÃO. 9/5/1984

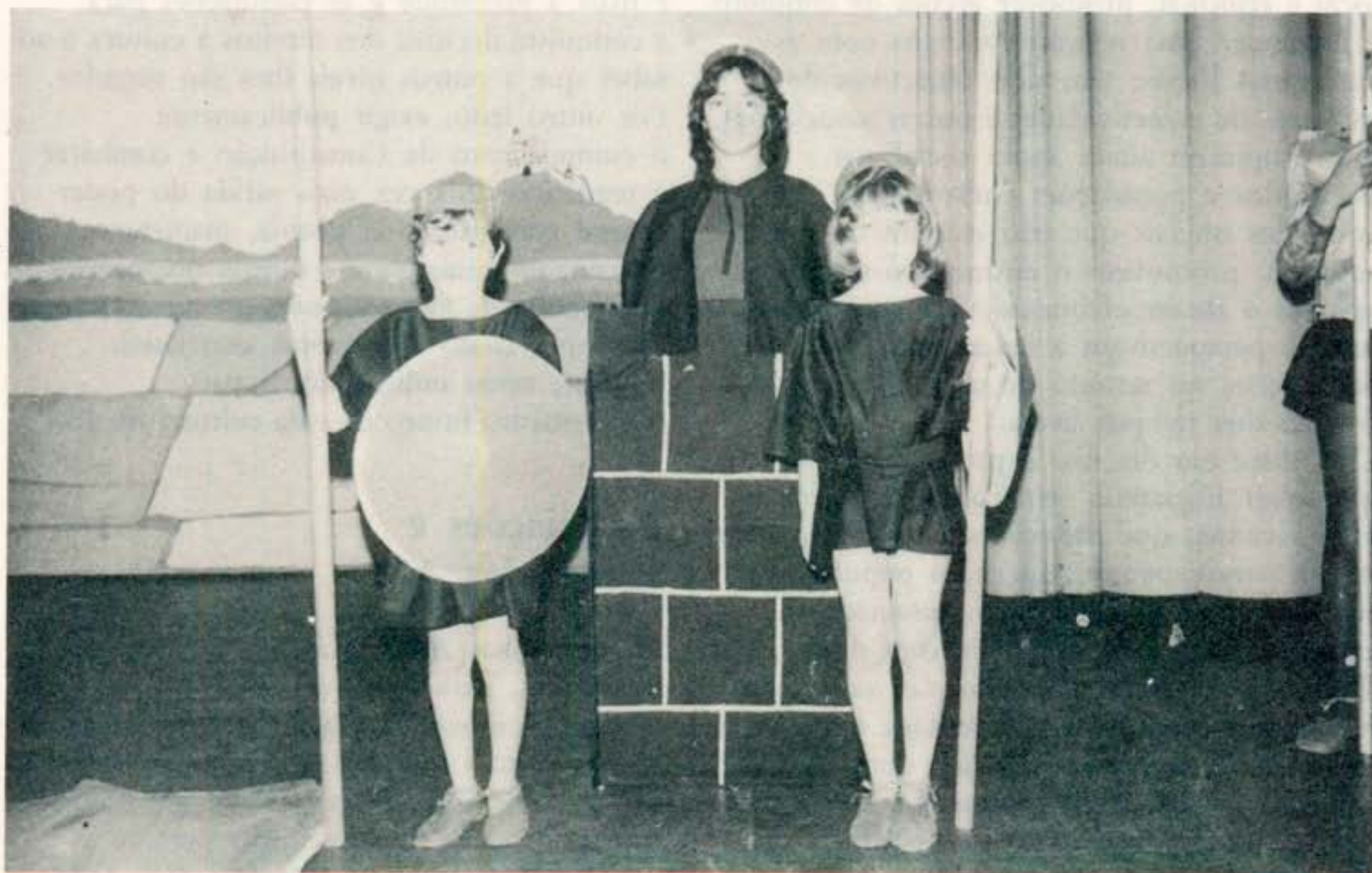
MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR AUTARQUIAS E PODER CENTRAL

*António Modesto Navarro**

As perspectivas para o Movimento Associativo Popular tornam-se, ano após ano, mais complexas. Por um lado, cresce a actividade de uma parte considerável de colectividades, centros culturais, clubes e outras associações, reforçando-se a sua ligação às autarquias democráticas, numa conjugação de esforços que resulta na defesa e desenvolvimento generalizado da cultura, da educação e do desporto. Por outro lado, agrava-se a situação de falta de respostas coerentes e integradas às propostas que diariamente chegam ao Ministério da Cultura, ao FAOJ, ao Inatel e a outros organismos do aparelho de Estado, a nível central e regional. Projectos de acção valiosos para populações

ainda afastadas da vida cultural vão ficar mais longe de um atendimento minimamente correcto. O apoio financeiro a colectividades, bandas, escolas de música, grupos corais, grupos de teatro e de folclore, cineclubes e outras associações que desenvolvem actividades socioculturais vai ser ainda mais restrito, no prosseguimento de uma política "cultural" do governo que se coloca já ao nível da política de destruição do aparelho produtivo, da instalação do desemprego e da fome entre os trabalhadores e as populações. Vejamos por exemplo a política — agravada em 1985 — para o Ministério da Cultura. De um orçamento global de 3,5 milhões de contos (apesar de tudo mais elevado em números absolutos, embora mais baixo do que o de 1984 em percentagem no OGE) ficam pouco mais de cem mil contos para uma Direcção-Geral que deveria responder às

* *Escritor.*



TEATRO DE AMADORES. GRUPO JUVENIL

propostas do movimento associativo popular de todo o País. Com efeito, a dotação da Direcção-Geral da Acção Cultural baixa cerca de 30% em relação à dotação de 1984, sem contar com a desvalorização, o que prejudicará em extremo a capacidade de resposta já limitada dos diversos departamentos. Isso mesmo foi assinalado pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, que emitiu um parecer claro acerca das dificuldades acrescidas para a vida cultural fora dos grandes centros urbanos, em perspectiva para 1985.

Lutar pelo cumprimento da Constituição

Creemos bem que uma política assim seguida, a nível do poder central, não corresponde à letra e ao espírito do que está consignado na Constituição da República Portuguesa.

Democratizar o acesso à fruição e criação culturais, possibilitar o reforço da vida associativa, defender a cultura popular local e ligá-la à cultura nacional e à cultura universal, interligar o movimento associativo local e regional, promover acções de conjunto e favorecer uma relação condigna com as autarquias locais, têm sido objectivos de milhares de colectividades e outras associações, que propiciam ainda apoio social aos associados e populações (substituindo entidades oficiais que não existem ou não actuam), promovem o ensino e o desporto, apoiam o desenvolvimento socioeconómico local e perspectivam a juventude e as populações no sentido de uma mais correcta fruição dos tempos livres.

Ora, hoje em dia não é possível realizar quaisquer iniciativas sem condições técnicas e financeiras, que deverão ser resolvidas pelo próprio movimento associativo popular, na sua dinâmica específica com associados e populações, *em conjugação com o apoio financeiro e técnico periódico das autarquias e do poder central*. Mas, a verdade é que cada vez mais se acentua a distância entre o poder central e as associações, enquanto apenas parte das autarquias respeita a independência do Movimento Associativo Popular, estuda e realiza com ele iniciativas consideradas

importantes e necessárias para as populações. Acentua-se assim uma situação que nunca foi famosa, mas que atinge agora um dos seus pontos mais baixos. Fala-se já, a nível do governo, segundo alguns órgãos de informação, da extinção do Ministério da Cultura. Quanto a outros sectores do aparelho de Estado, é como se já estivessem mortos, tal é a sua inoperância ou os erros diariamente cometidos. Ficam assim as colectividades e outras associações, a nível do País, numa situação de resistência e luta pela sobrevivência mais acentuada, se pensarmos em complemento nas rendas das sedes que aumentam, nas despesas com água, luz e telefone que crescem, num conjunto de aspectos da vida quotidiana do movimento associativo popular que se agrava.

Como reagir a este cerco que tem como objectivo primeiro estrangular a dinâmica popular empenhada na conquista dos direitos à cultura, ao ensino, ao desporto e à fruição correcta dos tempos livres? Por um lado, organizar melhor as iniciativas, rentabilizar mais seriamente espaços, quadros, equipamentos e meios financeiros. Realizar acções de conjunto do movimento associativo popular, estabelecer uma relação mais acentuada com as autarquias, ganhar mais e mais a juventude e as populações para a conquista decisiva dos direitos à cultura e ao saber que a outros níveis lhes são negados. Por outro lado, exigir publicamente o cumprimento da Constituição e combater a tendência cada vez mais nítida do poder central para puxar da pistola, manietar e extinguir ministérios e outros organismos que, apesar de não responderem correctamente às propostas do movimento associativo popular, serão indispensáveis para o incremento futuro da vida cultural no País.

Associações e autarquias APU

Há autarquias APU que dedicam dotações financeiras, para apoio a acções do (e com o) movimento associativo popular *do concelho*, mais elevadas de que aquelas de que dispõem sectores "decisivos" de Ministérios com obrigações constitucionais perante as colectividades e outras associações *de todo o País*. Isto apesar da não aplicação de leis



MANIFESTAÇÃO PROMOVIDA PELA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS ACTIVIDADES DE CULTURA E RECREIO JUNTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

e de todos os cortes de verbas pelo poder central. Há hoje uma dinâmica entre o movimento associativo popular e as autarquias APU que é responsável, em tantos casos na totalidade, pela defesa e desenvolvimento da vida cultural a nível concelhio e até regional. Há progressos nítidos na prática e na teorização das autarquias APU, como se provou no Encontro Nacional realizado recentemente em Lisboa para análise das questões da acção sociocultural, património cultural, desporto e juventude. É reconhecidamente a APU a força que, a nível autárquico, mais e melhor responde às questões da democratização e desenvolvimento da cultura, do ensino, do desporto e da fruição dos tempos livres. Enquanto populações e concelhos dos distritos de Setúbal, Lisboa, Santarém, Portalegre, Évora, Beja e Faro (sem esquecer Marinha Grande e também concelhos e freguesias onde a responsabilidade dos pelouros específicos cabe a eleitos da APU) avançam imparavelmente para uma vida sociocultural condigna, noutros concelhos de domínio absoluto do PS, do PSD e do CDS agrava-se a tentação para o estrangulamento da vida cultural local, secundado "condignamente" uma política a nível central que aponta cada vez mais para os *sacos azuis*, para as realizações caras e de fachada, para os apoios paternos e eleiçoeiros a certas associações, para a perseguição e censura a actividades

dinâmicas e intrinsecamente ligadas à vida das populações.

A situação de resistência a que o movimento associativo popular foi obrigado desde há anos tende hoje a agravar-se, em consequência de uma política de direita que tem (teria!...) como corolário lógico a institucionalização de Leis de Segurança Interna e de Serviços de Informação, dedicadas a perseguir e a estrangular, à semelhança de antigamente, a vida colectiva e organizada das populações e dos trabalhadores. Daí que se imponha uma maior atenção e uma prática associativa ainda mais organizada e eficaz, onde a formação de quadros seja privilegiada, onde a juventude e as mulheres participem de pleno direito, onde a luta pela liberdade e pela cultura entre decididamente na vida de cada colectividade, porque só assim será possível virar esta página negra da política anticultura e antitrabalhadores, destruidora da nossa identidade e da independência nacional. Esse deve ser o objectivo fundamental do movimento associativo popular e das autarquias progressistas. Só com um governo democrático será possível abrir caminho a uma nova situação, em que a Constituição da República seja respeitada e aplicada, em que acabem as restrições, ameaças e perseguições à vida associativa, à cultura, ao desporto e a outras áreas decisivas para a construção de um País novo e de uma vida melhor.

ANIMAÇÃO CULTURAL NO MEIO RURAL

Donabela Guerreiro*

Somos um país de séculos de história, com uma realidade natural e geográfica que foi e é importante para a criação do painel cultural tão grandioso e diverso como é o português.

Só que a nossa cultura tem sido desprezada ao nível das altas instâncias, onde se tem optado pela colonização cultural. Como exemplo, poderemos citar a televisão, que todos os dias nos bombardeia com enlatados americanos ou telenovelas brasileiras.

É claro que não somos contra a cultura dos outros povos, nem pretendemos viver isolados, mas a verdade é que devíamos primeiro tentar conhecemo-nos e não continuar a desbaratar a nossa riqueza cultural, para acudir à dos outros países. Só conhecendo as nossas tradições, o nosso passado, é que podemos alicerçar o nosso futuro. E, se a cultura tem a ver com um estilo de vida, com as relações sociais e económicas, o país que somos não se coaduna com formas de cultura massificada com que querem matar a nossa integridade. Penso que é da dialéctica passado-presente, que nasce o futuro e por isso é nossa obrigação mergulhar nas nossas raízes culturais e tentar salvar a herança que nos foi legada pelos nossos antepassados e, (sem saudosismos caducos) tentar transformar o nosso quotidiano.

* *Animadora cultural.*



ANIMAÇÃO INFANTIL

E, onde é que as nossas tradições se encontram com mais pureza? No meio rural, evidentemente. Por isso, vou falar duma pequena aldeia, situada no Alentejo, a tal província, onde a população tem sido quase sempre considerada como cidadãos de 2.^a, mas que tem resistido, sozinha, ao desprezo a que tem sido votada e sobretudo, tem mantido viva a sua identidade, a sua cultura.

Esta pequena aldeia é S. Domingos, uma freguesia do concelho de Santiago do Cacém. A sua população dedica-se essencialmente à agricultura, mas onde infelizmente grassa o desemprego, sobretudo depois da morte da reforma agrária. Aqui, não há serviços nem indústria, e a camada mais jovem, procura trabalho em Sines, onde abundam os contratos a prazo, onde não têm garantias de carreira profissional e onde não lhes é exigido nem dado qualquer especialização.

É nesta aldeia pobre, que existe um punhado de gente que trabalha para salvar a riqueza cultural da região, para que ao menos nem tudo esteja perdido.

Falo-vos do *Grupo Animação Cultural de S. Domingos*, que conta com 9 anos de trabalho intenso, abrangendo vários campos de actividade, tais como: teatro, jornalismo, biblioteca, oficinas, recolha de património cultural, música, desporto, tudo, enfim. No campo do teatro, o G.A.C., levou à cena 12 textos para adultos e 6 para crianças, quase todos eles de autores portugueses ou criações colectivas do próprio Grupo.

Mensalmente é editado um Boletim, onde



1.^a EXPOSIÇÃO DE ARTESANATO E ANTIGUIDADES, G.A.C., MAIO 1983

desde sempre houve um espaço para a Criança e para a Juventude, onde cada um pode escrever o que quiser. Há uma outra página dedicada à literatura, onde predominam os autores portugueses.

Editou também um livro de poesia. Nas oficinas de tempos livres os jovens podem dar largas à sua imaginação e têm feito diversos trabalhos que depois são vendidos para angariação de fundos.

E porque é importante não deixar perder o nosso património cultural, o G.A.C. faz a sua recolha, é a literatura oral, o levantamento de antiguidades (vestuário, alfaias agrícolas, utensílios domésticos, etc.) e os artesãos. Em 1983, fez-se a 1.^a Exposição de Artesanato e Antiguidades, que terá a sua 2.^a edição em 29 de Maio deste ano. Para além disto, tem havido projecções de filmes e diaporamas, para os jovens, mulheres, crianças, seguidos de debates especificando cada tema.

E, "como o melhor do mundo são as crianças" estas nunca são esquecidas pois todos sabemos que elas são o nosso futuro. Assim, para além das peças de teatro, e da sua página no Boletim Animação Cultural, tem havido algumas sessões de desenho, projecção de filmes, teatro de fantoches, concursos de desenho e redacção, exposições de trabalhos seus, etc. De referir que no teatro infantil, não são os adultos a fazê-lo. São as crianças que escolhem os textos, que decidem sobre o guarda-roupa, que dão as ideias para os cenários e que ajudam a fazê-los, quando devido à sua idade, não podem de todo construí-los.

Na óptica do Grupo, Animar é consciencializar, responsabilizar e participar activamente no trabalho que é necessário desenvolver.

1985 é o Ano Internacional da Juventude. Iniciou-se a sua comemoração com uma sessão sobre a Paz, que para além de diaporamas e debate, contou com uma exposição de trabalhos, feitos por jovens e crianças, sobre este tema.

Também este ano se realizou o 1.^o Encontro de Cantares Alentejanos, que contou com a participação de 5 grupos corais.

No Plano de Actividades para este ano, é de salientar algumas iniciativas a levar a cabo, tais como: estreia da peça "1383" de Virgílio Martinho e um texto de Gil Vicente.

Continuar a recolha exhaustiva do património oral, escrito, monumental e natural, para além da publicação, se possível, dum trabalho sobre as décadas 1964/1984 (10 anos antes, 10 anos depois, o que foi e o que é a nossa aldeia). As crianças continuarão a ter o seu teatrinho, as suas exposições, etc.

Em Julho será a vez dos poetas populares da zona e em Junho teremos o Encontro de Escritores do Concelho, onde teremos certamente a presença de Manuel da Fonseca. Teremos ainda um dia da "Prata da Casa", onde a população será chamada a participar, mostrando as suas habilidades, desde o artesanato à música, contadores de histórias ou imitadores, ou onde poderá muito simplesmente falar ou mostrar uma colecção de objectos de que goste.

É isto fazer Animação Cultural? Pensamos que sim. E, embora o caminho tenha sido difícil de trilhar, por falta de apoios oficiais, pensamos continuar, pois é o amor por tudo o que é nosso que nos faz continuar sem esmorecer. É de salientar o apoio que a Câmara Municipal de Santiago nos tem prestado sempre que lhe é possível. E sobretudo, devemos o nosso trabalho e o seu êxito à população para quem trabalhamos, porque por vezes se torna difícil distinguir quem pertence ao Grupo e, este acaba por ser todo o povo da região.



CENA DA PEÇA "OS LOBOS", G.A.C.,
Março de 1983.

AS COLECTIVIDADES POPULARES DE CULTURA, DESPORTO E RECREIO NO DISTRITO DE SETÚBAL

*Alberto Pereira Ramos**

As associações populares de cultura, desporto e recreio tiveram a sua origem no final do século XVIII mas é a partir de 1820 que se desenvolvem com características e finalidades idênticas às de hoje.

Pode-se dizer que foram as condições difíceis em que vivia o nosso povo o motivo que levou ao seu aparecimento. Era o analfabetismo, eram os salários de miséria, era a dificuldade das ligações devido à ausência ou mau estado de estradas e caminhos, era, finalmente, o poder político que não estava interessado em melhorar a vida das populações que assim se mantinham como reserva passiva para as classes dominantes explorarem.

O aparecimento de associações deste género é pois um fenómeno marcadamente social e político e a elas se deve, a nível popular, o ensino da música, a alfabetização, o teatro amador, o convívio, etc.

Nas cidades, mas especialmente na província, as pessoas associam-se, arranjam uma sede para a nova colectividade, uns estatutos, quando se lembram disso, e iniciam um trabalho útil a favor de consócios, seus familiares e por vezes da comunidade.

Com a expansão das ideias socialistas, as colectividades passam também a ter responsabilidades no esclarecimento político já que os interessados aproveitavam as suas instalações para divulgarem as novas ideias. O mesmo se passou com a divulgação das ideias republicanas. Nos concelhos onde o ideal associativo é mais forte são mais apoiados os republicanos e acontece até que em Almada e Loures a revolução de 5 de Outubro de 1910 é assinalada na véspera. O período da 1.^a República é de grande desenvolvimento das colectividades e outras formas de associação. Centenas de novas células colectivistas aparecem e desenvolvem grande trabalho. Em 1924 as colectividades de Lisboa sentindo a necessidade de ter um

interlocutor válido que as representasse junto das entidades oficiais fundam a Federação Distrital das Sociedades Populares de Educação e Recreio que depois se transforma na Federação das Sociedades de Educação e Recreio e mais tarde na Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio. Quando se fundou a Federação o fascismo já esteve à porta e logo após o seu advento com a sua política terrorista dificultou imenso a vida das associações populares. Foram anos de perseguições, assaltos, roubos nas bibliotecas, prisão de dirigentes, encerramento forçado de colectividades. Uma parte da resistência ao regime salazarista passou pelas colectividades que, apesar de tudo, mantiveram as suas escolas de cultura, de desporto, de recreio e especialmente de cidadãos e dirigentes populares.

Com o 25-de-Abril dá-se uma grande explosão colectivista, aparecem centenas de novas associações populares, desenvolvem-se novos tipos de trabalho. As colectividades são agora mais de 6000 e a Federação das Colectividades passa de poucas centenas de colectividades federadas para cerca de 1000. No que é hoje o Distrito de Setúbal a realidade económica e social da população não era melhor do que no resto do país. Zona de recursos agrícolas e piscícolas, tinha uma população analfabeta em mais de 90%, muito carenciada de tudo. São estas condições que transformam o Distrito de Setúbal num dos de mais forte sentimento colectivista do país. Tal como em outros lados as colectividades alfabetizaram, ensinaram música e criaram bandas, desenvolveram o teatro amador e as bibliotecas, etc, etc. Com o desenvolvimento industrial de algumas zonas do Distrito o movimento cresceu ainda mais. Uma população operária com forte consciência de classe deu nova vida às associações populares, muitos quadros de origem operária vão reforçar as direcções de pequenas e grandes colectividades.

É conhecido o esforço que no nosso Distrito as colectividades têm feito ao longo dos anos. Excelentes bandas, por onde têm passado

* *Dirigente associativo.*

óptimos instrumentistas, teatro que tem sido desenvolvido com muito amor e responsável pelo esclarecimento e diversão das populações, bibliotecas de grande qualidade, um património imobiliário de elevado valor e uma colaboração constante em todas as actividades de carácter cultural, desportivo e cívico. Depois do dia glorioso do 25 de Abril há uma viragem na vida das nossas associações populares. São desenvolvidas em ritmo vertiginoso as actividades gímnicas que abrangem todos os grupos etários. Por outro lado, de um momento para o outro, desaparecem os dirigentes e verifica-se uma crise de elementos nos corpos gerentes. São centenas de cidadãos cheios de experiência que vão dirigir Câmaras e Juntas de Freguesia, que aparecem como dirigentes sindicais, nas Comissões de Trabalhadores e de Moradores, nos partidos políticos. Foi uma crise de certa gravidade que levou algum tempo a debelar. Mas o manancial humano é muito rico e o equilíbrio voltou a ser encontrado. As sociedades recreativas abrem-se cada vez mais a todo o povo e a maior parte do trabalho cultural e desportivo do Distrito passa pelas suas colectividades de cultura e recreio. Das 422 colectividades existentes no Distrito, 27 têm banda e 116 estão federadas. Dirigentes de colectividades de Almada, Barreiro e Seixal têm dado forte contributo à sua Federação e com o seu esforço têm melhorado a dinamização neste importante sector. Substituindo o Estado em muito do que lhe compete fazer, mas não faz, as associações populares dão apoio a muitos milhares de cidadãos. Não há desporto escolar, as colectividades substituem-no na medida do possível; o ensino da música é limitado, as nossas bandas têm centenas de músicos enquadrados por profissionais distintos — a maior parte deles provindo do meio colectivista; as nossas bibliotecas têm um repositório magnífico e encontram-se abertas a muitos milhares de pessoas; passa-se cinema de qualidade, faz-se teatro, ensina-se ballet, joga-se xadrês, mantém-se o convívio. Os tempos são outros mas a missão das colectividades continua a cumprir-se. O panorama actual no nosso Distrito, quanto a trabalho é de facto bom, quanto às possibilidades económicas e financeiras não é favorável.

As quotizações são muito baixas, o que é tradicional, mas agora é impensável actualizá-las para níveis correctos pois perante o ataque que é feito aos trabalhadores (não podemos esquecer o desemprego e os salários em atraso) estes têm cada vez menos possibilidades de aumentar as suas despesas. Os serviços prestados aos sócios têm também preços eminentemente sociais já que as colectividades não pretendem entrar no campo especulativo.

De acordo com a Constituição o Estado tem a obrigação de contribuir e ajudar as associações, mas não cumpre o seu dever:

“— Art.º 70.º

alínea 3 — O Estado em colaboração com as escolas, as empresas, as organizações de base e as **COLECTIVIDADES DE CULTURA E RECREIO**, fomentará e auxiliará as organizações juvenis na prossecução daqueles objectivos.”

“— Art.º 73.º

alínea 3 — O Estado promoverá a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos, em especial os trabalhadores, à fruição e criação cultural, através de organizações populares de base, **COLECTIVIDADES DE CULTURA E RECREIO**, meios de comunicação social e outros meios adequados.”

As verbas destinadas à cultura e dentro desta às colectividades são muito restritas e atribuídas mais na base das simpatias político-partidárias do que das necessidades reais e no trabalho efectivamente feito. Restam as autarquias. Como a ninguém pode admirar, as autarquias dirigidas por gente dos partidos de direita mantêm uma visão estreita e conservadora em tudo idêntica à do antigo regime salazarista. É o compadrio, a propotência, o ódio à cultura, especialmente à que se destina mais directamente ao povo. Nas autarquias APU é muito diferente o panorama.

A Lei das Finanças Locais não é cumprida mas os Responsáveis por Câmaras e Juntas de Freguesia vão fazendo o que podem. Realizam-se espectáculos, encontros culturais, iniciativas desportivas, participam-se bandas, e outras actividades e isso é incentivo para o desenvolvimento de mais trabalho. Tudo isto minora a falta de apoios do Poder Central, a existência de

impostos, quantas vezes a incompreensão das autoridades.

Há anos surgiu o Decreto-Lei n.º 460/77 que determina as condições em que é concedido o Estatuto de Utilidade Pública, no qual se concedem algumas, poucas, regalias. Mas agora surge o IVA (imposto sobre o valor acrescentado), o tal que nos querem fazer acreditar que “não é um novo imposto mas o substituto de outros”. Na realidade é um novo imposto (na medida em que vai atingir actividades e instituições que até agora não eram atingidas) e as colectividades vão senti-lo bem e vão ter dificuldades que muitas talvez não serão capazes de ultrapassar.

Sendo tão pouco incentivadas e apoiadas, as colectividades têm de se defender. Devem aderir em força à sua Federação o que, entre outras vantagens, lhes dá imediatamente descontos nas licenças dos espectáculos.

É preciso reforçar o trabalho colectivo.

A nível concelhio ou distrital devem as colectividades formar associações regionais que se enquadrem no trabalho da Federação.

Sendo agentes culturais de grande valor, devem colaborar intensamente com as suas autarquias levando a toda a população das suas zonas de influência os benefícios do seu trabalho. Devem dar muita atenção aos problemas da juventude criando actividades que a interessem e, se possível, aos jovens deverão ser dadas oportunidades de dirigirem o seu próprio trabalho. Isto é também uma maneira de os ensinar a assumir

responsabilidades de direcção e adquirirem o traquejo preciso para serem futuros dirigentes. A par deste trabalho com a juventude está o que se deve fazer com a “terceira idade”. Em muitos locais podem as colectividades abrir durante o dia para acolher aqueles que estão a percorrer a última etapa da vida. E não se pense que será apenas solidariedade ou uma preocupação de “caridadezinha”. Homens e mulheres muitas vezes ainda com boas capacidades, podem limpar a sede, mantê-la aberta para os estudantes e conviver sem necessidade de ir para a taberna ou para os bancos do jardim, quando os há. Durante o dia e à noite pode-se fazer trabalho de alfabetização — não podemos esquecer que UM em cada CINCO portugueses são analfabetos. O trabalho com as escolas é outra actividade a desenvolver. Colaborando com os professores é possível encontrar fórmulas para interessar os alunos em actividades como o teatro, alfabetização, apoio a bibliotecas, boletins, etc. Todo um mundo de novas experiências se abre para as colectividades.

Cumprindo as suas missões, as colectividades populares têm à sua frente um longo e importante trabalho a realizar na defesa dos direitos do nosso povo à cultura, ao desporto, à sua ocupação dos seus tempos livres, ao esclarecimento e compreensão da vida cada vez mais complexa que temos de viver mas de cabeça erguida e com a dignidade de seres humanos livres.



BANDAS NA RUA CAPITÃO LEITÃO — ALMADA.

“ALCATEJO”

Grupo de música portuguesa de Alcochete

Fernanda Zeverino*

“Bendita Pátria que
tais filhos tem”
“Luís de Camões”

Um dia apareceu nos paços do Concelho um jovem munícipe, que solicitava ser recebido pelo presidente da Câmara.

Ao ser abordado por uma funcionária, que lhe perguntou, qual o assunto a tratar, o jovem contraía a face numa expressão de dúvida.

— Quem era aquela senhora para querer penetrar no “segredo” de um projecto que lhe enchia a alma de esperança?

Não!.. Ele não iria revelar ali através do vidro de um guichet, o “plano de ouro” que ainda

por cima era de mais 8 companheiros seus. — Só falaria do assunto ao senhor presidente. A funcionária perante tal hesitação, sorriu compreensiva e desapareceu atrás de uma porta.

Alguns minutos depois, o nosso jovem expunha, ao presidente da autarquia, todos os pormenores e detalhes, de um projecto que até ali, estava composto de muito boas intenções, e povoado de mil sonhos e esperanças.

Intenções, sonhos e esperanças de nove jovens alcochetanos, que decidiram ocupar os seus tempos livres de uma forma diferente e criativa.

De facto, eles propunham-se fazer música, pesquisar as tradições musicais da região, criar eles próprios as suas letras e aproveitar outras, porventura já existentes.

* Animadora cultural C. M. Alcochete.



GRUPO DE MÚSICA POPULAR “ALCATEJO” — ALCOCHETE.

Mas, para que este plano deixasse de ser apenas um projecto de boas intenções, de sonhos e esperanças, seria necessário que a autarquia desse o seu apoio.

E quando o jovem saiu do gabinete do presidente da Câmara, as suas esperanças tinham-se renovado, o apoio tinha-lhe sido garantido, a sua alegria e vontade de trabalhar multiplicaram-se por nove.

Cinco rapazes e quatro raparigas de idades compreendidas entre os 17 e os 22 anos, filhos de homens e mulheres que trabalharam e trabalham nas salinas, no campo, na pesca e noutras ocupações, lançaram-se com entusiasmo no trabalho.

Dois dos jovens são elementos da Banda de Música da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898.

Durante as férias escolares participaram na O.T.L., e trabalharam nas salinas e noutros locais, o tempo que dispõem não é muito. Alguns trabalham de dia e estudam à noite, outros estão a cumprir o serviço militar.

São oriundos da mesma terra, da mesma raiz cultural, o que vem justificar a unidade das suas preferências, pelos temas adoptados, nas canções que compõem.

Encontraram obstáculos no início do seu trabalho, nomeadamente com os pais, pois estes não acreditavam na seriedade do projecto, (um dos jovens comenta em jeito de desabafo:

— Quando tinha 15 anos os pais não me deixaram ingressar no conservatório), quiseram sobretudo conhecer os outros elementos do grupo. E talvez, quem sabe, se num misto de dúvida e desejo de que tudo corresse bem, ficaram à espera.

Num fim-de-semana em que todos estavam reunidos a ensaiar, alguém lembrou, que era necessário dar um nome ao grupo. Decidiram que essa tarefa caberia a uma jovem, que os vem acompanhando desde o princípio. Logo, esta propôs que às primeiras duas sílabas da palavra Alcaxete, fosse acrescentado o nome do rio que banha o concelho.

Assim, resultou o nome com que baptizaram o grupo, “ALCATEJO”.

O historiador David Lopes defende no n.º 24 da “Revista Lusitana”, que a palavra Alcaxete significa em árabe, forno, pois parece que esta toponímia resulta do facto de em Alcochete terem existido muitos fornos de cal, carvão, cerâmica, pão, etc. Sendo o forno o local de

onde sai o produto acabado, pronto a ser usado e consumido, o nome “Alcatejo”, assenta perfeitamente. A função do agrupamento é fazer sair as melodias prontas a serem ouvidas, apreciadas e divulgadas.

Após vários meses de trabalho, chegou o dia da estreia, o salão nobre da Câmara engalanou-se para este acontecimento que teve lugar no dia 19 de Janeiro, aquando das Comemorações da Restauração do Concelho. A prova de que a juventude é generosa e sabe ser responsável, estava ali expressa, naquela aposta no futuro. Todos queriam ver e testemunhar, um acto cultural de realce na vida de uma terra, que se rege por princípios progressistas.

O “Alcatejo” tocou e cantou melodias que foram de encontro à sensibilidade e ao coração de quantos assistiam, as “Marinhas” “A Camponesa”, “Pomba Branca”, foram canções que fizeram brilhar comovidos os olhos de muita gente.

Os amigos gostaram e juntavam-se para dar os parabéns.

Os pais viveram o momento com uma ansiedade tal, que não cabiam em si de orgulhosos.

Até o Tejo, corria vaidoso no seu leito, pois ele sabe, quanta influência exerce na cultura dos povos ribeirinhos.

Os eleitos, esses tinham a consciência tranquila, pela certeza de terem contribuído de uma forma decisiva e realista para o êxito de um projecto que já enriquece o património cultural do concelho de Alcochete.



Artes e Letras

JOGOS FLORAIS DE MONTIJO

*Lúcia Araújo**

Falar de Cultura Literária Portuguesa é testemunhar a atitude livre e consciente, e o modo muito próprio como cada escritor, soube a seu tempo recriar o mundo e a vida. A literatura portuguesa é o espelho vivo de uma profunda reflexão sobre a vida e a história — é a voz livre da criatividade. Os Jogos Florais, organizados pela Câmara Municipal de Montijo surgem no intuito de difundir e valorizar novos autores e novas obras literárias.

Enriquecer o património literário e cultural é dar voz à imaginação de escritores desconhecidos, que ainda hoje mantêm os seus manuscritos na gaveta.

Ao longo de 3 anos de existência os Jogos Florais não quiseram ignorar os autódidas do Montijo que se destacaram ao nível da produção artística e literária.

Através de artigos para jornais, peças de teatro, correspondência pessoal e obras poéticas, Luís Calado Nunes, Joaquim Serra e Manuel Giraldes da Silva, legaram aos seus contemporâneos e às gerações futuras uma verdadeira herança literária, testemunho vivo de uma atitude consciente e crítica face à sociedade, que os manteve ignorados.

Divulgar a sua obra é melhor homenagem que se deve prestar a estes montijenses, que não

mereceram a seu tempo, o respeito e prestígio que o seu valor legitimamente deveria impôr.

Dar oportunidade a novos escritores de apresentarem os seus trabalhos e divulgarem as suas obras é permitir que a criatividade dos jovens autores contemporâneos não seja votada ao abandono, à imagem dos citados escritores montijenses e tantos outros, que são testemunho de inesgotável riqueza cultural.

A liberdade é uma realidade se a cultura fôr uma condição; assim, defender e divulgar o património cultural de um povo, é dar corpo à sua liberdade. Daí que em 50 anos de fascismo, o poder político tenha tentado viabilizar um projecto de asfixia cultural, temendo a força libertadora da criatividade e do progresso.

Os Jogos Florais de Montijo 85 — Prémio Literário Joaquim de Almeida, homenageiam o notável actor natural de aldegalega (hoje Montijo), a quem Rafael Bordalo Pinheiro dedicou uma caricatura notável e a quem o Presidente da República Dr. António José de Almeida agraciou com o oficialato da Ordem de Sant'Iago, foi um homem dotado de espírito franco e justo, defensor da verdade a todo o preço.

Este acontecimento literário, expressão de uma cultura que se pretende viva e participada, contribuirá sem dúvida para a defesa do Património Cultural do nosso povo, a que o 1.º Festival de Arte e Cultura do Distrito de Setúbal dará vida.

*Animadora cultural da C. M. Montijo.



UM DOS MOMENTOS DA SESSÃO REFERENTE AOS JOGOS FLORAIS DE 1984, VENDENDO-SE A VEREADORA DO PELOURO DE CULTURA A PROCEDER À ENTREGA DOS PRÉMIOS

DE MANUEL DA FONSECA SOBRE ELE PRÓPRIO...

...E A SUA ESCRITA



ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO DA CÂMARA DE SANTIAGO DO CACÉM, A MANUEL DA FONSECA, EM 25 DE ABRIL DE 1984.

“Desde muito criança me surpreendi, calado e atento, à lareira, nas longas noites de Inverno, ou à mesa, ao fim do jantar, nos demorados serões de Verão, ouvindo meu pai, o grande artista sabedor que ele era, fluente e breve, num falar ora veemente ora embalador, sempre evocativo, moroso de pormenores e de súbitos acontecimentos, contar histórias da família.” *(Do Prefácio à 8.ª edição de Aldeia Nova.)*

“Não escrevo de imediato o “assunto” escolhido. Antes de lavrar a escrita, alongo-me uns tempos pensando pessoas. Tais pessoas, que sob qualquer aspecto me impressionaram, acabam por apossar-se de mim, reduzem-me a espectador, demoram-se, levam-me com os seus sofrimentos, com as suas alegrias. E quando já me parece que vivo com elas, que entendo o que ocultamente pretendem, lhes sei as expressões peculiares, oiço os diálogos, escutando muito mais o que não dizem do que o que dizem, só então começo a escrever. Uma vez lançado, a realidade e a invenção, mascaradas, jogam às escondidas comigo — nunca sei ao certo, em cada dado momento, qual delas preside ao que escrevo.” *(Idem).*

Maria Campaniça

Manuel da Fonseca

Debaixo do lenço azul com sua barra amarela
os lindos olhos que tem!
Mas o rosto macerado
de andar na ceifa e na monda
desde manhã ao sol-posto,
mas o jeito
das mãos torcendo o xaile nos dedos
é de mágoa e abandono...
Ai Maria Campaniça,
levanta os olhos do chão
que eu quero ver nascer o sol!

Aldeia

Nove casas,
duas ruas,
ao meio das ruas
um largo,
ao meio do largo
um poço de água fria.

Tudo isto tão parado
e o céu tão baixo
que quando alguém grita para longe
um nome familiar
se assustam pombos bravos
e acordam ecos no descampado.

Canção de “Maltês”

Bati à porta do “monte”
porque sou um deserado.
E chovia nessa noite
como se o céu fosse um mar
entornando-se na terra.
— Quem abre a porta a desoras
morando num descampado?
E continha o rafeiro que ladrava,
na ponta do meu cajado.
Mas veio abri-la o lavrador
com a espingarda na mão,
e pôr um olhar altivo
tão no fundo dos meus olhos
que as minhas primeiras falas
foram assim naturais:
— guarde a espingarda, senhor,
sou um homem sem trabalho.
Fui secar-me à lareira.
E a filha do lavrador,
que era uma moça perfeita,
ficou a olhar de gosto
a minha manta rasgada
e o meu fato de “maltês”.
E com licença do pai,
estendeu-me um canto de pão
com azeitonas maduras.
Não aceitei como esmola;
antes roubar que pedir:
paguei com a melhor história
da minha vida sem rumo.
Foi uma paga de rei.
Prà filha do lavrador,
tinha muito mais valia
a história que lhe contei
que o trigo do seu celeiro,
pois estava a olhar de gosto
a minha manta rasgada.
E quando o fogo na lareira
ia aos poucos esmorecendo
agradei como é de uso;
despedi-me até mais ver
e fui dormir prò’palheiro
que é palácio de “maltês”.
Despedi-me até mais ver
que a gente da minha raça
mal o som tenta nascer
ergue-se e parte pelo mundo
sem se lembrar de ninguém.
Assim me deitei ao canto
a esperar pela manhã.

* *Escritor-poeta.*

Manuel da Fonseca, Obrigado!

*Maria Guilhermina**

Manuel da Fonseca, escritor santiaguense, foi condecorado no passado dia 7 de Fevereiro, pelo Presidente da República com as insígnias de Comendador da Ordem Militar de Santiago de Espada.

Surge finalmente, na sequência de uma proposta apresentada já há algum tempo pela Sociedade Portuguesa de Autores e pela Casa do Alentejo, o reconhecimento nacional que há muito merecia.

Recusando-se a ser um mero espectador dos acontecimentos, desde sempre lutou e sofreu ao lado do povo, dos explorados e oprimidos rurais do Alentejo.

O seu excepcional contributo à literatura portuguesa, está agora oficialmente registado. Manuel da Fonseca, um dos maiores escritores contemporâneos e das vozes mais importantes do neo-realismo nacional, nasceu em Santiago do Cacém, em 12 de Outubro de 1911, aqui passando toda a sua infância.

Porque o ama, ele canta o Alentejo em poesia, no romance, na narrativa curta.

Em 1940 surge o seu 1.º livro de versos “Rosa dos Ventos”, seguindo-se “Planície”, também em poesia, um ano mais tarde. Em 1943, surge “Aldeia Nova”, sua primeira obra ficcionista, que, como alguém referiu é um dos mais belos livros de toda a literatura portuguesa. Algumas das suas histórias são logo traduzidas para Inglês e Alemão. Segue-se “Cerro maior”, que tem como pano de fundo Santiago do Cacém, terra Natal do escritor.

Em Inglaterra, Alemanha, Brasil, Itália, Argentina, Holanda, Bulgária, Polónia, França, o nome de Manuel da Fonseca surge nas melhores Antologias, em revistas, em edições de obras traduzidas, nomeadamente “O Fogo e as Cinzas” em Itália e “Poemas Completos”, na Polónia.

Manuel da Fonseca traz para a poesia portuguesa um lirismo ao mesmo tempo fresco e dramático.

É um privilégio sermos conterrâneos e contemporâneas daquele que é um marco histórico da nossa literatura.

Ao homem que ama e sabe através da sua literatura, fazer amar o nosso Alentejo,
OBRIGADO!

* *Animadora cultural C. M. Santiago do Cacém.*

COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA/ /GRUPO DE CAMPOLIDE: UM TRABALHO NA DESCENTRALIZAÇÃO

*Joaquim Benite**

A Companhia de Teatro de Almada/Grupo de Campolide é uma unidade de produção teatral profissional radicada em Almada desde Janeiro de 1978. Integrando o sector da descentralização teatral, a Companhia de Teatro de Almada tem desenvolvido, desde a sua instalação em Almada, uma vasta acção de fomento e divulgação teatral no distrito de Setúbal, definido como área de acção regular e privilegiada da Companhia, acção essa que não tem, actualmente, paralelo no nosso país. Esta acção traduz-se na montagem de 24 diferentes produções teatrais, de Janeiro de 1978 a Dezembro de 1984, na realização no distrito de um total de 1150 representações com as quais foram atingidos 178 604 espectadores, o que representa uma média de 155,30 espectadores/representação.

A descentralização teatral e o desenvolvimento cultural

A descentralização teatral constitui um dos fenómenos mais marcantes, do ponto de vista cultural, que se verificaram em Portugal depois do 25 de Abril.

A realidade tem vindo a mostrar constituir o teatro um factor privilegiado do desenvolvimento cultural global do país, em virtude de a prática teatral da descentralização surgir não só intimamente ligada a uma acção cultural mais vasta, mas como núcleo privilegiado de desenvolvimento dessa acção — pela agitação que promove, pelas relações culturais que não pode deixar de estabelecer, pela exemplaridade da sua presença, pela regularidade da produção de factos culturais que a sua sobrevivência implica, pelo aproveitamento dos seus

activistas noutros planos da actividade cultural.

Por outro lado, a acção desenvolvida pelas companhias da descentralização tem constituído o primeiro factor, na ordem cronológica, e um dos mais importantes, se não o mais importante, na ordem da acção cultural, com vista à lenta mas necessária transformação da sociedade portuguesa no domínio da cultura, e com vista à realização prática efectiva do direito constitucional que estabelece o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação culturais.

Esta actividade da descentralização teatral representa hoje, com efeito, uma das contribuições mais importantes, e sem dúvida a de carácter mais permanente e persistente, no sentido de diminuir o fosso existente, no domínio da cultura, entre Lisboa e o resto do país. Na realidade social em que a descentralização se movimenta, os públicos que têm sido atingidos pela representação teatral acedem, quase sempre pela primeira vez, ao contacto com o fenómeno cultural.

Consolidar e desenvolver a descentralização

A existência de companhias profissionais instaladas na Província, produzindo com regularidade espectáculos de qualidade, cobrindo, em sistemas de “tournée”; diversas localidades da respectiva zona de implantação; e completando o seu trabalho com acções formativas e de apoio aos grupos de amadores existentes na região; constitui a única resposta válida, do ponto de vista da população do país, aos problemas postos pela necessária e urgente reordenação da vida teatral portuguesa — concluía; em Junho de 1979, o I Encontro da Descentralização Teatral, iniciativa promovida na cidade de Viseu pela ATADT (Associação Técnica e Artística da Descentralização Teatral).

* Encenador.

Ao longo dos anos, e nomeadamente por ocasião dos Encontros da Descentralização, realizados em Viana do Castelo em 1980 e em

Almada em 1982, uma das principais preocupações das companhias instaladas fora de Lisboa e dos criadores teatrais que lançaram e mantêm a realidade da descentralização, tem sido o da pesquisa das formas mais eficazes de relacionamento com o público. Isto porque a descentralização teatral encontra o seu sentido não apenas no plano da localização geográfica das companhias, mas também no plano da relação substancial entre as unidades de produção teatral e o meio social e cultural em que a sua actividade se insere.

A acção das companhias, visando camadas de

público muito vastas, não constitui uma simples forma de alargamento do consumo da cultura, mas também a pesquisa de fontes alimentadoras da criatividade que não são exclusivamente as fontes respeitadas e respeitáveis. Buscando e realizando o alargamento do público do teatro, a descentralização teatral procura os meios de renovação e sobrevivência do próprio teatro. A necessidade de alargamento do público do teatro é, simultaneamente, uma prioridade e uma consequência da actividade das companhias que integram o sector da descentralização teatral. E se é possível falar em alargamento do público no conceito tradicional (isto é, em relação a extractos sociais já na posse dos instrumentos e dos



ANTÓNIO ASSUNÇÃO E CANTO E CASTRO
NUMA CENA DE "HUGHIE, ANTES DO PEQUENO ALMOÇO", DE EUGÈNE O'NEILL

mecanismos da cultura), há que salientar que a descentralização teatral tem ido muito mais longe: pela sua actividade foram claramente atingidas camadas sociais pertencentes ao sector do não público, inclusivé no seu caso extremo de público iletrado.

Afirma-se a dado passo das Conclusões saídas do III Encontro da Descentralização Teatral, realizado em Almada em Março de 1982:

“Uma acção descentralizadora ao nível do teatro implica o contacto sistemático da população com a criação teatral e cultural, o abandono pelo público da atitude de consumidor passivo e esporádico do produto cultural e a promoção de uma existência cultural multifacetada, viva, activa e regular.” Daí que a descentralização seja incompatível com qualquer forma de surtida cultural, nem se compadeça com formas de itinerância irregulares ou ocasionais. De tudo isto, decorre a necessidade de as companhias da descentralização estabelecerem laços profundos com as autarquias das respectivas zonas de

intervenção, com o objectivo de implementar e desenvolver uma relação estável, duradoira e evolutiva mutuamente influenciadora do próprio desenvolvimento do trabalho das companhias e de transformação da mentalidade cultural das populações das zonas de acção regular das companhias da descentralização.

O trabalho desenvolvido pela Companhia de Teatro de Almada

Estes os princípios gerais que têm norteado a actividade da Companhia de Teatro de Almada desde a sua instalação na cidade de Almada, em Janeiro de 1978. Tal actividade, entretanto, pode ser apreciada tendo em conta o seguinte quadro referente à incidência geográfica da actividade da Companhia, por ano e por concelho:

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
ALMADA	147	130	176	87	125	93	166
SEIXAL	5	8	12	26	18	10	17
BARREIRO	1	6	7	3	7	3	2
PALMELA	—	—	5	5	4	6	—
SESIMBRA	—	1	—	1	—	2	1
ALCOCHETE	—	—	1	5	2	—	—
MOITA	1	1	—	9	—	2	2
MONTIJO	—	—	1	21	2	—	1
SETÚBAL	—	1	1	2	1	1	3
SINES	—	—	1	2	—	2	—
A. DO SAL	—	—	1	—	—	2	—
S. DO CACÉM	—	1	1	3	—	—	—
GRÂNDOLA	—	—	—	—	—	4	2

Globalmente, em sete anos de actividade, foi o seguinte o resultado do trabalho desenvolvido pela Companhia de Teatro de Almada nos 13 concelhos do distrito de Setúbal:

ALMADA	—	924	representações
SEIXAL	—	96	representações
BARREIRO	—	29	representações
MONTIJO	—	25	representações
PALMELA	—	20	representações
MOITA	—	15	representações
SETÚBAL	—	9	representações
ALCOCHETE	—	8	representações
GRÂNDOLA	—	6	representações
SINES	—	5	representações
SESIMBRA	—	5	representações
S. DO CAÉM	—	5	representações
A. DO SAL	—	3	representações

Estes dois quadros mostram que:

- a) Ao longo de sete anos de actividade, o trabalho desenvolvido pela Companhia de Teatro de Almada atingiu todos os concelhos do distrito de Setúbal.
 b) O concelho de Almada, local-sede da Companhia, foi naturalmente aquele onde se registou a maior incidência do trabalho da

Companhia, com 924 representações 6 média de 132 representações por ano; segue-se o concelho do Seixal, com 96 representações — média de 13,7 representações/ano; o do Barreiro, com 29 representações — média de 4,14 representações/ano; o do Montijo, com 25 representações — média de 3,57 representações/ano; o de Palmela, com 20 representações — média de 2,85 representações/ano; o da Moita, com 15 representações, — média de 2,14 representações/ano; o de Setúbal, com 9 representações — média de 1,28 representações/ano; o de Alcochete, com 8 representações — média de 1,14 representações/ano; o de Grândola, com 6 representações — média de 0,85 representações/ano; os de Sines, Sesimbra e Santiago do Cacém, cada um com 5 representações — média de 0,71 representações/ano; e, finalmente, o de Alcácer do Sal, com 3 representações — média de 0,42 representações/ano.

c) Apenas três concelhos do distrito viram, todos os anos, o trabalho da Companhia de Teatro de Almada — Almada, Seixal e Barreiro.



FERNANDO LOURO E MARIA HENRIQUETA
 NUMA CENA DE "COMO MATAR O TUBARÃO", DE VICTOR HAIM

A segunda maior estrutura do Teatro Português

A Companhia de Teatro de Almada é, neste momento, a segunda maior estrutura do teatro português, logo após o Teatro Nacional D. Maria II. O seu elenco integra os seguintes 35 elementos permanentes:

Joaquim Benite, encenador e director da Companhia
Virgílio Martinho, escritor e assistente literário
Bernardino Nascimento, músico e assistente musical
Eduardo Cruzeiro, cenógrafo e assistente plástico
José Martins, actor e encenador
Canto e Castro, actor
Henriqueta Maya, actriz
António Assunção, actor
Carlos Gonçalves, actor
Ema Paul, actriz
Luís Vicente, actor
Teresa Gafeira, actriz
Alberto Quaresma, actor
Alfredo Sobreira, actor
António Mota, actor
Domingos Torgal, actor
Isabel Leitão, actriz
Fátima Murta, actriz
Fernando Louro, actor
João Teodósio, actor
Maria Henriqueta, actriz
Marta Bettencourt, actriz

Luísa Ortigoso, actriz
Manuel Pinheiro, actor
Silva Heitor, actor
Victor Gonçalves, actor
José Verdades, técnico
Rui Alves, técnico
Fernando Jorge, técnico
Victor Cid, técnico
Celestino Verdades, técnico
Maria Laita, administrativo
José Cruz, administrativo
Joana Russo, administrativo
Custódia Martins, administrativo

Os dados que apresentamos fornecem uma visão importante, ainda que limitada, da acção conjunta que tem vindo a ser desenvolvida no distrito de Setúbal pela Companhia de Teatro de Almada e pelas autarquias que têm vindo a apoiar a sua actuação. Trata-se da implementação e concretização de uma das principais directivas de trabalho da descentralização, nos termos da qual esta só é possível com o visível empenhamento e apoio dos órgãos do poder local, o que de facto tem vindo gradualmente a acontecer no distrito.

A Companhia de Teatro de Almada/Grupo de Campolide, estrutura subsidiada regularmente pelo Ministério da Cultura e pela Câmara Municipal de Almada, está, entretanto, firmemente disposta, a curto e médio prazo, a consolidar e racionalizar cada vez mais a sua actividade no distrito bem como o esforço das autarquias, na base de programas de trabalho a médio prazo.

IMARGEM — ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS PLÁSTICOS DO CONCELHO DE ALMADA

Alfredo Canana*



Fundada há três anos, a *Imargem-Associação dos Artistas Plásticos do Concelho de Almada* reúne, actualmente mais de duas dezenas de sócios produtores de arte (pintores, escultores, gravadores e desenhadores), cujo objectivo fundamental é a criação de condições que permitam a sobrevivência dos associados, contribuindo ao mesmo tempo como factor de progresso cultural para as populações do concelho onde está inserida e não só.

Nesse sentido obteve imediatamente o apoio da Câmara Municipal de Almada, realizando anualmente nas instalações da Oficina de Cultura as suas exposições e colaborando com aquela autarquia noutras iniciativas (comemorações de 25 de Abril entre outras) além da elaboração de um painel (em fase de execução na futura freguesia do Pragal) de homenagem à vida e obra de Fernão Mendes Pinto que, como é do conhecimento geral trabalhou e morreu naquela localidade do

concelho de Almada, depois do seu regresso do Oriente.

Por outro lado, a Câmara Municipal de Almada, graças à visão acertada do vereador da Cultura, dr. Eduardo Costa, tem adquirido (com vista ao futuro Museu de Almada) trabalhos dos artistas de Almada, privilegiando de certo modo, a Imargem, pois em quaisquer dos salões realizados não tem deixado de acarinhar e apoiar os artistas da Imargem. Estatutariamente a Imargem apresenta-se como uma Associação que tem como objectivos a promoção dos seus associados através da divulgação dos seus trabalhos e da criação de condições para o melhoramento da sua actividade artística.

Nessa conformidade propõe-se organizar exposições e outras manifestações artísticas e culturais que, contribuindo para a promoção dos associados, sejam ao mesmo tempo um factor de progresso cultural para as populações.

Propõe-se igualmente cooperar com outros grupos e associações de cultura nacionais e estrangeiros, editar publicações e organizar cursos relacionados com as artes plásticas, assim como a efectivação de encontros de reflexão e perspectivação do trabalho artístico e cultural.

Entre os seus objectivos, ainda não concretizados, conta-se a criação de um espaço para exposição das obras de arte dos seus sócios produtores ou outros que a Associação considerar de interesse, mas de qualquer maneira aberto a todas as formas de expressão artística, para além das formas plásticas tradicionais.

É condição para ser sócio-produtor da Associação a existência de um trabalho continuado no âmbito das artes plásticas e residir no concelho de Almada (ou imediações, inclusivé no concelho de Seixal) ou o exercício de actividades artísticas na zona.

Além de sócios produtores a Associação admite igualmente sócios-contribuintes.

A criação da Imargem permitiu chegar à conclusão de que os artistas residentes na

* *Jornalista e sócio da Imargem.*

periferia das grandes cidades sofrem, tal como os que residem na Província, uma situação de marginalidade. Mas, essa situação periférica, não apenas geográfica mas também social, explica muitas das desvantagens em que esses artistas se encontram face aos artistas residentes nos grandes centros culturais que são Lisboa e o Porto.

A Experiência de três anos

Tem sido bastante positiva a actividade da Imargem nos três anos da sua existência. Desde a exposição inaugural de 1982, na Oficina da Cultura, até hoje, a Imargem já realizou oito exposições colectivas (Almada, Setúbal, Évora, e Silves).

O projecto de realização de exposições fora da sua área de influência (a partir de 1984) teve como objectivo contactar as populações de outras regiões do país, sobretudo as mais carenciadas e menos dependentes do "poder central da cultura".

Apesar do apoio que recebem da Câmara Municipal de Almada e a simpatia que a sua actividade tem merecido, isso não tem impedido que a Imargem tenha uma posição crítica face aos problemas ligados ao seu sector. Isso ficou demonstrado aquando do concurso do monumento ao Pescador (a erigir na Costa de Caparica) em que a Imargem criticou áspera mas fundamentadamente a constituição do júri, acabando por ver algumas das suas críticas satisfeitas e o próprio presidente da Associação integrado no novo júri, o qual acabou por mostrar a isenção da Imargem, ao ser o único elemento do júri, a votar contra a obra artística que ganhou o concurso e por sinal da autoria de um membro da Imargem.

Animação e Vídeo

Procurando dar um espaço de actividade aos sócios contribuintes, a Imargem aprovou, já este ano, um plano de actividades de animação e promoção cultural, no qual tem parte determinante esses associados.

Igualmente virado para a actividade dos sócios-contribuintes foi criada uma secção de foto-vídeo, destinada a explorar e produzir trabalho no campo da fotografia e do vídeo. Para o presente ano a Imargem tem previstas exposições nas Caldas da Rainha (Março), I Mostra de Artes Plásticas do Distrito de Setúbal — Participação e apoio, na Oficina da Cultura de Almada (Abril), Lagos (Maio), Coimbra (Junho) e Oficina da Cultura de Almada (Novembro). Para além de outras realizações não programadas.

Corpos gerentes da Imargem para 1985

Assembleia Geral

Presidente — Pedro de Sousa
Secretários: Victor Ferreira e Cidália Rodrigues

Direcção

Presidente — Francisco Bronze
Secretário — Louro Artur
Tesoureiro — Pé-Curto

Conselho Fiscal

Presidente — José Zagalo
Relatores — Carlos Canhão e Carlos Morais.

*José Jorge Letria**

Meu pobre Manuel Maria, escanzelado nos salões
do bafio, do cetim e da pavana,
nos varandins da vénia e da gaifona,
pasto de mil anedotários, funéreo, triste, perfilado,
romântico antecipado, manejando
o vocabulário arcádico das piruetas malabares

Quem te conheceu por dentro, que levante o dedo!
Quem te amou nos desvãos da escrita,
no corpo ou no fogo brando da palavra
que levante a memória se é capaz!
Quem soube de ti, mais do que a anedota, o génio
que diga: eu estou aqui! Quem te soube herege,
rebelde, “preso — como tu próprio dizias — aos grilhões
de um pensamento e por ele, desabrido, conspirando
que diga sem delongas: aqui estou eu!

De azedume se turvou a tua musa,
de tédio definhou o teu sorriso,
de tristeza sangrou o teu sarcasmo. Foste
tão igual ao que somos que te vemos de novo à proa
do bergantim azul dos sonhos adiados, rumando
para índias e exílios, desembarcando tísico e amargo
numa mesa do nicola

Ó elmano! Ó sadino! Ó cá dos nossos!
Usando a tua verve, foste “cinza, eclipse, incêndio, estrago”
e vendo bem, quem sou eu para te cantar,
para te arrancar aos escombros de um soneto inacabado,
para te resgatar ao purgatório de um verso sufocante,
para te recuperar, naufrago, de um vinho subterrâneo?

Foste tão dos nossos que já quase só na anedota te lembramos
como se quiséssemos dar-te na memória de uma ácida gargalhada
a parcela que não te coube de panteão nacional

* *Jornalista. Poeta e ensaísta.*

O MAR DE SINES

*Antunes da Silva**

Nasce ao pé do céu um vulto de névoa. Parece uma pintura abstracta desenhada pelo concurso dos ventos ou mortalha que se esvai, aos poucos, regando os longes em ondas lentas, no mar salgado.

O brilho da vaga que tenta alcançar a costa e a aparição do Sol no cimo de um penhasco vai transformando a paisagem numa fantasia burlesca de côres envolventes, que arremedam a metamorfose da noite, logo que as estrelas rasgam o universo das nuvens que se formaram na tarde de trovoadas, e ardem no infinito, como tochas loucas num quadro medieval.

Este tema do mar, que tanto absorve a alma comovida dos artistas e dos ascetas, o mar azul que beija a costa lusitana, dando-lhe esta côr torrada e meiga de fruto maduro, cresce na baía envolta pelos caprichos duma brisa afagadora de um sol que doira Sines, os seus arredores, as janelas abertas das suas casas, sempre hospitalares.

Mal os homens se debruçam sobre os minutos que constroem a pequenez lapidar do país em que vivemos, olham para trás à procura de um pormenor que lhes agite as almas, lhes perfume a memória, envaideça o coração, os incite a aprender com a Natureza um motivo de agrado ao mundo.

Nas manhãs de Outono, a névoa evapora-se mais tarde. As correntes da Costa do Norte saltam entre areias cerzidas da cartilagem dos peixes, conchas de búzios, crostas de amêijoas mortas pelo vendaval e o viandante é despenteado pelo sopro de uma aragem peregrina, que vem à procura da terra, para, com o seu cheiro de abismos, pintar de melindres ópticos os ventres do casario. Traineiras e botes deslizam no pano do horizonte, na faina da pesca. Parecem botões de cristal aos solavancos no mar.

Uma onda mais alta ramifica-se em duas direcções e pinta no dorso do oceano um retrato de fumo branco. Por uma fracção de segundo, a onda recompõe-se num só volume coruscante, brinca e rola no tapete do areal, transformando-se numa estátua humana. Vêde:

a onda alçou-se no ar, espargiu o espaço de mil beijos húmidos, trepou até um raio solar e caiu lentamente na fresta do pélagos, feita sereia, com uns braços vaporosos, uns olhos de pranto das algas, um belo peito de actriz que trazia as formas de um rasto de Lua, e oscilava, na aparente mansidão da baía.

Desapareceu na esteira de um eco de mareantes em descanso, tocada da terra.

Tenha cautela! Deixe de fitar as águas, que o sonho das águas é complicado e mais efémero que a vela da vida que você prende nessas narinas infladas de messalina anónima, com os olhos a urdir não sei que complicados negócios nazarenos...

Uma vez falou-me da vida arriscada dos pescadores, e falou bem. Das armadilhas dos oceanos, oh!, as ondas tão inchadas de ameaças, a baterem violentamente no interior das furnas de Milfontes, Almogrove, Zambujeira, onde se recolhem recados de outras funduras e céus, vísceras invisíveis de naufrágios, ante a pusilanimidade das vagas assassinas, oriundas dos sorvedouros do Mar dos Sargaços, das bárbaras praias das Caraíbas, poisos habituais do tubarão sanguinário; vagas oriundas desse voluptuoso Mar Africano, seco e engrunhido, que de súbito se enfurece em batepuns de temporais dos trópicos-pouco-obedientes, infestado de jamantas colossais, com órbitas de velhos homicidas, que atacam outras espécies de peixes e os navios ao sol-posto, nas sombras que o Diabo encena, quais vampiros perdidos em tão remotas quão inóspitas regiões.

Doutra vez falou-me das penosas raízes que no mar avultavam, na voracidade de certos esqualos com olhar de grutas húmidas, no terror dos furacões que desfaziam barcos, no destino funesto dos homens que sucumbiam em tais paragens. Ah, os habitantes da terra firme não poderiam fazer uma pálida ideia do tumulto apocalíptico que se debatia nos grandes desertos aquáticos, que o mar era, e é, uma palavra doce-amargosa, força intestinal da desordem universal, casa onde o Diabo tem a bossa de tecer as contas de somar e dividir, ordenando aos seus emissários para varrer todos os credos, benfeitorias, consciências da Terra, esta salpicada de um tal mistério invernososo, que esconde, por instinto,

* *Escritor.*

nas infindáveis estradas movediças, o caderno das catástrofes mais faladas nas nossas ruas! Não restam dúvidas que, no desprezo que nutria pelo mar, repare, senhora minha, existe agora essa beatífica adoração por uma baía que naturalmente a converteu: Sines. “Que bizarro pedaço de mundo!” — murmurou, um dia, como quem se demite de uma batalha mental, logo desorientada na sua cisma arrefecida:

“Que largura de versos desmemoriados, ingloriamente destruídos pelos bailarinos da indústria e sectários da matemática dos lucros, atrás duma geração de “rocks” e pelos “guros”, os marginais da droga, os lacaios do imperialismo!”

Sonde o rasto do Tempo; por esse sul plúmbeo das tardes dezembrinas, você não chora, mas também deixou de pensar! Não critica os escritores que arremedam todos os dias os mestres do ofício e ganham prémios dos júris que matreiramente escolhem, em certos casos, e manipulam os seus autores. Na exacta hora em que os pássaros fogem duma tempestade, você namora o sonho de um oceano sem fim, como se dissesse, “não sei!” E nessa quarta-feira em que nos conhecemos, você mordida os lábios à porta de um *monte* do meu país. Mais tarde, tremia ao ouvir um concerto da Filarmónica. Você está como ontem, a filmar as hipóteses de um feriado adolescente, a sorver a sua própria respiração, e limita-se a ouvir a voz rouca do mar salgado, no sortilégio dumas águas curativas da febre dos maus pendores. Pés bem firmados na terra, (if!, que força desmesurada e desnecessária), a sua imaginação ferve ao rés do mar azul de Sines, diferente de todos os outros mares, por ter sido lago e paraíso de peixes sadios. Hoje, o lixo de uma

Europa egoísta e sádica!

Sim, o aroma desse clima. Não se admire: era a linguagem natural do nosso território.

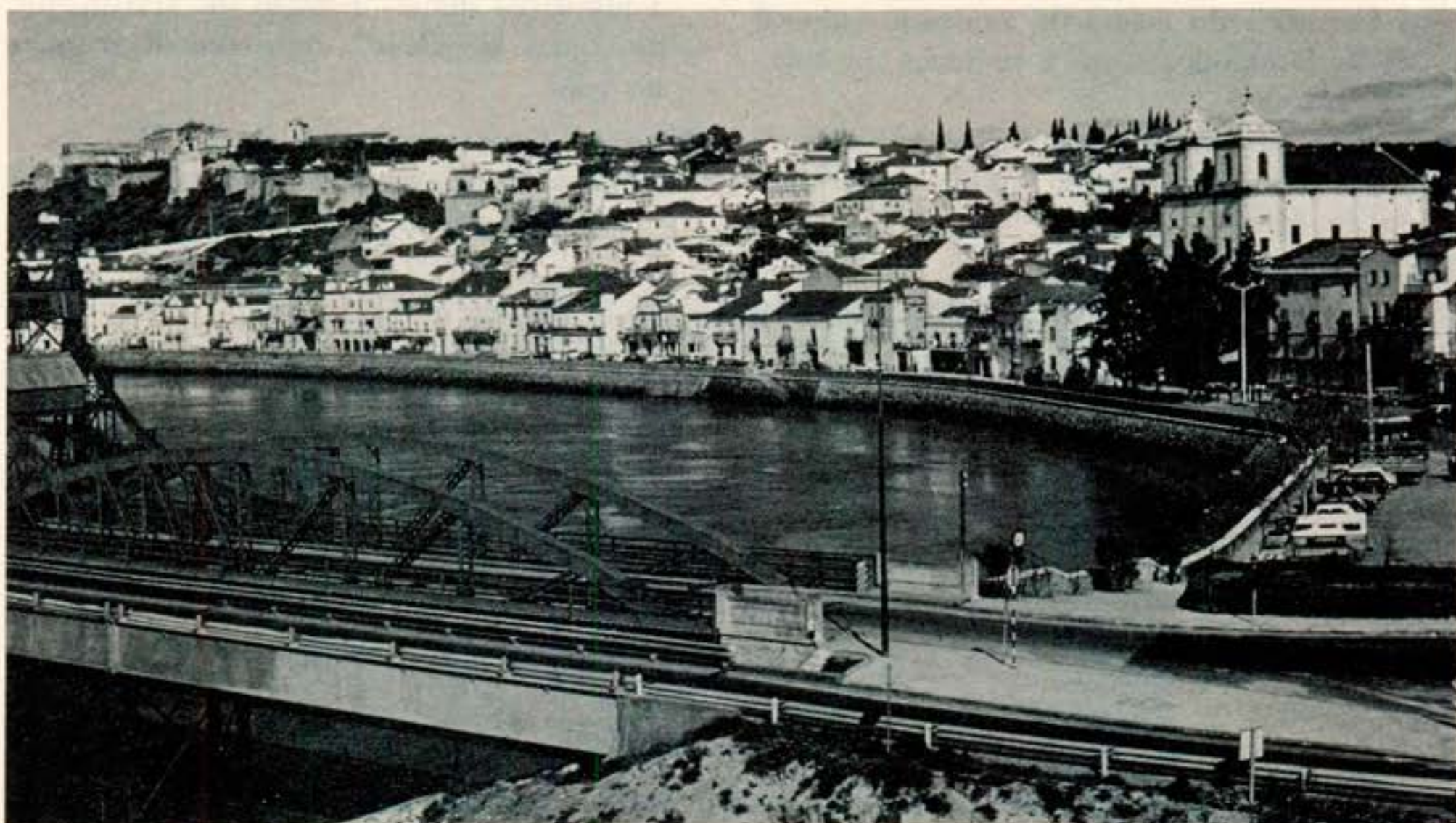
E começava em Porto Covo, sítio de lazeres roxos que se espraia por uma estrada oblonga, ora ladeada de arvoredos, ora de terrenos descalços de uma qualquer vegetação predominante, com extensas dunas à mão de semear, enquanto os estrangeiros chegam com ventas de lula e de polícias-à-paisana, embirrando com as leis vigentes desta antiga Lusitânia, pondo-se a praticar nudismo nas falésias, a saber conspicuamente o preço dos terrenos, prós palpites do “boss” que ficou na Escócia a enfrascar-se com uísque. Por outro lado, os genuínos senhores da indústria requintam nos seus fojos, embandeiram em arco, roubando à Natureza o seu programa ecológico para as próximas décadas e põem-se a envenenar, à partida, a genuidade do seu hábito. Há fumos tóxicos envenenando os pulmões de ar do território antigamente puro, poluição perigosa armazenada nos golfos, a história do ciclone que derruba as árvores ou do eucalipto que sorve as águas que encontra nos terrenos. Andam a desumanizar o globo terrestre, atrás da armadilha caricata dos computadores.

Contudo, o mistério da vida remoça-se todas as primaveras. Por isso se diria, oh Deus, como quase tudo está mal, eu digo, nesta altura do século vinte: a vila de Sines ficou sem o seu enxoval de oiro e brocado, anda a transformar-se num rosto de caveira esventrado em resíduos de nafta, nesse poço barrento de venenos letais, a que se convencionou dar o nome pomposo e desgraçado de futura cidade industrial. O caos ecológico. O retrocesso da vida.

Noticiário sociocultural

ALCÁCER DO SAL

- Inauguração da Biblioteca Municipal e desenvolvimento de formas de divulgação e animação deste novo espaço Cultural.
- Apresentação de uma Exposição Comemorativa da revolução popular de 1383/85 em vários lugares do Concelho, acompanhada de texto explicativo e eventualmente de alguns espectáculos alusivos.
- Realização de "Passeios de Campo" (a pé, de bicicleta ou de barco), dando a conhecer aspectos relacionados com o Património Cultural e Natural e ainda com a História do Concelho, podendo alguns deles assumir a forma de acampamento de fim-de-semana.
- Promoção de Visitas-guiadas à Mata Nacional de Valverde, extensivas a todos os alunos das Escolas Preparatórias do Concelho, com oferta a cada turma de uma ou duas espécies de árvores para depois serem plantadas na área das respectivas Escolas.
- Distribuição de texto sobre as Árvores Monumentais do Concelho.
- Lançamento de um Concurso de Desenho e Composição com tema relacionado com a árvore e a necessidade da preservação do meio ambiente. Este Concurso culminará com a exposição dos trabalhos durante a semana da Criança e do ambiente.
- Dando continuidade ao trabalho desenvolvido, foi criada uma Comissão Concelhia para o A.I.J. que, entre outras iniciativas perspectiva a saída de um Boletim, que será inteiramente elaborado por jovens.
- Divulgação em vários locais de um ciclo de Cinema Português, com uma periodicidade semanal (podendo algumas das sessões ser ao ar livre), focando a problemática do 1.º de Maio e as lutas dos trabalhadores. Posteriormente, dar-se-á continuidade às Sessões de Cinema, fazendo incidir a temática dos filmes a exhibir, sobre aspectos relacionados com a preservação do ambiente e a ameaça nuclear.
- Para as populações da Comporta, Carrasqueira, Murta e Pinheiro, as comemorações do 1.º Maio poderão ser assinaladas com a realização de uma regata de Saveiros. A regata decorrerá entre os portos da Comporta a Carrasqueira e o porto do Pinheiro, onde se prevê uma confraternização com as populações locais.
- Promoção de espectáculos de Teatro por todo o concelho, utilizando os grupos existentes na região, e ainda outros, a título excepcional.



VISTA PARCIAL DE ALCÁCER DO SAL

ALCOCHETE

- Estão a decorrer actualmente obras de adaptação do edifício onde será instalado o Museu Municipal de Alcochete, prevendo-se que a sua inauguração seja ainda este ano.
- Com o objectivo de sensibilizar a população para a importância da defesa do património stórico-cultural, a Câmara editou recentemente uma primeira colecção de 22 postais com aspectos antigos da Vila de Alcochete.
- Iniciar um projecto (que terá a duração de três anos) intitulado: "Ocupação Romana na Margem Esquerda do Estuário do Tejo". Para este ano prevêem-se um curso de iniciação à prática da arqueologia, e a 1.ª Campanha de escavações com a duração de quatro a cinco semanas.
- As Comemorações do Dia da Juventude e do Teatro, foram assinaladas com a constituição de uma Comissão Municipal para o A.I.J. e com a apresentação da peça "Como Matar o Tubarão", pela Companhia Teatro Almada/Grupo de Campolide.
- O Dia 8 Março foi marcado pela oferta de flores às mulheres do concelho; inauguração de uma exposição de escultura, subordinada ao tema, "Arte Mulher", e apresentação do livro de poemas "A Mulher, as Flores o Futuro", do grupo de animação cultural de S. Domingos, com a presença de uma das autoras.
- O Dia da Árvore foi comemorado com plantação de árvores na Escola do Bairro 25 de Abril.
- "Festival de Música Popular Portuguesa" — 10 a 15 de Agosto. Será no decorrer das "Festas do Barrete Verde e das Salinas" que se realizará este Festival integrado no "1.º Festival de Arte e Cultura do Distrito". Complementarmente estará patente ao público uma exposição, cujo tema será a música.
- As celebrações do 11.º Aniversário do 25 de Abril, contam com uma semana cultural composta por Exposição de trabalhos artísticos executados pelos trabalhadores da Lisnave; espectáculos musicais e folclore em Alcochete, Samouco, S. Francisco e Passil; concertos pelas bandas da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898 e da Sociedade Progresso e Labor Samouquense; apresentação de peças de teatro pelo Grupo de Teatro de Campolide, em várias localidades; programas diversificados destinados às crianças em Alcochete, Samouco, S. Francisco, Passil e Fonte da Senhora; desfile da fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Alcochete por todas as povoações.
- Publicação de uma história para crianças — "Os Golfinhos do Tejo" — que foca alguns aspectos reveladores da poluição do Tejo, assim como a acção desenvolvida pelo Município na defesa e preservação do Rio, nomeadamente a instalação duma "Estação de Tratamento de Águas Residuais", com tecnologia única no país.
- "Uma Câmara ao Serviço do Povo", exposição documental e informativa de toda a acção da Câmara durante o último triénio.



ARCOS DO PÓRTICO DO ANTIGO CONVENTO DE S. FRANCISCO (ALCOCHETE)
RECENTEMENTE RESTAURADOS

ALMADA

- O Serviço de Museologia em colaboração com o Centro de Arqueologia de Almada, empreenderam estudos no andar térreo do edifício central da C.M. onde recentemente se iniciaram obras, tendo recolhido vestígios do século XII ao século XX.

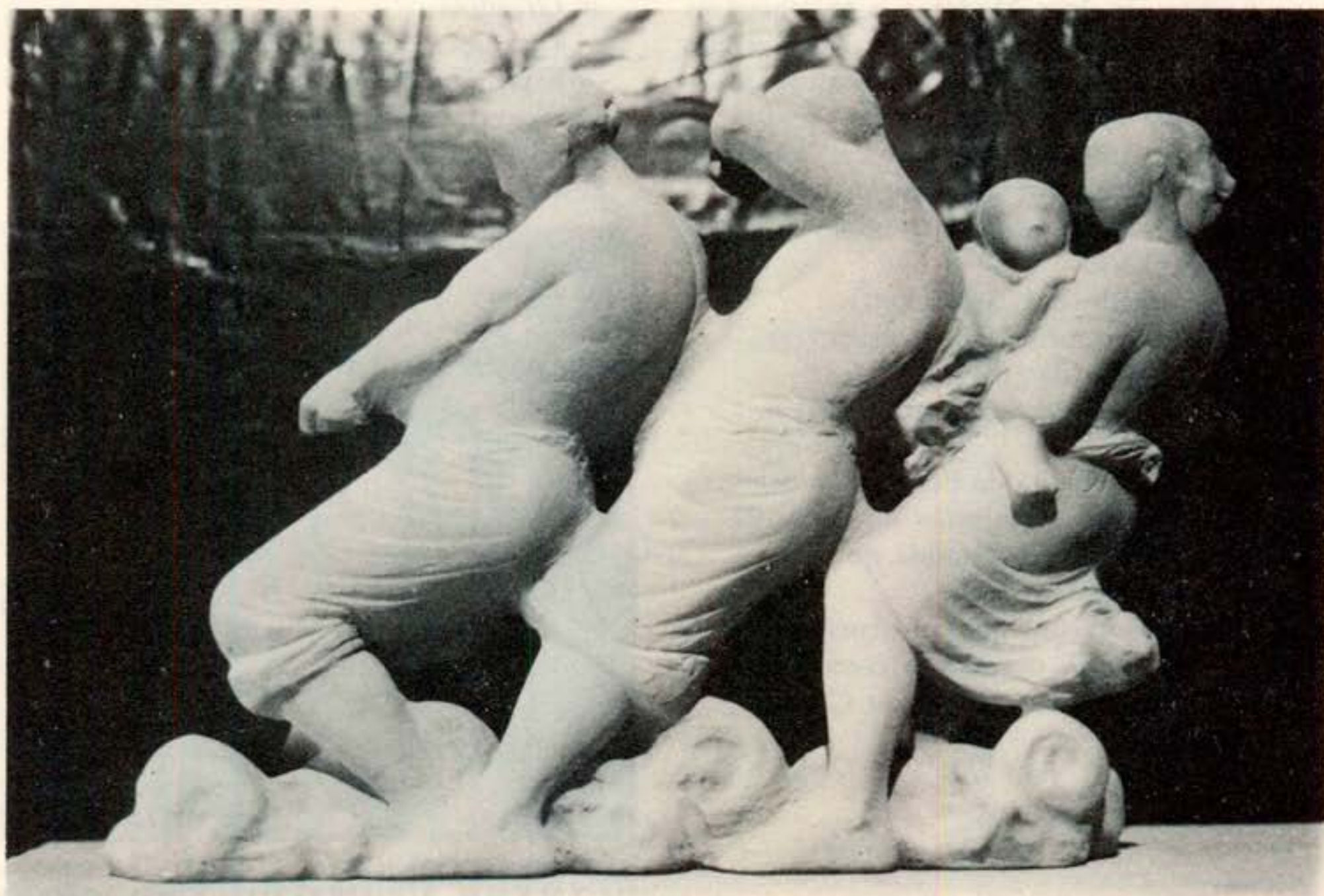
Actualmente procede-se à limpeza, conservação e restauro de milhares de fragmentos de cerâmica, vidros, metal e ossos surgidos na escavação.

- Prossegue o trabalho de instalação das Secções Museológicas.
- Igualmente se tenta tornar operacional o Arquivo Histórico Municipal.
- Mantém-se o apoio às colectividades, nomeadamente às Bandas de Música e outros agentes culturais.

— Jorge Pé Curto, escultor e pintor

almadense, membro da Associação dos Artistas Plásticos de Almada - IMARGEM, vai ser o autor do monumento ao Pescador a erigir na Costa da Caparica.

- Com a chancela da C.M., encontra-se já no mercado livreiro a obra "O Associativismo Tradição e Arte do Povo de Almada", da responsabilidade da Associação "Semear para Unir", com coordenação e redacção de Carlos Abreu e Francisco Branco.
- "A Imprensa de Almada: Breve Panorâmica", é outra das iniciativas editoriais da Câmara. Trata-se de uma pesquisa empreendida pelo bibliotecário municipal Alexandre M. Flores, veiculando uma assinalável riqueza informativa e várias reproduções fotográficas.
- Início, a curto prazo, do estudo conjunto com as colectividades, para a edificação em Almada de um monumento ao Associativismo.



MONUMENTO AO PESCADOR, DE JOSÉ PÉ CURTO, AUTOR DA MAQUETA PREMIADA

BARREIRO

- No prosseguimento das “Comemorações do Centenário da Estação de Sul e Sueste do Barreiro”, teve início em Fevereiro, uma exposição de material ferroviário e foi baptizada uma locomotiva com o nome “Cidade do Barreiro”. As Comemorações contemplam também passeios no Tejo, de Abril a Junho.
- Uma grande Exposição intitulada “500 anos de História do Barreiro” foi inaugurada em 12 de Abril.
- As campanhas arqueológicas na Mata da Machada e Coina decorrerão em Agosto e Setembro.
- Abrirão ao público, provavelmente ainda este ano, as novas instalações da Biblioteca Municipal.
- Decorreu o Encontro Distrital de Teatro de Amadores, com a participação de uma dezena e meia de grupos, integrados no 1.º Festival Arte e Cultura do Distrito de Setúbal.
- Em Janeiro, com o apoio da CMB e do Teatro Aberto, dezenas de trabalhadores das autarquias do concelho visitaram o Centro de Arte Moderna e presenciaram a peça “UBU — 2002 Odisseia no Terreiro do Paço”. Em Março, deslocaram-se ao Museu do Teatro e ainda ao teatro de “A Barraca” assistindo a “Santa Joana dos Matadouros”, de B. Brecht, desta vez com o apoio da CMB e de O Diário.
- Comemorando o Dia Nacional da Juventude abriu nesta Cidade, uma Casa-Convívio da Juventude. Esta inauguração, a 28 de Março, insere-se no AIJ.
- Decorreu no dia 23 de Fevereiro o primeiro duma série de 6 concertos do Ciclo de Concertos para a Juventude que se prolonga até 25 de Maio.
- As Comemorações do 11.º Aniversário do 25 de Abril, decorrerão como no ano anterior, com o Concurso do Cravo Vermelho.

GRÂNDOLA

- No âmbito das comemorações do XI Aniversário do 25 de Abril, promover-se-ão, entre outros, espectáculos de teatro, bailado, música popular portuguesa, música coral e concertos com a filarmónica da S.M.F.O.G. Decorrerá também o “III Concurso de Fotografia”, subordinado ao tema “Grândola, a História, a Serra e o Mar”, bem como, será inaugurado o Posto de Turismo, que comportará uma exposição permanente e venda regular de Artesanato.
- Em Junho terá lugar o “Mês da Criança” com ateliers livres de artes plásticas, cinema nas escolas, e a atribuição de prémios do Concurso de Desenho e Composição Infantil e Juvenil, respeitantes ao Dia Mundial da Saúde.
- Neste mesmo mês será inaugurada a 1.ª fase do Centro Cultural de Grândola.
- Evento tradicional, a Feira de Agosto, preterirá algumas realizações culturais, designadamente:
 - 1.ª Exposição Etnográfica do Concelho de Grândola
 - 4.ª edição dos Jogos Florais
 - Exposição de Instrumentos Musicais Tradicionais, com espectáculos de música popular portuguesa, integrada no 1.º Festival de Arte e Cultura.



CONCERTO CONJUNTO — BANDA E CORO — DA S.M.F.O.G. AQUANDO DAS COMEMORAÇÕES DO X ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

MOITA

- Integrado nas Comemorações da Revolução da Revolução Popular 1383-85 (e dado que este assunto histórico é tema do programa curricular) a C.M. concedeu o transporte para a deslocação de alunos da Escola Preparatória n.º 2 da Baixa da Banheira a Almada, no dia 30 de Janeiro, para assistirem à peça "1383" pela Companhia Teatro Almada/Grupo Campolide.
 - No dia 14 de Fevereiro, efectuou-se um desfile de Carnaval, pelas ruas da vila, com a participação dos alunos da Escola Preparatória. Esta iniciativa foi apoiada pela C.M. com materiais de cenografia e transportes.
 - Após diversos contactos foi possível a aquisição do Varino e a sua recuperação no Estaleiro do Gaio.
- Tendo em conta as tradições ribeirinhas da

Vila a Câmara da Moita decidiu nomear a embarcação de "O BOA VIAGEM". "O Boa Viagem" faz parte da grande família de Varinos e Fragatas que em tempos idos transportavam cortiça, sal, azeite, cereais, etc., entre as duas margens do Tejo. O restauro desta embarcação obedeceu à antiga tradição de construção e pintura existente na nossa região e que infelizmente, só no Estaleiro do Gaio, orientado pelo Mestre José Lopes, podem ainda ser executados.

Com essa aquisição e mais uma outra embarcação (bote de meia quilha) que já em 1984 a Câmara adquiriu e que está no momento a ser restaurada, a Autarquia pretende recriar, em museu-vivo, tudo quanto se relaciona com o Rio Tejo.

- Em 25 de Abril terão lugar as habituais celebrações respeitantes ao Dia da Liberdade.



CARNAVAL 85. ESCOLA PREPARATÓRIA DA MOITA

MONTIJO

- Com o objectivo fundamental de salvaguardar e preservar o rio Tejo, a Associação dos Amigos do Tejo em colaboração com a Câmara Municipal de Montijo efectuou a “Juventejo”.
- Inquérito à população, lançado em Março, integrado nas iniciativas para a abertura da Biblioteca Municipal.
- “O 3.º Encontro com a Música” representou mais um passo para reavivar a tradição filarmónica no concelho.
- Em Abril, lançamento do 1.º Prémio de Artes Visuais do Concelho de Montijo.
- Lançamento em Abril dos “Jogos Florais Distritais” — Prémio Literário Joaquim de Almeida — inseridos no Festival de Arte e Cultura.
- Concurso/Exposição de Banda Desenhada, integrado nas comemorações do Ano Internacional da Juventude.
- Organizado pelo Ateneu Popular de Montijo em colaboração com a Câmara Municipal, realizou-se a “1.ª Mostra de Desenho e Pintura de Artistas de Montijo”.
- Comemorações do Dia 25 de Abril — Dia da Liberdade — com actividades culturais diversificadas.

PALMELA

- Continuação das celebrações do 8.º Centenário do Foral de Palmela, que este ano, em Junho, atingirão o seu auge, designadamente, com a Exposição intitulada “Armaria Antiga em Palmela”, o “Cortejo Histórico” e a “Reconstituição de um Torneio Medieval”.
- Melhoramento nos próximos meses das áreas envolventes das Grutas Pré-Históricas da Quinta do Anjo.
- Pesquisa bibliográfico-arquivística e arqueológica com incidência principal nos meses de Verão.
- Prosseguir as diligências no sentido da criação, este ano, da Biblioteca Municipal.
- Realização do Encontro Distrital de Bandas em Maio e Junho integrado no Festival de Arte e Cultura.
- Organização do “1.º Festival de Cinema e de Teatro” e da “1.ª Grande Exposição de Artes Plásticas para Amadores”.
- Incremento da actividade teatral com a apresentação de vários espectáculos teatrais, nomeadamente do Grupo Teatro Campolide/Companhia Teatro de Almada.
- Manter o apoio às festas tradicionais concelhias, com destaque para a “Festa das Vindimas”.



BANDA FILARMÓNICA PALMELA

SANTIAGO CACÉM

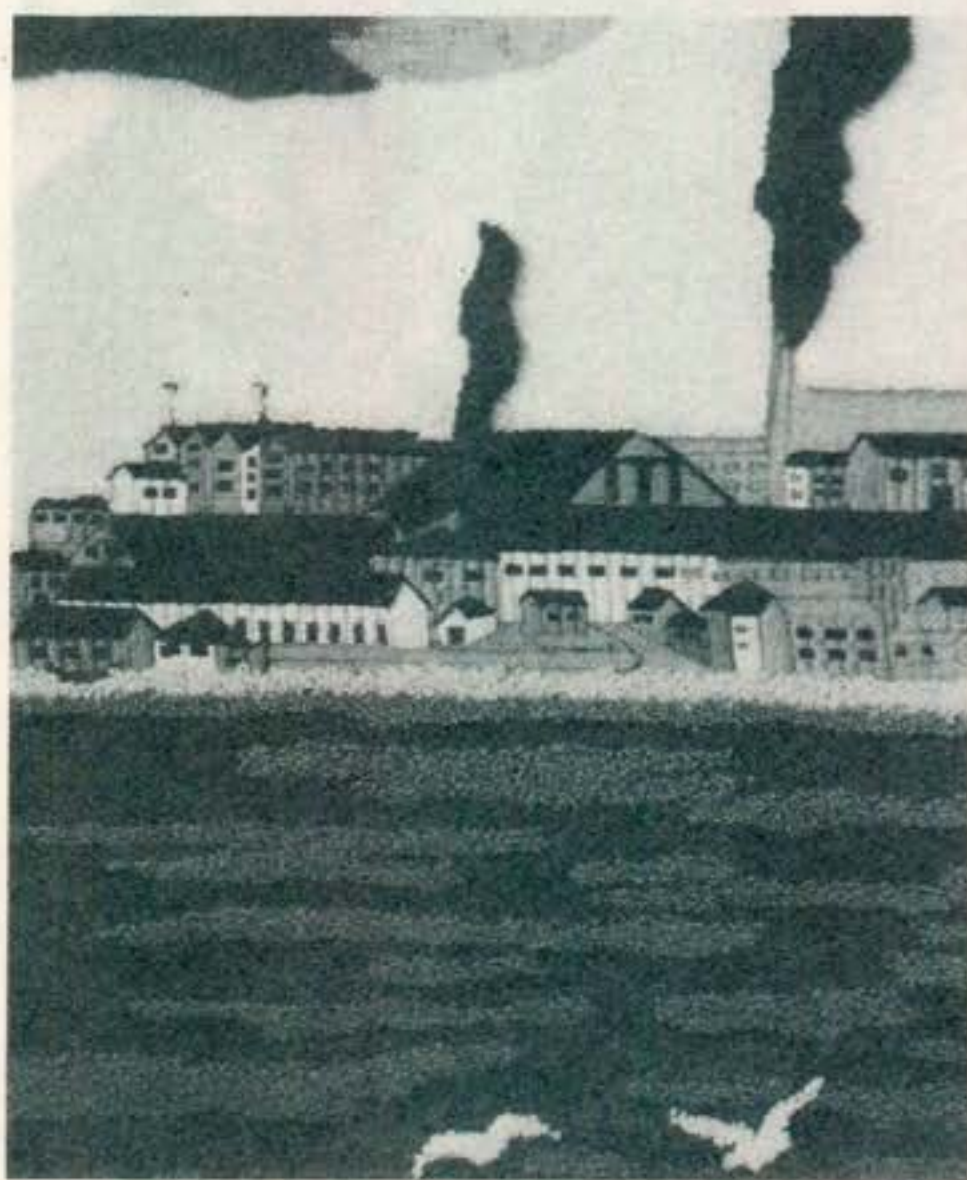
- Em Abril e Maio desenrolar-se-ão no Concelho, entre outras, as seguintes iniciativas:
Exposição temporária, colóquio e peça de teatro sobre a Revolução Popular 1383-85;
Abertura da Escola de Música em Alvalade-Sado;
Festival Distrital de Corais Alentejanos;
Exposição pintura de Henrique Mourato;
Comemorações 25 Abril;
- Durante os meses de Junho, Julho e Agosto prevêem-se:
Inauguração de uma exposição sobre Património Rural;
Edição de postais ilustrados alusivos ao Concelho;
Actuação em Abela, de Banda de Música; e grupo Coral Alentejano;
Festejos do DIA DO CONCELHO
Lançamento do livro intitulado "Riqueza dos Falares Regionais";
Festival de Folclore em S. Bartolomeu;
Espectáculos com grupo de teatro em Santiago Cacém, Grupo Coral Alentejano em Vale de Água (S. Domingos) e Bandas Música em S. André e Cercal Alentejo.
Ciclo Cinema em Ermidas-Sado, S. Bartolomeu e Santa Cruz.
- Em Setembro o grupo Teatro de Animação de Setúbal (TAS) e o Rancho Folclórico actuarão em Ermidas-Sado/Cercal do Alentejo e na Mimosa (Alvalade), respectivamente.

SEIXAL

- Foi lançado em Fevereiro, o prémio literário "Maré Viva 85" e entregue o prémio literário "Maré Viva 84".
- Neste mês foi também efectuado um colóquio sobre "Municipalismo" orientado por A. Borges Coelho e F. Piteira Santos.
- Várias realizações culturais de Escolas Preparatórias e Secundárias do Concelho contam com o apoio ou são organizadas conjuntamente, como por exemplo:
· Semana de Olaria e Artesanato Alentejanos em Janeiro/Fevereiro.

- VI Encontro de Teatro na Escola.
- Ciclos de Cinema compreendendo temáticas como o ambiente, a juventude, cinematografias estrangeiras, etc.

- "Encontro Distrital de Cinema, Vídeo e Diaporama", em colaboração com a "Federação Portuguesa de Cinema e Audiovisuais", a levar a efeito em Maio, integrado no 1.º Festival de Arte e Cultura.
- O 25 Abril será festejado com o grupo "Trovante", coro Alentejano dos Trabalhadores das autarquias do Seixal, grupo instrumental Banza, Rancho Folclórico "Estrelinhas do Sul", exposição de cartazes, projecção filmes sobre esta data histórica, etc.
- O Ano Internacional da Juventude será marcado por diversas acções de ocupação dos tempos livres dos jovens, nomeadamente, visitas-guiadas; investigação histórica e arqueológica (ocupação romana da outra banda); passeios no Tejo em barcos típicos; encontros e espectáculos de teatro em colectividades e escolas; apoio técnico a grupos de Teatro locais e à biblioteca e museu municipais.
- Ano Europeu da Música (vários concertos em igrejas e associações culturais e recreativas).



TAPEÇARIA BORDADA EFECTUADA NA ESCOLA PREPARATÓRIA DA AMORA — SEIXAL

SESIMBRA

- O Carnaval de Sesimbra, voltou a ser animado, com a presença de 5 grupos vindos das aldeias de Alfarim, Zambujal, Caixas e Aldeia do Meco e ainda com a participação do Grupo Infantil de Dança Popular da Aldeia do Meco.
- O Ano Internacional da Juventude foi assinalado com um espectáculo musical com Rão Kyao e um Encontro designado "Dar a Palavra aos Jovens", onde se pretendeu debater os problemas que atingem a juventude do concelho. Mais tarde, constituiu-se o Concelho Municipal da Juventude. As actividades prosseguiram com um espectáculo de teatro, debate sobre a paz, apresentação de diaporamas sobre as actividades culturais no concelho, visitas guiadas, etc.
- Subordinado ao tema "Ser Jovem" vão realizar-se os "III Jogos Florais" nos domínios da prosa e poesia para

3 escalões

etários:

a) 10 aos 13 anos; b) 14 aos 17 anos;

c) + 18 anos.

A entrega dos prémios será feita em Julho.

- O levantamento etnográfico — incidindo sobre a recolha de instrumentos agrícolas em desuso, técnicas agrícolas, cantigas ligadas ao trabalho da terra, usos e costumes, lendas, etc. — iniciado na zona rural há cerca de 2 anos continua, devendo ter maior incremento durante o Verão.
- O teatro terá lugar em vários locais do concelho, envolvendo a representação de peças por grupos profissionais e amadores, bem como, através da realização de cursos de iniciação ao teatro e colóquios sobre o tema.
- O apoio aos Jogos Populares prossegue, estando a ser ultimados nos Serviços Técnicos Municipais — a fim de serem distribuídos pelas colectividades e pelos cafés da zona rural — uma série de tabuleiros, malhas e patelas para o jogo da burra e do chinquilha.



RECOLHA DE DANÇAS TRADICIONAIS
— ALDEIA DO MECO



RECOLHA DE MÚSICA POPULAR
— ALDEIA DO MECO

SETÚBAL

- Durante os meses de Janeiro e Fevereiro ocorreram neste concelho:

Exposição sobre as "Obras-primas do Museu Albertina" de Viena de Áustria, no Museu de Setúbal, sob o patrocínio da Embaixada da Áustria; homenagem a Luísa Tódi, junto ao monumento na Avenida com o mesmo nome e exposição bibliográfica na Biblioteca Municipal de Setúbal;

Exposição de fotografia portuguesa contemporânea no Museu de Setúbal com a colaboração do Ministério da Cultura; espectáculo pelo grupo teatro TEIA, na sala da União Setubalense, dirigidos às escolas do concelho, com a peça "A Farruncha"; lançamento dos ateliers de expressão plástica no museu de Setúbal, apoiados pela pintora Laurinda Silvério; circulação da maleta pedagógica sobre o INVERNO, nas escolas primárias do concelho e visitas guiadas ao Museu de Setúbal; sessão com a Companhia Nacional de Bailado, no Cine-Teatro Luísa Tódi;

Primeira reunião da Comissão Municipal de Juventude em que foram apontadas as primeiras acções a desenvolver no âmbito do Ano Internacional da Juventude.

- No mês de Março foram realizadas iniciativas alusivas ao Dia Mundial da Mulher e Dia da Árvore, merecendo maior destaque:

Exposição da colecção epistolográfica de Olga Morais Sarmiento no Museu de Setúbal-Convento de Jesus; Exposição bibliográfica de Olga Morais Sarmiento na Biblioteca Municipal; Exposição "Mulheres que deram Nome a Ruas de Setúbal", na Casa de Bocage — Galeria Municipal de Artes Visuais; Plantação de Árvores nas escolas primárias, preparatórias e secundárias do concelho, de acordo com um levantamento realizado previamente e executado pelo Serviço de Jardins e projecção de filmes na Escola Secundária de Bocage.

- Também decorreu no mês de Março um Encontro de Artes constituído por:

Espectáculos Musicais com Adriano Jordão, Jorge Peixinho e Constança de Copdeville, e de Dança, com estudos de Ana Máscolo e Academia de Dança Contemporânea de Setúbal, bem como um Leilão das obras expostas na Galeria de Exposições Temporárias do Museu de Setúbal/Convento de Jesus.

- O 125.º Aniversário da Passagem de Setúbal a cidade desenrolar-se-á com uma programação diversificada de que poderão ser salientadas:

Exposição retrospectiva de Álvaro Perdigão no Museu de Setúbal/Convento de Jesus a 10 de Abril; conferência de Carlos Tavares da Silva sobre "Origens de Setúbal" a 11 de Abril; visita guiada ao Museu de Setúbal/Convento de Jesus a 13 de Abril; Conferência por Idília das Mercês a 16 de Abril, sobre a "Imprensa de Setúbal na 2.ª metade do séc. XIX; sessão solene a 19 de Abril no Salão Nobre da Câmara Municipal de Setúbal, seguida de Conferência por Carlos Vieira de Faria sobre "História Urbana de Setúbal".

- No âmbito do XI Aniversário do 25 Abril efectuar-se-ão:

Colóquio comemorativo no Salão Nobre da C.M.S. sob o tema "Portugal, 11 anos depois de Abril"; animação educativa a 24 de Abril, no Museu de Setúbal/Convento de Jesus com Fantoques e diaporama; animação cultural na Avenida Luísa Tódi com a Banda da Sociedade Capricho Setubalense, o Rancho Folclórico das Praias do Sado e o grupo de música popular "Cantares"; Exposição de Arqueologia Naval, organizada pela A.M.D.S., no Pavilhão Municipal do Parque das Escolas; sessão musical com Rão Kyao no Pavilhão do Vitória Futebol Clube; Concertos de Domingo, (14/4 e 21/4) no Parque do Bonfim, em articulação com o INATEL, com bandas de música do Distrito e outras actividades organizadas localmente em colaboração com as Juntas de Freguesia.

SINES

- Decorreu no Núcleo Cultural durante o mês de Fevereiro uma exposição subordinada ao tema — A Revolução Popular 1383/85.
- Possuindo já um número bastante significativo de espécies animais, o Museu Municipal de História Natural, abrirá muito em breve.
- Beneficiação e adaptação para o desenvolvimento de actividades culturais do edifício do ex-hospital, propriedade da Misericórdia local.
- Decorreu em Fevereiro a apresentação de quatro espectáculos pelo grupo de

Campolide/Companhia de Teatro de Almada, destinado às crianças das Escolas do Concelho, com a peça “Pequeno

Círculo de Giz”, de Alfonso Sastre.

Outras apresentações ao longo do ano estão acordadas com esta Companhia, como sejam: “A Menina, o Gato e o Robot” de J. Benite, “A Excepção e a Regra” de B. Brecht e “Tempos Difíceis” de Romeu Correia.

- Proximamente efectuar-se-ão Exposições sobre:
 - “25 anos de Cinema Português”
 - “Colectiva de Artes Plásticas”
 - “Trabalhos dos Alunos do Ensino Preparatório e Secundário”
 - “Levantamento Cultural no Concelho”



ASPECTO PARCIAL MUSEU MUNICIPAL HISTÓRIA NATURAL DE SINES EM FASE DE INSTALAÇÃO

FICHA TÉCNICA:

Titulo: Movimento Cultural

Ano 1, N.º 1, Abril, 1985

Edição e Propriedade: Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal

Redacção e Administração: Av. Dr. Manuel Arriaga, n.º 6, 2.º esq. · 2900 Setúbal · Telefones: 34221, 34232, 34268

Director: Hélder Madeira

Conselho Redactorial: António Nabais, Fernanda Zeferino, Idília Mercês e José Godinho

Colaboração: A. Borges Coelho, A. Modesto Navarro, Alexandre M. Flores, Alcídio Oliveira, A. Pereira Ramos, Antunes da Silva, Antunes Dias, Armando Teixeira, Arlindo Mota, Alfredo Canana, Donabela Guerreiro, Eufrásio Filipe, Eurico Fonseca, Fernando Miguel Bernardes, Ferreira da Costa, Fernando António B. Pereira, Fernando Carvalho, Gustavo Marques, Isabel Mota, Joaquim Benite, Joaquina Soares, J. Jorge Letria, Luís Sá, Lúcia Araújo, Maria M. D. Boeiro, Michel Giacometti, Manuel da Fonseca e Rita Caldas

Capa e Arranjo Gráfico: Carlos António de Oliveira e Sousa

Coordenação: Luís Marques

Tiragem: 5000 exemplares

Composição e Impressão: Guide-Artes Gráficas

Depósito Legal n.º 6945/85

NOTA: As opiniões formuladas nos vários artigos nem sempre serão coincidentes com as da AMDS, sendo por isso, da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

FESTIVAL DE ARTE E CULTURA DO DISTRITO DE SETÚBAL

ENCONTRO DE TEATRO DE AMADORES

JOGOS FLORAIS

MOSTRA DE ARTES PLÁSTICAS

ENCONTRO DE COROS ALENTEJANOS

FESTIVAL DE BANDAS FILARMÓNICAS

FESTIVAL DE CINEMA DE AMADORES,
VÍDEO E DIAPORAMA

FESTIVAL DE MÚSICA LIGEIRA

FESTIVAL DE DANÇA

ENCONTRO DE CORAIS

CONCURSO DE FOTOGRAFIA

MOSTRA DE ARTESANATO

FESTIVAL DE RANCHOS FOLCLÓRICOS

FESTIVAL DE MÚSICA POPULAR PORTUGUESA

MOSTRA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS POPULARES

Câmaras Municipais de
Alcácer do Sal · Alcochete · Almada · Barreiro
Grândola · Moita · Montijo · Palmela
Santiago do Cacém · Seixal · Sesimbra · Setúbal · Sines
Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal